



COLÉGIO ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES
Ensino Fundamental, Médio, EJA e Técnico

Projeto Político Pedagógico

Curitiba
2022

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.

1.1 – Denominações da Instituição

Colégio Estadual Cecília Meireles – Ensino Fundamental e Médio e EJA

Código: 41128176

Endereço: Rua Pedro Eloy de Souza, nº 1700 CEP: 82.820.130

Bairro: Tarumã Fone/Fax: (041)3367.52.62

1.2 - Município: Curitiba Código: 0690

1.3 – Dependência Administrativa: Código: - 0681

1.4 – NRE: Curitiba Código: 09

1.5 - Entidade Mantenedora: Secretaria de Estado da Educação do Paraná

1.6 – Ato de autorização do Colégio: Resolução DEC 1924 – 76 nº. De 09/06/1976

1.7 – Ato de reconhecimento do Colégio: Resolução nº. 2815/81 de 30/12/1981

1.8 – Ato da renovação do reconhecimento de Curso: Ensino Fundamental: 3681/2023 - Ensino Médio: 2800/2023 - EJA Fundamental II: 2025/2024 - EJA Médio: 2025/2024 - Sala de Recursos: 3380/2024

Autorização Decreto 3115/97 - Resolução:

1.9 - Ato Administrativo de Aprovação do Regimento Escolar: 199/2018

Ato Administrativo de Aprovação Projeto Político Pedagógico: 071/09

Ato n 0363/05 de 31/01/2005

1.10 – Distância do Colégio do NRE: 18 Km

1.11 – Localização do Colégio: Zona Urbana

1.12 – Site da Escola: e-mail: ctaceciliameireles@escola.pr.gov.br

1.1 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

1.1.1 Modalidades de Ensino

O Colégio Estadual Cecília Meireles oferta como Modalidade de Ensino a Educação Fundamental nos anos finais, Ensino Médio Regular período diurno, também temos no contraturno uma Sala de Recurso, duas salas de Mais Aprendizagem e no período noturno o Curso de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

1.1.2 Ensino Fundamental Anos Finais Regular

O Ensino Fundamental Anos Finais, corresponde do 6º ano ao 9º ano e adota o regime anual regular, dividido em três trimestres com 5 aulas de 50 minutos, tendo a carga horária anual de 800 horas, fracionadas em uma jornada escolar diária, e 200 dias de efetivo trabalho escolar de acordo com a legislação, Lei 9394/96 art. 23 e Lei Complementar nº 170/98 art. 25. O colégio no momento tem matriculados no Ensino Fundamental Regular 288 alunos, distribuídos em 11 salas de aula, tendo também 01 Sala de Apoio à Aprendizagem e outras 04 salas de Mais Aprendizagem, ambas com atendimento sempre no contra turno.

A partir do ano de 2012 início se oferta no Ensino Fundamental de 9 anos, os quatros anos finais; tem sua nomenclatura modificada de 5ª, 6ª, 7ª e 8ª, séries, para 6º, 7º, 8º e 9º. anos, com implantação simultânea, atendendo a Resolução Nº 03/06 – CNE, e adequação da idade de ingresso, a partir do ano de 2017, conforme segue:

ENSINO FUNDAMENTAL 6º aos 9º anos		
ANO	Nº DE TURMAS	TURNO
6º	3	Vespertino
7º	3	Vespertino
8º	3	Vespertino
9ª	2	Matutino

É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao passar, nos forma e nos transforma.

Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação.

Larrosa

1.1.3 Ensino Médio Regular

O Ensino Médio Regular corresponde a três anos, o 2º e 3º anos e adota o regime anual regular, dividido em três trimestres com 5 aulas de 50 minutos, cada tendo a carga horária anual de 800 horas, fracionadas em uma jornada escolar diária, e 200 dias de efetivo trabalho escolar de acordo com a legislação, lei 9394/96 art. 23 e Lei Complementar nº 170/98 art. 25.

As de aulas obedecem a um calendário específico, cuja elaboração, participam direção, equipe pedagógica e professores, na ânsia de atender da melhor forma os alunos e a demanda de professores, sendo que na sua maioria trabalham em mais de um estabelecimento de ensino. O colégio no momento tem matriculados no Ensino Médio Regular 226 alunos para o ano de 2021, distribuídos em 12 salas de aula, assim como se segue:

ENSINO MÉDIO 2º aos 3º anos		
ANO	Nº DE TURMAS	TURNO
2º	2	Matutino
3º	2	Matutino

O conhecimento serve para encantar as pessoas, não para humilhá-las.

Mário Sérgio Cortella.

1.1.4 NOVO ENSINO MÉDIO E SUAS LINGUAGENS

O Ensino Médio Regular corresponde a três anos, o 1º anos, para o ano de 2022, e adota o regime anual, dividido em três trimestres com 6 aulas de 50 minutos, cada tendo a carga horária anual de 1000 horas, fracionadas em uma jornada escolar diária, e 200 dias de efetivo trabalho escolar de acordo com a legislação, lei 9394/96 art. 23 e Lei Complementar nº 170/98 art. 25. As de aulas obedecem a um calendário específico, cuja elaboração, participam direção, equipe pedagógica e professores, na ânsia de atender da melhor forma os alunos e a demanda de professores, sendo que na sua maioria trabalham em mais de um estabelecimento de ensino.

NOVO ENSINO MÉDIO 1º anos		
ANO	Nº DE TURMAS	TURNO
1º	3	Matutino

1.1.5 A ÁREA DE CONHECIMENTO LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO

Para se definir o papel das Linguagens e suas Tecnologias na formação de jovens na etapa do Ensino Médio, torna-se imprescindível a aproximação e o conhecimento de quem são eles: sujeitos de experiências, saberes e desejos, apropriando-se do social e reelaborando práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades, interpretando e dando sentido ao seu mundo. Afinal, são muitas as formas de ser e de se experimentar o tempo de juventude (DAYRELL; CARRANO, 2014).

O dinamismo das práticas sociais de linguagens e as perspectivas dos estudantes quanto ao ingresso no mundo do trabalho requerem propostas curriculares focadas nas transformações do mundo do trabalho e, principalmente, que os subsidiem nos desafios de sua vida cotidiana e também viabilizem projeções futuras. Tais desafios podem ir para muito além de uma categoria de trabalho material, pois,

conforme Saviani (2019), é preciso produzir ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades.

Um conjunto de produção humana que envolve saberes sobre a natureza, a cultura, as ciências e hoje se inclui a tecnologia. Nesse contexto, a Área de Linguagens e suas Tecnologias possui papel relevante e certo privilégio, uma vez que seus componentes — Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa — reúnem os elementos imprescindíveis à comunicação humana, seja ela verbal, artística ou corporal.

A concepção de Área surge da proposição de que o todo é maior que a soma das partes, resultando em um arranjo estrutural que respeita a diversidade e especificidade de cada componente curricular e acentua uma abordagem interdisciplinar do conhecimento. É um arranjo fortemente aportado no ensino para além da descrição, visando ao desenvolvimento das capacidades de análise, explicação, previsão e intervenção, por meio de objetivos comuns aos componentes curriculares, integrados em áreas de conhecimento.

1.1.6 A ÁREA DE CONHECIMENTO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO

O ensino de ciências, no Brasil, passou por diversas transformações e reformas ao longo do tempo. Como marco inicial, em 1950, a ciência partia de uma atividade neutra, cujo objetivo de ensino era formar a elite com programas rígidos, voltados às aulas práticas. Já na década de 1970, o objetivo era a formação de um cidadão trabalhador, numa concepção de ciência voltada para a evolução histórica e pensamento lógico-crítico.

Surge, portanto, a pedagogia dos projetos como modalidades didáticas recomendadas. Entre as décadas de 1990 e 2000, devido à abertura econômica brasileira e à globalização, o objetivo do ensino pautou-se na formação de cidadão/trabalhador/estudante como prioridade, tendo como documento norteador os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A ciência passou a ter uma concepção de atividades com implicações sociais, em que as modalidades didáticas recomendadas eram os jogos com exercícios no computador (KRASILCHIK, 2000). REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO PARANÁ Sistema Estadual de Ensino do Paraná 388 Atualmente, a

ciência se encontra materializada em tecnologia, apresentando objetivos sociais validados por meio do desenvolvimento tecnocientífico e da inserção de descobertas científicas no ensino de ciências.

A orientação para organizar o currículo em áreas do conhecimento (BRASIL, 2018) não foi aleatória, e sim buscou escopo equivalente para o Ensino Médio, propondo reagrupar em: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Deve-se ter a compreensão de que áreas do conhecimento são unidades epistemológicas cuja conexão pode manifestar um objeto comum que nem sempre seja compatível com as particularidades de cada componente curricular. No caso de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, o objeto de estudo é a natureza seccionada de forma dinâmica e orgânica, respeitando a especificidade de cada um dos seus componentes curriculares, Biologia, Física e Química.

Nesta perspectiva, o papel fundamental da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias está relacionado com o aprendizado, a produção, o uso e a divulgação dos conhecimentos científicos, por meio de uma abordagem que valoriza a investigação e proporciona o protagonismo dos estudantes, de modo a despertar a responsabilidade e o senso ético, tornando-os sujeitos do próprio conhecimento, permitindo a crítica investigativa sobre a natureza da ciência, construindo e utilizando-se de conhecimentos específicos para que seja possível vivenciar situações-problema do cotidiano e, a partir destes conhecimentos adquiridos, debater possíveis soluções, utilizando-se de argumentos mais sólidos, que possibilitem uma tomada de decisão referente ao meio ambiente e sobre as condições de vida em sociedade (BRASIL, 2018).

Tal perspectiva objetiva, no decorrer de sua formação, que os estudantes desenvolvam as habilidades e competências específicas da área que vão ao encontro do “letramento científico cidadão” (SANTOS, 2007). Porquanto, apropriar-se dos conhecimentos de ciências por meio da Biologia, da Física e da Química não deve ser apenas mediante uma transposição de conteúdos, tampouco por uma visão puramente científica.

Deve ser por meio de uma perspectiva emancipadora na qual o estudante perceba nas aulas uma correlação entre os conteúdos escolares e sua vida fora da

escola; uma educação científica, em que ele possa ser capaz de interpretar a natureza de maneira mais adequada, assim como ter um entendimento melhor sobre REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO PARANÁ Sistema Estadual de Ensino do Paraná 389 a tecnologia que nos rodeia e, a partir desses conhecimentos, participar da construção de uma sociedade de maior equidade para seus pares.

1.1.7 A ÁREA DE CONHECIMENTO MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO

A Matemática no Ensino Médio, tal como em toda a Educação Básica, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, também, proposta no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, propõe a retomada, a ampliação, o aprofundamento e a consolidação das aprendizagens essenciais desenvolvidas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, visando, dessa forma, contribuir para a formação integral dos estudantes.

Faz-se necessário, então, uma escola que propicie aos estudantes as condições necessárias para o acesso, a elaboração, a propagação, a comunicação e a socialização de conhecimentos historicamente construídos e sistematizados; que permita ao estudante a compreensão, a reflexão, o diálogo e a aplicação desses conhecimentos para o enfrentamento dos diversos desafios característicos dessa etapa de ensino e fase da vida, e contribua para a sua participação ativa e crítica na sociedade.

Visando garantir as aprendizagens essenciais, atender às aspirações presentes e futuras dos estudantes, sua permanência e conclusão do Ensino Médio, a Matemática, somando-se às demais áreas do conhecimento, assume um papel importante na formação intelectual, social e cultural dos estudantes. Nesse aspecto, pede-se uma Matemática com abordagens pedagógicas que venham ao encontro dos interesses das juventudes, dos seus anseios e projetos de vida, “tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos” (BRASIL, 2018, p. 462); sem, no entanto, dirimir a natureza e as características estruturais próprias da Matemática.

Ainda, pede-se uma Matemática que assuma uma ação ativa diante do conhecimento; que incorpore a própria dinâmica das transformações socioculturais; que não se limite somente aos aspectos puramente abstratos e formais, mas que incorpore os aspectos criativos da própria Matemática; e que permita ao estudante ir além do conhecimento da Matemática já pré-concebida, construindo novos conhecimentos para ela e para além dela.

A Matemática desenvolvida nesta perspectiva, ou seja, dinâmica, temporal, conectada às realidades e visando às vivências cotidianas dos estudantes, deve levar em consideração os avanços científicos e tecnológicos, as questões humanísticas e culturais, as exigências em relação ao trabalho e à vida, bem como as diversas mídias que possibilitam aos estudantes “construir e realizar seu projeto de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania” (BRASIL, 2018, p. 471).

Na BNCC, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, a Matemática consiste em uma área específica, tendo um único componente curricular, que é a própria Matemática.

No entanto, esse fato não a faz ser uma área isolada, com um fim em si mesma, com suas fronteiras limitadas e fechadas, alheia ao mundo real, pois, em diálogo e responsabilidade com as demais áreas e as tecnologias, ela amplia as perspectivas de investigação, de comunicação, de desenvolvimento e definição de novos métodos que permitam a discussão, a problematização, a resolução e a formulação de diversos problemas, tanto dentro quanto fora dos ambientes escolares. Nessa perspectiva de diálogo e de inter-relações, a Matemática assume um papel importante na formação integral do estudante.

Assim, o desenvolvimento intelectual pela Matemática deve possibilitar ao estudante a participação de forma consciente, ativa e crítica no contexto em que vive, ou seja, em sua vida social, cultural, política e econômica. É assim que a Matemática desempenha sua função social. Logo, ela também deve ser um fator de inclusão social e tecnológica.

No que tange às tecnologias, a área de Matemática, no Ensino Fundamental, na BNCC, e o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações: Matemática (PARANÁ, 2018), além da compreensão de conceitos e procedimentos, do letramento matemático (raciocínio, argumentação, representação, comunicação,

caracterização, operação) e do desenvolvimento do pensamento matemático, preocupa-se, também, com a inserção das tecnologias, desde as séries iniciais, como forma de ampliar as possibilidades de compreensão dos conceitos matemáticos envolvidos e de desenvolver o pensamento computacional.

O pensamento computacional engloba capacidades de pensar, questionar, analisar, comunicar, representar, criar, elaborar e resolver problemas, capacidades estas intimamente ligadas ao processo de fazer matemática. Marques (2019) afirma, baseada nos estudos da Associação de Professores de Ciência da Computação (CSTA) e da Sociedade Internacional de Tecnologia em Educação (ISTE), que o pensamento computacional é considerado um processo de resolução de problemas que inclui (mas não se limita) as seguintes características:

1. Formular problemas de uma forma que nos permita usar um computador e outras ferramentas para ajudar a resolvê-los;
2. Organizar e analisar logicamente os dados;
3. Representar dados através de abstrações como modelos e simulações;
4. Automatização de soluções por meio de pensamento algorítmico (uma série de etapas ordenadas);
5. Identificar, analisar e implementar possíveis soluções com o objetivo de alcançar a combinação mais eficiente e eficaz de etapas e recursos;
6. Generalizar e transferir este processo de resolução de problemas para uma ampla variedade de problemas (CSTA/ISTE, 2011, p. 13 apud MARQUES, 2019, p. 24-25).

1.1.8 AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO

A Educação pode ser compreendida como um processo democrático, uma passagem da desigualdade à igualdade (SAVIANI, 1988). No Brasil, a trajetória da Educação Básica, entendida como um direito, é historicamente recente. Foi apenas com a Constituição Federal de 1934, que a Educação se tornou um direito social e um dever do Estado, garantido a todos pelo seu artigo 149 (RANIERI, 2018, p. 16).

Apesar disso, o conceito de Educação Básica ainda pode ser visto como uma novidade no direito educacional brasileiro, conforme apresenta Ranieri: Introduzido originalmente pela Lei n. 9.394, de 20/12/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), designa os 14 anos de educação compulsória gratuita, dos

4 aos 17 anos, estabelecidos pelo artigo 208, I, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n. 59/09, assegurada sua oferta gratuita inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria (RANIERI, 2018, p. 15).

A garantia ao acesso, à permanência e à conclusão das etapas da Educação Básica ainda não está consolidada, havendo uma diminuição significativa tanto na matrícula como na conclusão na etapa do Ensino Médio. Essa constatação pode ser observada nos dados levantados pelo IBGE, em 2018, que mostram que apenas 27% da população de jovens e adultos brasileiros (de 25 anos ou mais) completaram esta etapa de ensino. Esse dado demonstra a necessidade de criar estratégias que tornem a escola mais próxima das demandas dos jovens do século XXI e que assegurem a conclusão da aprendizagem necessária mínima para a formação de adultos cidadãos éticos e críticos.

Os problemas do Ensino Médio podem ser vistos como “expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX” (KRAWCZYK, 2011, p. 754). Mas, como o Ensino Médio representa a última fase da escolarização para a maioria dos jovens, além de aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, torna-se o momento mais significativo em que ocorre a preparação para a vida adulta e para o mundo do trabalho.

Entende-se por trabalho a ação do homem sobre a natureza e também na sua relação com os outros seres humanos. Conforme aponta Saviani (1989), o trabalho consiste em uma atividade de transformação e criação no mundo humano guiada por objetivos pelos quais as pessoas antecipam mentalmente o que vão fazer. Para que os jovens sejam aptos a pensarem o trabalho como ação humana, o Ensino Médio tem o papel de enfatizar a formação científica e profissional (educação para o trabalho), permitindo mudanças culturais e sociais. A educação pode ser transformadora, na medida em que ela considera a sociedade como um espaço de lutas entre diversos grupos e classes, antagônicos e desiguais entre si.

Para a Apple (2017), a educação é uma ação criticamente orientada, que possui o potencial de alterar essas relações por meio da ênfase na aprendizagem, aliada ao incentivo permanente à crítica, à curiosidade, ao cuidado, à imaginação, à criatividade, entre outros aspectos permeados pelo diálogo e a escuta. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: Quando o estudante chega ao Ensino

Médio, os seus hábitos e as suas atitudes crítico-reflexivas e éticas já se acham em fase de conformação.

Mesmo assim, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, e a prontidão para o exercício da autonomia intelectual são uma conquista paulatina e requerem a atenção de todas as etapas do processo de formação do indivíduo. Nesse sentido, o Ensino Médio, como etapa responsável pela terminalidade do processo formativo da Educação Básica, deve se organizar para proporcionar ao estudante uma formação com base unitária, no sentido de um método de pensar e compreender as determinações da vida social e produtiva; que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva da emancipação humana (BRASIL, 2013, p. 39).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BRASIL, 2018a), a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem o compromisso de formar nos jovens um pensamento crítico que os conscientize sobre a transitoriedade do conhecimento científico, assim como tem a responsabilidade por formar cidadãos reflexivos e éticos.

Segundo Horkheimer (1983), a análise crítica da sociedade percebe os homens como produtores das suas formas históricas de vida, afastando-se de reflexões que tomam a natureza como um objeto dado. Esse ponto é crucial para entendermos a especificidade das Ciências Humanas em relação às Ciências da Natureza, no que se refere aos seus objetos e métodos. Para o autor, o que é dado (o objeto) não depende apenas da natureza, mas, sobretudo, diz respeito ao poder do homem sobre ele: “os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder” (HORKHEIMER, 1983, p. 155).

Essa perspectiva coloca o homem e o seu contexto social no centro da análise científica. Nesse sentido, percebe-se como os conceitos discutidos nas Ciências Humanas são fundamentais, à medida que os elementos que sustentam as noções de cidadania, crítica e ética são instrumentalizados pela Filosofia, Sociologia, História e também pela Geografia. São os conhecimentos construídos nesses campos do saber que permitirão aos jovens se apropriarem de tais conceitos de maneira densa e, especialmente, rejeitarem teses sustentadas pelo senso comum ou por juízos de valor que não correspondam a uma premissa ética e responsável.

Ainda sobre a importância das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aos jovens do Ensino Médio, destaca-se sua contribuição no autoconhecimento do estudante, pois, segundo Foucault (1981), as Ciências Humanas endereçam-se ao homem à medida que ele vive, fala e produz. De acordo com o filósofo francês, a epistêmê moderna marcou o homem como sujeito do saber, ao mesmo tempo em que ele é pensado como um objeto a ser desvendado e interpretado.

1.2 Educação de Jovens e Adultos

- Fase II - Corresponde do 6º ao 9º ano do Ensino Regular;(séries finais do Ensino Fundamental)
- Idade mínima para matrícula: 15 anos;
- No presente momento tem 60 alunos matriculados;
- Duração de 2 anos com aulas de 50 minutos cada; (Carga Horária de 1600 horas ou 1920 horas-aulas);
- A organização do ensino fundamental 6º e 9º anos - O aluno conclui os quatros anos em dois anos, divididos em quatro semestres por blocos com quatro disciplinas em cada; (o estudante pode matricular-se em até quatro disciplinas por vez);

Turmas: COLETIVAS.

ENSINO FUNDAMENTAL FASE II	
SEMESTRE	DISCIPLINA
BLOCO I 6º/ 7º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA
	ARTE
	CIÊNCIAS
	GEOGRAFIA

BLOCO II 8º/ 9º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA
	ARTE
	CIÊNCIAS
	GEOGRAFIA
BLOCO III 6º/ 7º ANO	MATEMÁTICA
	HISTÓRIA
	INGLÊS
	EDUCAÇÃO FÍSICA

2.5 - Ensino Médio

- Idade mínima para matrícula: 18 anos;
- No presente momento tem 74 alunos matriculados;
- A organização no ensino médio, corresponde do 1º ao 3º ano; em dois anos; dividido em quatro semestres por blocos com três ou quatro disciplinas cada, (o estudante pode matricular-se em até quatro disciplinas por vez);

Assim, o Colégio Estadual Cecília Meireles, promove a escolarização de adultos e adolescentes que pelos mais variados motivos, retornam para a escola em busca de alcançar uma possibilidade de aquisição do conhecimento formal com vistas à elevação da escolaridade, possibilidade de ascensão social, econômica e profissional ou à retomada de sonhos e projetos pessoais e coletivos interrompidos no passado. A cada ano a escola disponibiliza, no período noturno, a modalidade EJA para melhor atender a necessidade da comunidade escolar.

ENSINO MÉDIO	
SEMESTRE	DISCIPLINA
	LÍNGUA PORTUGUESA I

BLOCO I	ARTE
	QUÍMICA
	SOCIOLOGIA
BLOCO II	LÍNGUA PORTUGUESA II
	FÍSICA
	BIOLOGIA
BLOCO IV	MATEMÁTICA II
	HISTÓRIA
	GEOGRAFIA

2.5.1 A EJA e a inclusão

A EJA de acordo com a Lei 9.394/96 passa a ser uma modalidade da educação básica na Fase II do ensino fundamental é composto por 4 semestres com duração de 6 meses (bloco de disciplinas); a escola também oferece o ensino médio que é compreendido por (4 blocos semestrais); sendo assim essa modalidade usufrui de uma especificidade própria, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Consequentemente, a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio com a finalidade de possibilitar ao indivíduo, jovem ou adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar, bem como na própria vida, possibilitando dessa forma, um nível técnico e profissional mais qualificado.

Na Educação de Jovens e Adultos também deve ser contemplado o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, considerando a situação em que se encontram individualmente. É importante que sejam priorizadas ações educacionais específicas e que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito destes no espaço

escolar. Considerando desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar, também os de condições socioculturais diversas e econômicas desfavoráveis.

Eles terão direitos a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos pela educação escolar, como um direito à igualdade com equidade de oportunidades. Isso significa o modo diferenciado de educar a todos, para que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades e todos os atendimentos especializados que se façam necessários, pois, são alunos do Ensino Fundamental, que tem seus direitos assegurados pela LDB e Constituição Federal, garantido pela sua condição de cidadão.

1.3 Ensino Técnico

1.3.1 Desenvolvimento de Sistema

O ensino Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, promoverá um responsável pela análise e projeto sistemas. Elabora, documenta, realiza testes e mantém sistemas de informação. Utiliza ambientes de desenvolvimento e linguagens de programação específica. Modela, implementa e mantém bancos de dados. Realiza, ainda, a manutenção em sistemas, contribui nas decisões técnicas, proporcionando uma melhor experiência de acessibilidade, usabilidade e performance.

O curso promove na formação profissional atua em empresas dos mais diferentes setores e segmentos, podendo também atuar como profissional autônomo a partir da identificação de uma necessidade e/ou demanda. Relaciona-se com equipes de desenvolvimento, outros profissionais de TI, bem como clientes e usuários.

Como proposta de um ensino médio inovador e atual, o profissional habilitado tem como marcas em sua formação: domínio técnico-científico, visão crítica, atitude empreendedora, sustentável, colaborativa, atuando com foco em resultados e comprometimento. Essas marcas formativas reforçam o compromisso da instituição com a formação integral do ser humano, considerando aspectos relacionados ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. Essa perspectiva propicia o comprometimento do aluno com a qualidade do trabalho, o desenvolvimento de uma visão ampla e consciente sobre sua atuação profissional e sobre sua capacidade de transformação da sociedade.

A ocupação está situada no Eixo Tecnológico Informação e Comunicação.

A seguir estão as competências que necessárias ao perfil do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas:

- Implementar algoritmos de programação.
- Aplicar lógica de modo a permitir a criação de softwares amigáveis, seguros e funcionais, independente da linguagem a ser usada na programação.
- Projetar, modelar e implementar esquemas de armazenamento, acesso e visualização de dados
- Projetar sistemas de informação, selecionando linguagens de programação e ambientes de desenvolvimento de acordo com as especificidades do projeto.
- Utilizar princípios inovadores de Empreendedorismo na criação de projetos/startups de tecnologia.
- Planejar e executar a instalação de sistemas operacionais em computadores pessoais, incluindo a instalação de aplicativos, componentes de hardware e periféricos, tendo em vista a segurança da informação e a privacidade de dados.
- Identificar e solucionar problemas de hardware e software por meio de técnicas e serviços que consideram a sustentabilidade e a ética
- Elaborar projetos para web, codificando front-end de aplicações web a fim de publicá-las
- Codificar back-end de aplicações web, desenvolvendo e publicando serviços web.
- Projetar, modelar e implementar esquemas de armazenamento, acesso e visualização de dados
- Organizar o processo de trabalho no desenvolvimento de aplicações
- Desenvolver, realizar manutenção e documentar sistemas para dispositivos móveis.
- Desenvolver sistemas utilizando programação avançada
- Desenvolver sistemas multicamadas, utilizando framework de desenvolvimento web e mobile.
- Aplicar técnicas de teste de software

1.4 Programa Mais Aprendizagem

O PMA tem como objetivo atender aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com necessidade de reforço para o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas, contempladas em todos os componentes curriculares, para que consigam prosseguir sua trajetória escolar, acompanhando com êxito as aulas na turma de matrícula regular.

- Programa Mais Aprendizagem é um projeto de reforço escolar no contraturno, para atender estudantes com dificuldades relacionadas à aprendizagem;
- Esse programa está sendo provido para alunos matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA;
- São ofertadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- No presente momento tem quatro turmas, duas pela manhã e duas no período da tarde, como o total de 48 alunos;

1.5 Sala de Recursos

- Vem para atender os alunos regularmente matriculados, na Educação Básica. É um atendimento educacional especializado;
- É disponibilizado para alunos que possuam laudo médico, avaliação psicopedagógica e com dificuldades de prosseguir com os estudos;
- No momento temos 28 alunos matriculados nesta sala.

2.8 - Atualmente o Colégio é composto como se segue:

NÚMERO DE ALUNOS:	721
NÚMERO DE DIRETOR:	01
NÚMERO DE DIRETOR AUXILIAR:	01
NÚMERO DE PROFESSORES MANHÃ:	34
NÚMERO DE PROFESSORES TARDE:	21
NÚMERO DE PROFESSORES NOITE:	21
NÚMERO DE PEDAGOGOS:	05

NÚMERO DE AGENTE I:	7
NÚMERO DE AGENTE II:	06
NÚMERO DE SALAS DE AULA:	12
NÚMERO DE TURMAS DA MANHÃ:	12
NÚMERO DE TURMAS DA TARDE:	09
NÚMERO DE TURMAS DA NOITE:	06
MAIS APRENDIZAGEM:	04
SALA DE RECURSO:	01

2.9 - Horários de funcionamento:

MANHÃ		TARDE		NOITE	
Início	07:10h	Início	13:10h	Início	18:30h
Intervalo	09:40h às 09:55h	Intervalo	15:40h às 15:55h	Intervalo	20:00h às 20:15h
Término	12:25h	Término	17:35h	Término	22:40h

OBS: Os horários estão dentro da carga horária de 800 horas para o regular e 1000 horas para o novo ensino médio e podem sofrer alteração de início e fim, tendo em vista a implementação do NOVO ENSINO MÉDIO, a partir do ano de 2022, até o encerramento do ciclo em 2024.

2.9.1 - Regime de Funcionamento

Matutino: Ensino Fundamental; 9º anos e Ensino Médio regular; 1ª 2ª e 3ª (Séries);

Vespertino: Ensino Fundamental: 6º, 7º, 8º anos;

Noturno: Educação de Jovens e Adultos; Fase II e Ensino Médio.

2. Elementos Situacionais

2.1 Dados Históricos da Instituição

A Supervisora da Congregação Religiosa "Sacré-Coeur de Jesus", em Curitiba, reconhecendo a carência de recursos educativos de Ensino Médio no Bairro Higienópolis, e querendo colaborar com as iniciativas da Secretaria da Educação e Cultura em sua campanha em prol da educação, propôs a cessão de local adequado para o funcionamento de um Ginásio, no prédio de que a referida Congregação é proprietária, através de requerimentos datados de 30 de outubro de 1967 e 09 de novembro de 1967 e respectivo relatório.

Atendendo a solicitação feita, o Exmo. O Senhor Governador do Estado do Paraná decretou a criação do Ginásio da Vila Higienópolis, para funcionamento no ano de 1968, através do decreto n.º 8.188 de 28 de dezembro de 1967. Posteriormente, por solicitação da Direção do Estabelecimento e através do decreto n.º 20.830 de 18 de agosto de 1970, o Ginásio passou a denominar-se Ginásio Estadual Cecília Meireles.

Inicialmente funcionou com apenas duas turmas de 1ª série num total de 52 alunos. Posteriormente funcionou com 434 alunos, distribuídos em dois turnos. O Ginásio funcionava num prédio de propriedade da Congregação Religiosa Sacre-Coeur de Jesus localizado na Rua Santa Madalena Sofia, s/n.º, na Vila Higienópolis através do Convênio com a Secretaria de Educação e Cultura, sob sistema de aluguel.

2.2 Caracterização da Comunidade

O Colégio Estadual Cecília Meireles, está inserido em uma comunidade formada em sua maioria, por famílias de classe C com renda familiar entre um e dois salários-mínimos, conhecidas como classes populares, que apresenta sérios problemas familiares, embora dentro de suas possibilidades seja participativa, procurando em algum momento do ano letivo, informações junto à escola sobre o desenvolvimento de seus filhos.

Muitas dessas famílias vivem em precárias condições de moradias, saúdes, alimentação, onde são envolvidas em programas sociais promovidos pelo governo estadual e federal, região conhecida como Vilinha.

O corpo discente da escola é formado por alunos do Bairro Alto, Tarumã e 40% aproximadamente, do município de Pinhais.

A escola é escolhida pelos pais por ser mais próxima de suas residências e na sua maioria demonstram-se satisfeitos com o trabalho da escola.

Neste contexto, a escola é uma fonte alternativa de atividades de lazer e cultura proporcionadas nos eventos da semana cultural, jogos e festas em datas comemorativas, promovidas em suas dependências.

A instituição contempla, também, o atendimento a educandos com necessidades educacionais especiais. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação de saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação. A respeito da diversidade na população escolar.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada.

É na Lei nº. 7853, de 24 de outubro de 1989 que se encontra a disposições sobre a Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Porém, além do aspecto legal é preciso que o plano teórico ideológico da escola supere os obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino.

A Instituição como um todo, constitui-se de uma estrutura flexível, capaz de contemplar inovações que tenham conteúdos significativos direcionados a nossa comunidade. Nesta perspectiva, há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos e os limites e possibilidades de cada educando que devem ser respeitados. Portanto, é desafio deste P.P.P. dar ênfase ao educando, atendendo suas necessidades individuais e construir uma proposta viável para que o acesso, a permanência e a aprendizagem dos educandos estejam asseguradas.

2.3 Índices de aprovação e reprovação

O Colégio Estadual Cecília Meireles, desde o ano de 2012, não apresentou dados quantitativos no que diz respeito aos números de estudantes avaliados no sentido de alcançar nota para o IDEB.

No início de 2020 o foi marcado pela PANDEMIA - COVID 19, dificultando o acesso e permanência dos educandos tendo em vista as dificuldades de acesso à tecnologia, logo ao estudo remoto ou EAD.

O princípio educativo pelo trabalho e valorização humana, sendo reforçado em tempos de Pandemia, como tudo que faz parte do contexto social, expressam-se concretamente sob formas culturais e necessidade de ajustes destes. Nem poderia ser diferente, pois a existência humana necessita de mediações para se efetivar. Entretanto, essa compreensão dos valores morais não elimina seu caráter normativo e prescritivo, quase que ditando como devem ser praticadas nossas ações, sendo da nossa obrigação com escola e como ser social, busca-se a inclusão dos educandos no mundo educacional totalmente informatizado, com uso massivo da internet, computadores, tablets e smartphones.

2.4 Ambientes Pedagógicos

Colégio se limita a uma área de 14.016,88m² e de área construída de 4.434,20 m² distribuídos em dois pavilhões, dois anexos um com duas salas de aulas e outro com biblioteca e têm total de aproximadamente 6.600 livros, com diversos títulos e tem como área de 92,34 m² e ao lado uma sala de Informática do Paraná Digital com área de 91,93 m².

A estrutura física é distribuída da seguinte forma:

O pavilhão A com acesso: (Rua Rio Negro e Pedro Eloy de Souza); Portaria com rampa de acessibilidade, recepção, secretaria; (01) sala de professores; (01) sala de recursos; (15) salas de aula de 40 m²; (01) salão de 147 m²; (01) sala de multimídia; (01) laboratório de ciências físicas, químicas e biológicas; (01) salas para atendimento pedagógico; (01) sala de recurso; (02); banheiros para professores; (01) funcionários; (04) banheiros de alunos; (01) banheiro para cadeirante; (01) sala de informática; (01) depósito de material de limpeza; (01) cozinha; (01) depósito de alimentos; (01) sala para APMF; (01) depósito material esportivo; (02) quadras poli esportivas; (01) quadra adaptada para voleibol; (01) cantina; (01) refeitório; (01) pátio coberto; (01) rampa de acessibilidade para o uso da biblioteca (01) biblioteca com cerca de 4.842 livros; (01) informática e (01) casa para caseiro.

O pavilhão B com acesso à Rua Bruno Lobo, está sendo cedido a Escola de Educação Especial Mercedes Stresser, possui (10) salas de aula de 50,41m². Neste pavilhão se encontra (01) sala para os professores; (01) sala para a coordenação; (01) sala para atendimento pedagógico; (01) salão para aulas de arte; (01) vídeo; (01) psicomotricidade; (02) salas para apoio pedagógico; (02) depósito de merenda; (01) depósito de material de limpeza; (01) cozinha; (06) banheiros; (01) pátio coberto; (01) casa para caseiro.

2.5 Ensino Remoto no Século XXI nas Escolas Públicas

Com a pandemia do novo coronavírus acarretou diversas transformações em diferentes setores da sociedade, sendo assim foi preciso tomar medidas para prevenir a contaminação das pessoas. No Brasil, o ensino foi paralisado, as escolas foram fechadas às aulas suspensas em todas as modalidades de ensino presencial. O Ministério da Educação através da portaria Nº 343 autorizou o funcionamento dos cursos presenciais na modalidade a distância até que a situação volte ao habitual no país.

As instituições de Educação Pública tiveram de adequar ao Ensino Remoto, pois foi adotado amplamente a Educação a Distância, no Colégio Estadual Cecília Meireles as aulas online acontecem através do Google Meet e complementadas com atividades através do Google Classroom. Essa modalidade de aulas está sendo adotada e faz parte da rotina dos estudantes e docentes até que tudo seja normalizado. Cabe salientar que após a pandemia provavelmente ocorrerá um maior hibridismo da educação presencial com o EAD, pois cada vez mais os docentes estarão preparados para o distanciamento, tendo em vista probabilidade factível de novas doenças coletivas futuras.

Atualmente, torna-se fundamental repensarmos a educação e todas as suas metodologias. A pedagoga Elsa Midori Shimazaki escreveu que “É sabido que o Ensino Remoto foi adotado por quase todas as escolas públicas e privadas nesse contexto atual de pandemia como uma forma de minimizar o distanciamento dos alunos para com as atividades escolares. Mas não está sendo uma tarefa fácil. Várias barreiras estão sendo rompidas para que esse ensino ocorra de forma satisfatória gerando uma aprendizagem significativa”. (STINGHEN, 2016).

Nesse século XXI vem pedindo inovações cada vez mais desafiadoras para educação que terá de se adequar mais ainda às novas tecnologias e implementar a

adoção metodológica. Neste momento o Ensino Híbrido vem trabalhando o modelo de Rotação; esta estratégia metodológica tem dois modelos:

Ensino Híbrido de Rotação Estações de Aprendizagem: em que os estudantes são divididos em pequenos grupos, que participarão de algumas estações de trabalho, sendo uma delas com acesso online, a partir disso os alunos revezam diferentes modalidades de ensino dentro de um ambiente destinado para uma aula; **Ensino Híbrido por Rotação Sala de Aula Invertida:** em que a rotação ocorre entre a prática supervisionada presencial pelo professor na escola e a residência ou outra localidade fora da escola para aplicação do conteúdo e lições on-line, além de engajar docentes para o planejamento de suas próprias experiências com ensino híbrido.

Em meio a toda essa transformação e adaptação da escola, muitos alunos não têm acesso à tecnologia e internet, a maioria tem celulares que são defasados, que não suportam programas e downloads, e a internet é bem limitada, pois muitos não têm condições de prover. Tendo em vista essas problemáticas dos discentes, a escola também está buscando outras alternativas para que esses alunos possam realizar as atividades escolares e sendo assim os professores elaboraram conteúdos e foram preparadas apostilas para auxiliar na aprendizagem e cumprir com requisitos curriculares.

É fundamental que a educação desenvolva cidadãos livres e autônomos, sujeitos do processo educacional. É necessário que professores e alunos reconheçam seu novo papel de pesquisadores, num mundo cada vez mais informacional e informatizado.

2. 6 O Papel das metodologias ativas na era da tecnologia.

Ao longo dos últimos 30 anos, a tecnologia veio evoluindo e ocupando espaço de muita expressão, provocando modificações no cotidiano da sociedade, e muitas vezes proporcionando transformações sociais.

A revolução digital se estabeleceu a partir da criação de equipamentos que foram sendo atualizados e aperfeiçoados ao longo do tempo na sua função e qualidade, de forma que chegam a ser imprescindíveis para a vida cotidiana humana, configurando-se até mesmo como substituição do trabalho e da presença do homem em determinados nichos profissionais.

A ferramenta tecnológica, utilizada através de computadores, tablets, celulares e outros eletrônicos chamada INTERNET, invadiu os lares de todo o mundo, promovendo

relações das mais diversas. Ela é capaz de proporcionar o acesso do homem a pessoas, lugares, notícias, filmes, transações bancárias, relações empresariais, momentos de entretenimento, de forma que o homem antes não imaginava.

No ano de 2020, fomos surpreendidos pela pandemia da COVID 19, que nos forçou ao isolamento e a internet está sendo a grande companheira e promotora das relações sociais atuais. Todos, tanto aqueles que já utilizavam a tecnologia, como aqueles que nem tanto, precisaram se apropriar das ferramentas tecnológicas e das vantagens que elas proporcionam e utilizá-las como recurso muitas vezes fundamental e determinante para a própria sobrevivência.

E para a educação não foi diferente. O ensino presencial foi substituído pelo ensino à distância, onde de suas casas, através das ferramentas digitais, professor e aluno passaram a participar do processo ensino aprendizagem de forma concomitante, com o uso das Metodologias Ativas e suas inovações ,com a participação mais pró ativa do estudante e com a mediação do conhecimento feita pelo professor, é que se garante a aprendizagem.

Tanto o professor como o estudante muito mais ativo nesse processo dinâmico e inovador, participam como aprendizes dessas metodologias ativas (aprendizagem baseada em projetos, jogos, pesquisas tutoriais, slides, vídeo aulas e apresentações virtuais) e as experimentam assumindo juntos o desafio do enfrentamento dos problemas aproveitando seus conhecimentos prévios, fazendo relação com suas práticas, na busca da apropriação do conhecimento.

Configura-se então o papel do educador não somente como mediador do conhecimento científico e elaborado, mas sim como participante desse processo dinâmico onde as experiências pessoais com o mundo natural e das relações, passam a ser incorporadas para a evolução do conhecimento, onde dúvidas e curiosidades podem ser sanadas pela tecnologia, que traz uma linguagem estratégica, vindo complementar o trabalho do professor.

Onde a busca por novos conhecimentos é incentivada pela ampla capacidade de pesquisa. Nós educadores temos que aproveitar toda esta inovação e as possibilidades de aproximação e interação com os alunos, para escolhermos a metodologia que faz mais sentido para o nosso estudante e para o conteúdo a ensinar, aproveitando as vantagens que o avanço tecnológico nos proporciona.

3. Elementos conceituais

3.1 As necessidades de avanços da prática pedagógica da organização

Didática

Além das aulas em sala, são utilizados outros recursos como atividades extraclasse em forma de brincadeiras, exploração do meio ambiente, pesquisas na biblioteca e passeios com objetivos pedagógicos como: teatro, cinema, parques, universidades, museus etc.

Em sala os professores procuram levar os mais diversificados materiais como: livros de literatura, material dourado, quebra-cabeça, jogo da memória, massa de modelar, argila, globo terrestre, mapas, vídeos, Kit multimídia, acesso ao laboratório de informática e sala de arte.

Reflete todas as experiências em termos de conhecimento que serão proporcionais aos alunos de um determinado curso. A origem da palavra currículo – Cursere (do latim) significa carreira. Assim, o currículo escolar representa a caminhada que o aluno faz ao longo de seus estudos, implicando tanto os conteúdos estudados quanto as atividades realizadas sob a tutela da escola.

O desenvolvimento de um currículo que seja inclusivo para todos os alunos, implica em ampliar as definições atuais de aprendizagem.

O currículo inclusivo é baseado em uma visão de aprendizagem como algo que acontece quando os alunos estão ativamente envolvidos em compreender suas experiências. Este enfoque enfatiza o papel do professor como facilitador do currículo.

. Flexível – de encontro com as necessidades dos alunos. Atender às necessidades dos alunos, em consonância com os estilos de professores. Atitude favorável da escola - diversificar e flexibilizar - o processo de ensino-aprendizagem de modo a atender às diferentes necessidades individuais dos alunos. Uma concepção curricular – as diretrizes e a organização.

Identificação das necessidades educacionais. Adoção de currículo aberto e proposta curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizada.

Adaptação curricular: é um processo de análise e transferência do currículo em uma série e/ou uma disciplina, tendo como objetivo a avaliação diferenciada, para todos os alunos com dificuldade de aprendizagem, sempre na série que o aluno se encontra.

Objetivo:

1. O que o aluno não consegue fazer?
2. Quais os conteúdos que são necessários para alcançar esse objetivo? Que avaliação inicial o aluno já possui.
3. Qual é a sequência das aprendizagens? Qual é o passo mais estratégico para ajudar o aluno? A sequência, a ordem, a temporalização.
4. Como vou ensinar tudo isso? A metodologia, como desenvolver o conteúdo, de maneira que o aluno aprenda?
5. A ajuda tem sido eficaz? Tem alcançado o objetivo?

Avaliações diagnósticas, cumulativas, formativas e contínuas.

Quanto à estrutura. Ação atitudinal

3.2 Organização do Trabalho Pedagógico.

A prática escolar distingue-se de outras práticas educativas, como as pertencentes à família, ao trabalho, ao lazer, à mídia e demais formas de convívio social por constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extenso de tempo.

A escola ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com responsabilidade e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objetivo de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação, são consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres, isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural.

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando aos alunos pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao

saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

Nessa perspectiva, é essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar. As normas de funcionamento e os valores, implícitos ou explícitos que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

Atualmente, a busca de ressignificação da ação educativa na escola, tem se situado, para muitos teóricos da educação, dentro perspectiva progressista.

A perspectiva progressista na educação é configurada por uma série de princípios explicativos do desenvolvimento e da aprendizagem humana que se complementam, integrando um conjunto orientado a analisar, compreender e explicar os processos escolares de ensino e aprendizagem. (IN: PARANÁ, Currículo Básico, SEAD, 1990).

“A configuração do marco para os processos de educação escolar, deu-se entre outras influências, a partir psicologia genética da teoria sócio interacionista e das explicações da atividade significativa. O termo construtivismo provém do reconhecimento da importância da atividade mental construtiva nos processos de aquisição do conhecimento que é antes, de mais nada, uma construção histórica e social na qual interferem fatores da ordem cultural psicológica. Ao contrário de uma concepção de ensino e aprendizagem como um processo que se desenvolve por etapas, em que a cada uma delas o conhecimento é acabado, o que se propõe é uma visão da complexidade e provisoriedade do conhecimento.” (IN: D.C.M. Curitiba, 2006).

A tradição escolar que não faz diferença entre erros integrantes do processo de aprendizagem e simples enganos ou desconhecimentos, trabalha com a ideia de que a ausência de erros na tarefa escolar é a manifestação da aprendizagem. Hoje, graças aos avanços da investigação científica na área da aprendizagem, tornou-se possível considerar o erro como inerente ao processo de aprendizagem e ajustar a intervenção pedagógica para ajudar a superá-lo.

A superação do erro é, resultado do processo de incorporação de novas ideias e de transformação das anteriores, de maneira a dar conta das contradições que se apresentarem ao sujeito para, assim, alcançar níveis superiores de conhecimento. As ideias “equivocadas”, ou seja, construídas e transformadas ao longo do desenvolvimento, fruto de aproximações sucessivas, são expressão de uma construção inteligente por parte do sujeito e, portanto, interpretadas como erros construtivos.

Conceber o processo de aprendizagem como propriedade do sujeito não implica desvalorizar o papel determinante da interação com o meio social, e particularmente, com a escola. Ao contrário situações escolares de ensino e aprendizagem são situações comunicativas, nas quais os alunos e professores atuam como corresponsáveis ambos com influência decisiva para o êxito do processo.

O aluno, por sua vez, aprende e constrói uma representação de si mesmo como alguém capaz.

Nesse processo evidencia-se a necessidade da participação da comunidade, em especial dos pais, tomando conhecimento e interferindo nas propostas da escola e em suas estratégias. O resultado que se espera é a possibilidade de os alunos terem uma experiência escolar coerente e bem-sucedida.

O professor pedagogo tem a função de articular harmonicamente o processo ensino-aprendizagem de forma que viabilize e circule ações que engajem estes processos dentro da escola.

Articular a grande gama de relações interpessoais na escola, contribuindo para que o planejamento seja pensado e construído coletivamente, assim faz necessário que algumas ações sejam encaminhadas como citaremos a seguir:

- Ter uma visão global e crítica do currículo da escola, promovendo com o colegiado, encontros periódicos, onde se abra espaço para que aconteçam discussões na construção coletiva de uma mesma direção, em busca de soluções que alavanquem positivamente, as articulações pedagógicas.

- Contribuir com textos teóricos de diferentes autores, promovendo debates de ideias, para que se possa estabelecer um conhecimento mais científico sobre o que é, e a importância do planejamento no cotidiano escolar.

- Estabelecer uma unidade escolar, ouvindo os anseios de seus pares em busca de melhores caminhos, auxiliando no processo de estabelecimento de metas e objetivos a serem alcançados por todos.

- Estabelecer uma relação de corresponsabilidade por parte dos professores, tanto para os acertos como para as dificuldades ou falhas que possam advir incentivar a construção do planejamento sem medo de deixá-lo flexível a ser modelado no percurso.

- Proporcionar atividades bem elaboradas para o planejamento do ano letivo, deixando claras as concepções de educação que norteia a filosofia da escola.

Estas são algumas ações que o professor- coordenador – pedagógico pode contribuir para construção de um pensar coletivo sobre a importância do planejamento escolar que seja efetivo e consistente na escola.

Facilita o enriquecimento profissional, por ser uma atividade que é movida de reflexão sobre a prática e um esquema guia flexível para uma ação consciente dos professores/a.

Antes que se coloque em funcionamento uma atividade, um período de aula ou uma unidade didática convém decidir suas características gerais. Durante o andamento, quando se desenvolve o plano, podem mudar detalhes e orientar os processos, mas as linhas mestras ficam estabelecidas.

Os planos, assumidos como esquemas flexíveis para atuar na prática, proporcionam segurança ao professor/a abordando com mais confiança os aspectos imediatos e imprescindíveis que lhe são apresentados na ação.

Os planos que os professores/a fazem são recursos para se aproximar progressivamente da prática concreta, das características de seus alunos/as e das condições do meio que trabalham.

Os planos dos professores discutidos e conhecidos pelos alunos são formas de comprometê-los na atividade, comunicar-lhes seu sentido, proporcionando-lhe uma lógica que não se legitima pela simples autoridade do docente, mas por seu sentido.

Os planos que os professores fazem escritos, deveriam ser seguidos de comentários próprios num diário de classe e observados por outros em sua realização, este pode ser um bom recurso de comunicação integrada com outros companheiros, para transmitir e compartilhar experiências profissionais.

. O compromisso ético da educação e dos educadores é que enquanto prática especificamente voltada para os sujeitos humanos em construção, desenvolvendo uma ação de intervenção nesses sujeitos, o seu compromisso fundamental é com o respeito radical à sua dignidade humana. A ética perpassa todo trabalho pedagógico.

Esse compromisso ético da educação é mais acirrado quando nos encontramos, porque as forças de dominação, degradação, opressão e alienação consolidam-se nas estruturas sociais, econômicas e culturais.

As condições de trabalho são ainda muito degradantes, as relações de poder muito opressivas, a vivência cultural, precária e alienante, e a distribuição dos bens naturais, políticos e simbólicos, muito desigual.

Em outras palavras, as condições atuais de existência da humanidade, traduzidas pela efetivação de suas mediações objetivas, são extremamente injustas e desumanizadoras. Assim, por exigência ética, a educação deve conceber-se, planejar-se e realizar-se como investimento intencional sistematizado na consolidação das forças construtivas das mediações existenciais dos homens. É isso que lhe dá, aliás, a sua qualificação ética.

Buscar encaminhamentos pedagógicos com a realidade de cada turma, dar oportunidade aos alunos a expressarem sentimentos como suas preferências, medos, angústias. Um planejamento contextualizado e flexível por parte do professor.

Desenvolver potencialidades individuais e a autonomia dos educandos. Ampliação de projetos sociais com nossa comunidade escolar. Proporcionar mais momentos de reflexão do grupo de professores, como também mais capacitação dentro de uma visão global de educação e com a realidade que temos, com esperança - utopia, pois ela é uma força impulsionadora criadora, um novo princípio de realidade não repressivo, segundo Marcuse (in: Allodi, 1993).

Através de um diálogo interlocutor olhar o outro inserido em seu mundo cultural. Compreender e respeitar a opinião do outro, buscando assim a alteridade. Para compreendê-los temos que encontrar alternativas para a inclusão social, perceber que todos, temos uma bagagem de informações e cultura, onde possamos respeitá-las e valorizá-las quebrando assim a cultura do silêncio. Diálogos interculturais com os alunos, compreendendo que o respeito à opinião do outro é fundamental para uma convivência pacífica e de crescimento pessoal. Só seremos respeitados, quando respeitarmos o

espaço do outro. Devemos buscar alternativas em conjunto para situações cotidianas e de conflitos.

O educador ao pensar a sua prática na sala de aula deve como intelectual, compreender o universo de vida dos seus educandos para que, desde seu lugar e posição de classe, reflita sobre sua prática no ambiente escolar. A complexa realidade do educando deve ser o ponto de partida para suas aulas, devendo o educador ser capaz de fazer ligações entre saberes, experiência do educando e o conhecimento formal, fazendo uma ponte para uma democracia justa, ajudando-o a resolver os conflitos que surgem a cada momento em novas aprendizagens.

Desenvolver uma política séria e inclusiva com uma pedagogia que venha de encontro com os interesses do grupo e as necessidades globais.

Nossa escola vem trabalhando com projetos que visam justamente à afirmativa acima, a escola como espaço democrático do saber, respeitar a autonomia e a identidade do educando exige acima de tudo uma postura e prática do professor com o saber cultural de sua realidade. Parafraseando Freire devemos ter em mente que aprender é uma aventura criadora, algo por isso mesmo, muito rico de que meramente repetir a lição dada.

Diante do exposto, consideramos que a proposta de conteúdos significativos é requisito essencial ao questionamento das relações sociais vividas pelos homens quer seja pela relação entre sujeitos históricos, quer pelo ato de pensar (de refletir sua própria realidade) poderão interferir na história.

Acreditamos na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social, quando possibilita que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento científico para emancipação e promoção do aluno.

Dada à peculiaridade do processo pedagógico, far-se-á necessário reorganizar a escola. A escola segue a linha pedagógica progressista, pretendendo assim, desenvolver relações democráticas, embasada em sua organização, na participação do coletivo escolar e na unidade de trabalho, pautada nos objetivos que permeiam a função social da escola. Cumprindo o seu papel na sociedade com transparência.

A gestão democrática que se propôs, é pelo voto do coletivo escolar, nos moldes de uma eleição para prefeito, apenas o tempo de gestão que é menor, três anos. As chapas são organizadas com: um cargo de diretor geral, dois cargos de diretores

auxiliares, portanto são três servidores concursados, que concorrem à eleição de acordo com a lei vigente, a cada três anos.

Compõem todo o coletivo escolar: o diretor, vice-diretor, conselho escolar, coordenação pedagógica, corpo docente e corpo de apoio administrativo, além da participação dos alunos e de pessoas da comunidade que tenham seus filhos na instituição.

Essa gestão democrática inclui todas as ações inclusive a construção do projeto político pedagógico, que favorecem a democratização da comunidade escolar.

Enfim, é preciso que todos os segmentos da escola se mobilizem a fim de serem um instrumento de transformação da realidade a partir da formação do aluno em cidadão crítico e atuante.

Entende-se que a escola como elemento básico da vida social e cultural, deve desenvolver ações que abordem elementos básicos na ação escolar, como:

- Cidadania – queremos pessoas mais comprometidas na transformação social do seu meio.

- Costumes, tradições, valores dos diferentes grupos étnicos, como cultura ampla dos cidadãos, uma fonte de vitalidade nacional.

- Construção da identidade – dizem respeito à construção do conhecimento, o desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente as diferentes situações da vida; o trabalho educativo cria condições para os educandos conhecerem, descobrirem e re-significarem novos sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais, tais como:

- Ampliar conhecimentos sobre si e o outro, a partir de características biológicas, psicológicas e culturais, reconhecendo-se como único no grupo.

- Construir vínculos positivos, vivenciando situações que envolvam afeto, atenção e limites.

- Explorar força, velocidade, resistência e flexibilidade, em diferentes tempos e espaços, conhecendo seus limites e potencialidades corporais.

- Representar o próprio corpo estabelecendo relações espaciais por meio de diferentes linguagens: corporal, plástica, musical, cênica, entre outras.



- Valorizar atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo, apresentando independência nas ações de alimentação, cuidados com a aparência pessoal e higiene.

- Usar de forma independente, conforme suas potencialidades, diferentes objetos, reconhecendo sua função social.

- Assumir responsabilidades gradativamente e de acordo com suas possibilidades, desenvolvendo confiança e autoestima positiva.

- Ampliar conhecimentos sobre a própria cultura e de outras, desenvolvendo atitudes de respeito e valorização à diversidade de manifestações culturais.

3.3 Concepção de Avaliação

Grande desafio este, avaliação de aprendizagem é um tema pragmático pois envolve uma postura de mudança cultural, desafios contemporâneos, e ainda o contexto socioeconômico da escola. O contexto cultural que abordamos no marco situacional percebe que, hoje, os recursos informáticos e a cultura visual estão aí postos em nossa sociedade.

Portanto, o contexto escolar cada vez mais exige um maior número de fontes de informação além do quadro-negro de giz: a internet e outros meios de comunicação têm-se tornado fontes imprescindíveis de coleta de dados escolares. Como avaliar a aprendizagem que inclui esses outros meios de acesso às informações? Em que medida ela se transforma em conhecimento? Como avaliar crianças que se desenvolvem em diferentes contextos culturais, com diversos tipos de acesso à informação e com níveis variados de desenvolvimento?

Múltiplas respostas podem ser oferecidas para solucionar estas questões, que exige do professor uma especial atenção e capacidade de buscar novos caminhos.

Nesta perspectiva que vamos encaminhar nosso pensamento sobre avaliação, a seguir:

A avaliação é diagnóstica, investigar sobre o desempenho escolar dos estudantes, ela gera um conhecimento sobre o seu estado de aprendizagens, assim tanto é importante o que ele aprendeu como o que ainda não aprendeu. O que já aprendeu está bem; mas, o que não aprendeu (e necessita aprender, porque é essencial) indica a necessidade da intervenção de reorientação... até que aprenda. Algum conteúdo que necessita ser aprendido, como essencial não pode permanecer não aprendido.

Assim o professor deve levar em conta àquele que está aprendendo. Por isso é tão importante que, antes de avaliar, ele se pergunte a serviço de quem está a sua avaliação, quem se beneficia com avaliação que se fez desses alunos concretos. E se não está a serviço de quem aprende, o que significa também estar a serviço de quem ensina esses exercícios de formação e de aprendizagem simplesmente se limita ao exercício de controle, ao exercício de poder, dimensões pouco favoráveis à aprendizagem.

Avaliação não pode ser usada como castigo e punição, não é um exame de qualificação, pois todos os envolvidos aprendem, sejam professores ou alunos, os alunos

aprendem com as informações relevantes extraídas das avaliações, que os ajudará a corrigir e que possam levá-los a incorrer em interpretações ou em respostas não esperadas. Assim os professores compreenderão os motivos de raciocínios infundados, de respostas deduzidas e injustificadas, que levam a esses erros evitáveis, quando subjacentes a eles existir uma intenção sincera de aprendizagem.

A avaliação só deverá ser utilizada para aprender, reafirmar ou retificar, sempre para melhorar, nunca para eliminar, selecionar ou segregar, suprimir a faceta perversa do castigo. Ela é um processo natural que acontece para que o professor tenha uma noção dos conteúdos assimilados pelos alunos, bem como para tomar decisões suficientes e satisfatórias para que os mesmos avancem no seu processo de aprendizagem. A qualificação e a mediação, ao contrário, são produtos artificiais que costumam prestar-se a finalidades que não são essencialmente formativas, prioritariamente educativas. Dentro desta proposta o educando é um ser humano “em desenvolvimento”, uns seres históricos, inacabados, como afirmava Paulo Freire.

A avaliação deve ser compreendida como:

- A observação atenta e curiosa das manifestações dos alunos;
- Reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos das necessidades de desenvolvimento;
- Reflexão de que ensinar é compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo;
- Reflexiva, porque precisa possibilitar ao aluno pensar sobre o que sabe e como sabe.

Identificando o que sabe, abre-se a possibilidade de entender que podem existir outras formas de compreender (ou de fazer). A apropriação de novos procedimentos permite que se passe a compreender melhor o conteúdo e a utilizá-los para realizar as atividades propostas com maior eficiência e autonomia. Nesse sentido, a prática de avaliação precisa ser compreendida como autonomizada.

Avaliação é um processo em que se deve buscar informações não apenas referentes ao tipo de conhecimento que o aluno construiu, mas também e, sobretudo, responder questões sobre porque os alunos aprendem o que aprenderam naquela situação de aprendizagem, como aprenderam, o que aprenderam e o que deixaram de aprender.

Nessa perspectiva, coloca-se para o professor, a necessidade de construção de formas qualitativamente diferentes das que têm sido utilizadas tradicionalmente pela escola, de modo a possibilitarem a obtenção de informações relevantes para a organização da ação pedagógica. Quer dizer informação que permitam saber qual conhecimento aprendido pelo aluno possibilitou a resolução de problema proposta pelo professor, informações que, quando articuladas aos registros referentes ao que foi proposto, à organização da atividade e às formas como o aluno realizou a tarefa, ofereçam ao professor condições para inferir como o aluno aprendeu, o que deixou de aprender e, ainda, porque não foi possível, a ele aprender.

É preciso, também, que o aluno seja informado de maneira qualitativamente que seja diferente das já usuais e sobre quais conteúdos precisa aprender, de forma absoluta o que precisa saber fazer melhor.

Isto aponta para a necessidade de que as anotações, correções e comentários do professor sobre as produções dos alunos ofereçam indicações claras para que este possa efetivamente melhorar.

Para o uso consciente do seu saber, fundamental para a constituição de sua autonomia, coloca-se a necessidade de construção de instrumentos de autoavaliação que possibilitem ao aluno a “tomada de consciência” sobre o que sabe, o que deve aprender, o que precisa saber fazer melhor; instrumentos que favoreçam uma autoanálise do conhecimento construído permitindo ao aluno um maior “controle” de sua atividade. Uma observação contínua do processo de construção da aprendizagem, respeitando o tempo de aprender, também de cada aluno.

Nossa proposta avaliativa consiste em critérios que visão às conquistas e dificuldades do nosso aluno como parte de um todo e não isoladamente como um produto.

O processo de avaliação processual do colégio Cecília Meireles consiste na aplicação de diferentes formas de instrumentos e critérios, avaliação neste documento, deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de qual a forma e em quais condições, como conjunto de procedimentos investigativos que visa possibilitar o ajuste e a orientações da investigação pedagógica, de tal forma que seja possível tanto um ensino quanto uma aprendizagem de melhor qualidade.

3.4 A escola e a democracia – Conselho de classe – Instâncias colegiadas

Para oportunizar uma vivência democrática no ambiente escolar, propiciamos condições do acesso ao conhecimento científico e a construção de espaços de participação de toda comunidade escolar, tais como:

Conselho Escolar – como um instrumento de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a escola e, internamente a esta, entre os vários grupos que a compõem e se, mantêm como objeto constante de reivindicação daqueles que não se contentam com as relações heteronômicas e com as desigualdades de direitos vigentes na instituição de ensino.

Assumindo o desafio de democratizar as decisões da escola pública. Através da eleição direta de todos os representantes dos diferentes segmentos, respeitando o princípio de representatividade e da proporcionalidade. Com a devida legitimidade de deliberar, fiscalizar, avaliar e ser consultado pela comunidade escolar. Garantindo a representatividade necessária nas tomadas de decisões, efetivando a conquista histórica da democratização do ensino público no país.

Pré-conselho, Conselho de classe e Pós-conselho; buscando a avaliação processual, contínua, diagnóstica, formativa e cumulativa. Deve ter nos seus princípios o objetivo de verificar e chegar num consenso, sobre a aprendizagem dos alunos.

Respondendo as seguintes perguntas:

a) o aluno apresenta dificuldades conceituais muito significativas que o impossibilitem de acompanhar a série seguinte?

b) O aluno apresenta dificuldades cognitivas significativas que o impossibilitem de acompanhar a série seguinte (dificuldades, distúrbios, transtornos, necessidades educacionais especiais?

Assim, o Conselho de Classe é um órgão de gestão colegiada de natureza consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, tem como princípio analisar a prática educativa, numa discussão pedagógica indicando alternativas que garantam a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados no Pré-Conselho, é a intervenção em tempo hábil no processo ensino-aprendizagem, oportunizando aos estudantes formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares.

Cabe ao Conselho de Classe, verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão coerentes com o planejamento do professor e matriz curricular.

As deliberações constituem-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações pedagógicas educativas que possam vir a superar necessidades/dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

O Conselho de Classe é deliberativo e formado pelo diretor, diretor auxiliar, Equipe Pedagógica, coordenações, docentes, secretário, estudantes representantes da turma, docentes atuantes no AEE, Salas de Apoio, atividades em Jornada Ampliada, e demais especificidades que compõem o ambiente escolar.

O Conselho de Classe deve ser organizado a partir de três dimensões, em consonância com o regimento escolar:

- I Pré-Conselho: etapa de diagnóstico acerca do processo de ensino- aprendizagem, que conta com a participação de docentes e estudantes e permite analisar tanto aspectos positivos, quanto identificar problemas e suas possíveis causas e posterior efetivação das alterações.
- II Conselho de Classe: etapa realizada em reunião com todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para, de forma colegiada, se posicionarem frente ao diagnóstico levantado no Pré-Conselho, discutindo os dados, avanços, problemas e proposições para a tomada de decisões, com vistas à superação de dificuldades, por meio de encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e efetivação do currículo.
- III Pós-Conselho: etapa de implementação das decisões tomadas no Conselho de Classe com ações da Equipe Diretiva e Pedagógica e dos docentes, como orientação aos estudantes, aos pais ou responsáveis, subsídios aos docentes para a retomada dos planejamentos, entre outras.

3.5 A escola e a democracia: instâncias colegiadas

Para oportunizar uma vivência democrática no ambiente escolar, propiciamos condições do acesso ao conhecimento científico e a construção de espaços de participação de toda comunidade escolar, tais como:

a) Conselho Escolar – como um instrumento de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a Escola e, internamente a esta, entre os vários grupos que a compõem e se, mantêm como objeto constante de reivindicação daqueles que não se contentam com as relações heteronômicas e com as desigualdades de direitos vigentes na instituição de ensino, bem com tratar os assuntos que envolvam uma tomada de decisão coletiva nos aspectos pedagógicos, estruturais sempre com viés da participação de toda comunidade escolar.

Assumindo o desafio de democratizar as decisões da escola pública. Através da eleição direta de todos os representantes dos diferentes segmentos, respeitando o princípio de representatividade e da proporcionalidade. Com a devida legitimidade de deliberar, fiscalizar, deliberar e avaliar e ser consultado pela comunidade escolar. Garantindo a representatividade necessária nas tomadas de decisões, efetivando a conquista histórica da democratização do ensino público no país.

c) Grêmio Estudantil – como política de valorização e incentivo à gestão democrática e a efetiva participação dos alunos nos processos de tomada de decisões da escola, exercendo a democracia na escola.

d) Associação de Pais, Mestres e Funcionários – para além do caráter educacional, tem a finalidade de colaborar para assistência ao escolar e para a integração escola comunidade, nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, além de efetiva participação dos diversos segmentos da escola, com um pacto com a democratização do ensino público.

3. 6 Concepção de Homem

A concepção de homem a ser formado, constituído via processo educativo, tendo em vista a aspectos determinantes pelas necessidades sociais e individuais de um determinado contexto histórico e geograficamente situados em função da concepção teórica adotada.

Visamos a formação do homem, para um mundo como um todo, não trabalhando de forma fragmentada e sim unindo as esferas do saber e do atuar humano, desde a teoria do conhecimento até a educação, saúde e política. Tendo a visão do mundo como um todo, o homem terá mais facilidade em atuar em sociedade, e estar sempre agindo como ser participante transformando sua própria realidade contribuindo também na sociedade.

Segundo FREIRE (2001, p.57) os humanos são seres “capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos”. Sendo assim, o homem deve dominar conceitos, ter acesso ao saber elaborado cientificamente, para alcançar a autonomia senso crítico e reflexivo nas suas ações, participações, escolhas e decisões.

Fundamentada na pedagogia histórico - crítica progressista a Escola tem sua ação didática, desenvolvendo os conteúdos em atividades educativas proporcionadas a aquisição dos instrumentos necessários, isto é, os meios de alcance do conhecimento sistematizado e das técnicas, visando criar no aluno uma percepção exigente, ativa, crítica em relação à realidade humana social, através do trabalho criador, da apropriação do conhecimento científico. A atividade criadora é uma necessidade humana porque só criando, transformando o mundo, o homem, faz um mundo humano e se faz a si mesmo. IN: (C. B. SEED, PARANÁ, PG.152,1990).

Com finalidade de proporcionar uma formação integral, sólida, crítica e criativa, pretende-se utilizar todos os meios didáticos disponíveis dentro do contexto escolar, tais como; recursos audiovisuais (vídeo, retroprojeto, TV Escola), biblioteca, laboratório, (física, química, biologia), sala de Educação Artística e laboratório de informática, ressaltando ainda o uso do livro didático não como único instrumento pronto e acabado, mas como uma complementação no desenvolvimento dos conteúdos.

Nesse processo de aprendizagem democrática, fazemos com que os conteúdos culturais universais incorporados e associados com a prática social, pela humanidade, explicando a realidade humana social e apontando de forma crítica, as possibilidades de atuação do sujeito no processo de transformação dessa mesma realidade, o conhecimento científico elaborado, constantemente reavaliado face às necessidades sociais, em sala de aula discutidos sobre os diversos ângulos do pensamento humano, sendo a interdisciplinaridade, uma das formas do fazer pedagógico da Escola levando os professores a pesquisarem novos saberes em sintonia com os tempos atuais. Buscando compreender as relações sociais no mundo do trabalho e orientando nossos educandos, estamos levando à compreensão política da prática social.

Em vista disso, procuramos proporcionar um ambiente escolar de confiança, tendo em vista a filosofia proposta em formar cidadãos livres e capazes de acreditarem em si próprios e na sua capacidade.

Metodologias decorrentes das relações estabelecidas entre conteúdo – método e concepção de mundo. A concepção de mundo de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se história completa e concreta (In: Gramsci, 1981,32) APUD: Minayo, pg.169. Instigar a aprendizagem pela pesquisa, reflexão, constatação, explicar a realidade social sob os diversos olhares, faz com que o aluno compreenda o mundo do qual faz parte, e assim, contribua, efetivando o seu papel de cidadão no mundo.

Buscar formas de confrontar os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado na perspectiva da apropriação de uma concepção científica e filosófica da realidade social, mediado pelo professor.

Encorpar a dialética com a teoria de compreensão da realidade e como método de intervenção nessa realidade.

3.7 Como formar para a sociedade

Aprender com o outro faz parte do nosso processo histórico, além de ajudarmos a perceber que as diferenças são fundamentais num grupo.

Inserido neste processo, o Colégio Estadual Cecília Meireles, tem procurado refletir sobre seu papel na sociedade e na comunidade com a qual trabalha e quem é o seu aluno.

Reconhecemos que nosso aluno é um ser em desenvolvimento e como tal deve ser respeitado em sua individualidade e no conhecimento que traz consigo. Conhecer sua realidade e o meio em que vive é o primeiro passo na construção do processo de ensino-aprendizagem.

Buscamos a superação da fragmentação do conhecimento, o resgate do ser humano em sua totalidade. Os docentes precisam instigar seus alunos para a recuperação de valores perdidos na sociedade moderna, buscando a justiça plena e ampla para todas as camadas sociais e provocando a formação de valores imprescindíveis como à paz, a harmonia, a solidariedade, a igualdade e principalmente a honestidade. “O docente terá de repensar “por que” e” para que “está formando estudantes. E, nessa concepção de educação, educar significa utilizar práticas pedagógicas que desenvolvam simultaneamente razão, sensação, sentimento e intuição e

que, estimulem a integração intercultural e a visão planetária das coisas, em nome da paz e da unidade do mundo.

Ao proporcionar o desenvolvimento crítico, estamos oportunizando a apropriação do conhecimento com o instrumento necessário para resgatar os fundamentos da sociedade, na qual estamos inseridos historicamente.

“O educador que se quiser eficaz em sua prática pedagógica libertadora, necessita aprofundar sempre mais sua compreensão da realidade histórico-social.”
(ROUANET, Paulo, 1992).

O exercício da autonomia escolar se dá pela construção de um ambiente escolar propício à participação da coletividade nas decisões locais, pois a qualidade de ensino é um problema da coletividade, assim como todos os outros problemas educacionais. Para estes a comunidade escolar deve estar voltada, buscando soluções responsáveis e criativas, por meio de um processo de negociação e de construção de parcerias, rumo à efetivação dos objetivos educacionais.

A escola tem a responsabilidade de ir além dos processos de conhecimento, visando à plena formação do cidadão. Como instituição de ensino, é o espaço privilegiado onde se desenvolve a prática educativa. É nela que se busca a formação desse novo cidadão, capaz de reconhecer-se como parte integrante e ativa da sociedade. O aluno deve receber instrumentos para tornar-se um efetivo agente de mudança.

3.8 Concepção de sociedade

O mundo vive em contínua transformação, e com a necessidade de preparar o homem para que o mesmo tenha uma visão globalizada da realidade, surgindo assim uma nova concepção orientadora que supera a fragmentação do conhecimento humano, ensinado na escola, sendo essas informações isoladas que passam a valer por elas mesmas e não por sua capacidade de ajudar o homem a compreender o mundo, sua realidade e posicionar-se diante de seus problemas vitais e sociais; descuida-se, igualmente, do processo de apropriação crítica e inteligente e mais ainda de sua produção, uma vez que o ensino, em geral, centra-se na reprodução do conhecimento.

Na educação básica não é o caso de esperar criatividade produtiva, entre os professores e alunos, como regra geral, mas deve-se esperar a reconstrução do conhecimento, em vez de apenas reproduzir. A capacidade, por parte dos professores, de montar didáticas participativas e construtivas, através das quais os alunos são desafiados

a se fazerem sujeitos do processo, não simples objetos. O conhecimento está se tornando o verdadeiro capital e o principal recurso gerador de riquezas que exigirá, e com rigor, coisas novas das escolas no que se refere ao desempenho educacional e à responsabilidade educacional.

A organização do ensino em ciclos de aprendizagem teve sua implantação iniciada em 1999. Houve então discussões sobre os ciclos, que representavam não apenas uma mudança de nomenclatura ou a simples eliminação da reprovação nos anos iniciais, mas, a mudança de postura de todos os profissionais da educação frente a prática pedagógica. A partir de 2007, com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, iniciou-se uma nova organização, incluindo a pré-escola no ensino fundamental, como sendo o 1º. Ano, com idade de ingresso a partir dos 6 anos. Os ciclos e séries passam gradativamente a serem extintos, finalizados até 2012.

Atualmente a escola baseia-se nas Diretrizes Curriculares da Secretaria da Educação do Estado do Paraná para o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais (PR, SEED, 2008), no Currículo Básico do Estado do PR (1990), séries iniciais e finais e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (MEC, 2009).

Outra grande preocupação do corpo docente e equipe pedagógica é diferenciar informação e conhecimento. As informações o aluno pode obter em diversas fontes, enquanto o conhecimento necessita de toda uma elaboração, de uma construção de conceitos, da criação de uma rede de relações.

O conhecimento permanece no indivíduo, é internalizado enquanto a informação, muitas vezes, utilizada momentaneamente e logo esquecida.

Contextualizar os conteúdos dando-lhes significado, levando o aluno a construir, questionar, buscar respostas e perceber suas possibilidades é apenas uma parte do que se quer alcançar com a prática pedagógica.

Objetiva-se também, no permeio dos conteúdos, gerarem o aprendizado de valores. Entra aqui uma questão não somente os valores que são trazidos por professores e pelos alunos, mas também ampliando a visão, os valores que regem a sociedade na qual vivemos.

Criar espaços de diálogo, investigação e problematização, tirando proveito da curiosidade natural do educando, possibilitando o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo.



É necessário ter clareza de que a organização curricular não se limita apenas a um simples rol de conteúdos distribuídos e ciclos, anos e séries.

Insere-se nesta listagem de conteúdos toda uma carga de objetivos, procedimentos metodológicos e avaliativos, visando à renovação da prática educativa, pois é necessária que se garanta aos Professores e alunos a utilização plena de sua capacidade de pensamento e ação.

3.9 Socialização Integral do Humano

Uma qualidade central de nós, seres humanos, é que nossa existência biológica não é suficiente; é necessário que a transformemos para dar início à maneira de viver segundo esta ou aquela sociedade, neste ou naquele momento histórico.

Observando duas línguas naturais diferentes podemos verificar que dos inúmeros sons que podemos produzir só alguns são escolhidos para se combinar e significar algo.

Para as pessoas que vivem numa grande cidade, pode parecer estranho como as pessoas que vivem em pequenas localidades andam por suas ruas, atônica entre a imensidão de veículos impacientes correndo de um lado para outro. Dessa maneira não são poucas as pessoas da “cidade” que demonstram não ter habilidade mínima diante dos objetos e modos da vida rural, tendo receio e medos de situações e seres comuns para a população local.

Nossas emoções são transformadas passando a ganhar uma existência social. Ainda que com muito custo, podemos aprender a lidar com nossos desejos, nosso amor, nossa indignação, nossos medos e raivas. Podemos transformar o medo e nos tornar seguros diante de algo que nos ameaçava; uma determinada conduta pode nos provocar fúria e, tempos depois, indiferença.

O importante é que podemos demonstrar que os seres humanos, pertencentes a esse ou aquele grupo, necessitam tomar parte de atividades coletivas e aprender a viver em meio a outras pessoas. Isso significa ainda que o mundo que existe antes de cada ser humano é cheio de recursos para se viver, sejam eles recursos materiais ou simbólicos. Significa ainda que esses recursos existem num primeiro momento no exterior dos indivíduos e devem ser interiorizados, que nos permitem com sucesso relativo, jogar com as forças da natureza, interior e exterior, para que elas atendam as nossas finalidades.

As dimensões da nossa vida social serão sempre a partir dos meios disponíveis para se viver e foram criados em meio às relações sociais. Na íntegra, significa dizer, que cada um de nós, é continuamente “educado”.

3.9.1 Socialização integral, mas não absoluta

A afirmação que a socialização é o desenvolvimento de novas possibilidades de vida, de potencialidade que antes não existiam. Contudo, esse processo não é totalmente. Além dos conceitos e experiências socializados existem necessidades e potencialidades

que não são recobertas por formas sociais e que ficam, portanto, em estado latente. Assim as vidas cotidianas reponham apenas a uma parcela da vida que pode se realizar, mas que não chega a ser vivida. Na vida que se realiza a cada dia nascem – em estado de potência – muitas outras vidas.

O que não conseguimos realizar, o que nos foi sonogado ou impedido, nossas hesitações, o não que dissemos em cada escolha, o que só pudemos fazer com o auxílio de um outro, e chegamos a fazer, não conseguimos repetir e o com maestria. Tudo isso forma um mundo de experiências possíveis, ainda que não realizadas. Esse mundo em estado de potência compõe a experiência real de nossa existência.

Cada um de nós tem em si múltiplas possibilidades de ser diferente, de ter necessidades supridas e potencialidades realizadas. Esse processo não é definido antes do curso de nossas experiências, novas necessidades e potencialidades vão emergindo algo que parecia inimaginável. Cada dia pode ser um movimento esperançoso em direção ao enriquecimento dos modos humanos de se viver. O desenvolvimento das pessoas, numa transformação qualitativa busca realizar necessidades e possibilidades de vida que não eram realizadas.

Para VYGOSTKI (1896-1934), há novas possibilidades de se viver quando experiências já vividas são transformadas em generalizações e podem ser mobilizadas pelas pessoas como recursos para elas agirem no presente. Assim, há desenvolvimento quando aspectos da vida interdita, da vida possível que não chega a ser vivida, chegam a se realizar em formas sociais inéditas. Desse modo, os processos de socialização do ser humano e de sua educação integral não se encerram num dia nem tem pontos de chegada com data marcada. Mas ao contrário, esses processos se confundem com a permanente pré-produção dos múltiplos modos de se viver à existência humana.

3.9.2 Avaliação, cidadania e aprendizagem

Cidadania “conceito de cidadania sempre esteve” fortemente “ligada” à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao sujeito intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (direto), seja ao recorrer a cargo público (indireto). No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de direito, pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que em coletividade os direitos de um sujeito são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da

sociedade. Cidadania, direitos e deveres. “(In: LETICIA&DARINA, 3ª. Série, Ensino Médio, 2010)”.

Cultura – A transformação é o resultado da transformação, das mudanças, que o homem opera sobre o meio. (Saviani, 1998) apud textos impressos, SEED, 2010.

Conhecimento - construção do conhecimento pelo sujeito como ser unitário, no compasso do tempo total, integral e simultâneo; passado, presente e futuro, possibilitando a experiência vivida do sujeito. (PERROTTI, 1986, pg.20), apud textos impressos, SEED, 2010.

Mudança - A transformação que o homem opera sobre o meio não é outra coisa senão por um lado, a mudança, ele não é indiferente às coisas, isso significa que não é passivo. Reage perante a situação, intervém pessoalmente para aceitar, rejeitar ou transformar.

As mudanças somente ocorrem como produto das consciências que foram despertadas e da vontade das pessoas em encontrar melhores caminhos para o que estão realizando. Sabendo ainda que esse envolvimento seja conflituoso e repleto de tensões, não se efetivam mudanças sem que haja rupturas e elas terão que ser produzidas no contexto real em que se dá o processo. São produtos de uma realidade concreta e não de uma formulação abstrata da realidade. O saber é direito de todos, por isso devemos valorizar a formação cultural e científica.

3.9.3 Organização curricular significativa

A participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura, na história, se faz na medida de sua conscientização, o qual implica a desmistificação. O opressor mistifica a realidade e o oprimido capta de maneira mística e não crítica. Daí a necessidade do trabalho humanizante ser inicialmente um trabalho de desmistificação, consistindo na conscientização num processo de tomada de consciência crítica de uma realidade. “O resgate no homem contemporâneo o seu caráter de sujeito social, histórico e cultural. Ser sujeito é se colocar como autor das transformações sociais” `KRAMER, 1996 (in: UTP, mimeografados, 2000).

A partir do instante em que um sujeito ingressa na escola, busca pelo conhecimento científico, os saberes universais, construídos pela sociedade.” A dimensão do conhecimento universal, ampliando a consciência dos homens e mulheres no sentido

de transformação da sociedade, com qualidade de vida para todos, neutralizando, assim, as forças de “reprodução da sociedade”. (BOURDIEU E PASSERON, PG.24,1966).

A produção do conhecimento como forma de construção da identidade do sujeito, com capacidade de questionar e transformar as estruturas de poder que o oprimem.

Transmitir os conteúdos escolares e o acesso ao conhecimento sistematizado, efetivando assim, a função social da escola, empreendendo todos os esforços para cumprir esse compromisso com os alunos, professores, funcionários e comunidade.

Além do desenvolvimento de várias habilidades intelectuais, enfatiza-se a importância de o aluno aprender o modo de interagir com os companheiros; aumentar sua independência e autonomia; desenvolver padrões morais e a consciência; e aprender a manipular adequadamente os próprios conflitos e ansiedades, pois os modos pelos quais os alunos manejam as tarefas afetarão significativamente seu comportamento posterior.

Considerando a Educação como parte integrante de relações sociais, políticas e econômicas, faz-se necessário a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional para o constante exercício da cidadania e para responder às necessidades educativas fundamentais que toda criança, adolescente ou adulto tem direito.

Para GANDIN (1997, p.31) “... aprendizagem significa a busca do aprender mais e melhor, tendo em vista o compromisso com uma sociedade mais justa e solidária”

Num mundo em que a competência se desmancha em competitividade sem limites, em que o individualismo e a falta de solidariedade criam novas fronteiras de exclusões, é preciso recuperar o discurso do ser para os outros, com os outros, o saber e o poder como meio de trabalho para servir e melhorar a sociedade. Neste sentido, a busca da escolarização como compromisso com o conhecimento social e histórico se torna uma prerrogativa de cada pessoa e de todos os envolvidos na Educação Integral do Colégio Estadual Cecília Meireles. O projeto político pedagógico que se delineia vem da percepção e compreensão da função social da escola, da cultura e do professor em seu processo pessoal e profissional de trabalho.

Com a intenção de organizar a estruturação curricular da parte diversificada, definindo as disciplinas para a Educação Integral, muitas reuniões e debates foram realizados. O embate e reflexões, nas reuniões com professores, pedagogos, diretores e vice-diretores(as) e funcionários, serviram também como espaço para os encaminhamentos didáticos e sustentaram a pretensão de um processo formativo

contínuo, mesmo sem a existência de um projeto e processo sistêmico definidos, esse enfrentamento cresceu com a organização dos professores.

A Literatura é muito importante na alfabetização e letramento, o enriquecimento do vocabulário e o contato com diversos textos propiciam, aos alunos e alunas, aquisição da leitura e da escrita. As DCMC (2006), mostram que o domínio da Língua Portuguesa falada e escrita é condição imprescindível para as aprendizagens escolares e para a sobrevivência digna dos cidadãos em uma sociedade letrada e informatizada. Priorizam a Literatura como fonte de fruição e defendem que a sistematização dos conteúdos relativos à língua deva estar pautada na perspectiva do eixo USO-REFLEXÃO-USO, tendo o texto como objeto de estudo.

Deste modo, as habilidades de leitura, oralidade e escrita devem ser desenvolvidas no contexto dos diversos gêneros textuais que circulam socialmente, pois neles a língua se manifesta na sua totalidade e a linguagem adquire significado. Contar histórias é muito importante ‘as histórias fazem com que as pessoas nos pertençam’ fala do menino aborígene, primeiros povos australianos, narrando sua cultura no filme AUSTRALIA, 2008.

3.9.4 Proposta Pedagógica Curricular

Ensino Fundamental – MANHÃ/TARDE

ESTABELECIMENTO: CECÍLIA MEIRELES, C E-E FUND MÉDIO e PROF					
CURSO:4039 - ENS. FUNDAMENTAL 6º/9º ANO		Turno: Tarde			
DISCIPLINAS	COMPOSIÇÃO CURRICULAR	ANO / Carga Horária Semanal			
		6º	7º	8º	9º
ARTE	BNC	2	2	2	2
CIENCIAS	BNC	3	3	3	3
EDUCAÇÃO FÍSICA	BNC	2	2	2	2
ENSINO RELIGIOSO *	BNC	1	1		
GEOGRAFIA	BNC	2	3	3	3
HISTÓRIA	BNC	3	2	3	4
LÍNGUA PORTUGUESA	BNC	5	5	5	5
MATEMÁTICA	BNC	5	5	5	5
L.E.M.-INGLÊS	PD	2	2	2	2
Carga Horária Total		25	25	25	25

Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96

*ENSINO RELIGIOSO – Disciplina de matrícula facultativa.

Ensino Médio – MANHÃ

ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES, C E-E FUND MED, PROF				
CURSO: ENSINO MÉDIO		Turno: M		
ANO DE IMPLANTAÇÃO -2010 - SIMULTÂNEA		Módulo: 20 semanas		
DISCIPLINAS	COMPOSIÇÃO CURRICULAR	Série / Carga Horária Semanal		
		1º Ano	2º Ano	3º Ano
BIOLOGIA	BNC	2	2	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	BNC	2	2	2
FILOSOFIA	BNC	1	1	1
HISTÓRIA	BNC	2	2	2
LÍNGUA PORTUGUESA	BNC	4	4	4
ARTE	BNC	1	1	1
FÍSICA	BNC	2	2	2
GEOGRAFIA	BNC	2	2	2
MATEMÁTICA	BNC	3	3	3
SOCIOLOGIA	BNC	1	1	1
QUÍMICA	BNC	2	2	2
L.E.M.-INGLÊS	PD	2	2	2
Educação Financeira	PD	1	1	1
Projeto de Vida	PD	1	1	1
Carga Horária Total		25	25	25
Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.				
BNC=BASE NACIONAL COMUM				

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS – MANHÃ

CURSO: Técnico em Desenvolvimento de Sistemas			CÓDIGO:		TURNO: Manhã		C.H. Total: 3298 horas		
DIAS LETIVOS ANUAIS: 200				ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2022		FORMA: Gradativo			
CÓDIGO	FORM	ÁREAS DO CONHECIMENTO		Componente Curricular			1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE

	AÇÃO GERAL BÁSICA – FGB	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	ARTE	67	0	0
			EDUCAÇÃO FÍSICA	67	0	67
			LÍNGUA INGLESA	67	67	0
			LÍNGUA PORTUGUESA	100	100	133
		CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	FILOSOFIA	67	0	0
			GEOGRAFIA	67	67	0
			HISTÓRIA	67	66	0
			SOCIOLOGIA	0	66	0
		MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	100	100	133
		CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	FÍSICA	66	0	67
			QUÍMICA	66	67	0
			BIOLOGIA	66	67	0
		TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA		24	18	12
		TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA		800	600	400
		PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA	PROJETO DE VIDA	67	33	33
			EDUCAÇÃO FINANCEIRA	33	33	33
		TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA		3	2	2
		TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA		27	20	14
CÓDIGO	FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL OBRIGATÓRIA	ITINERÁRIO FORMATIVO OBRIGATÓRIO INTEGRADO EM TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Análise e projetos de sistemas	33	67	100
			Ciência da computação	67	67	
			Lógica computacional	67		
			Banco de dados	66	67	
			Programação Back-end			133
			Programação-Front-end		133	
			Programação Mobile		133	
			Programação no Des.de Sistemas			133
CÓDIGO	FORMAÇÃO	ITINERÁRIO	Ciências de Dados			100

O	TÉCNICA PROFISSIONAL ELETIVA	FORMATIVO	Jogos Digitais			100
		ELETIVO	Computação Gráfica			100
		INTEGRADO	Infraestrutura de Redes			100
		EM	Segurança de Redes			100
		TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS				
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS				7	14	17
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO = PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA + FORMAÇÃO TÉCNICA OBRIGATÓRIA + ELETIVA				333	533	632
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS ^{2,3}				34	34	31
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAL				1133	1133	1032
CÓDIGO	FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL OBRIGATÓRIA	ITINERÁRIO	Análise e projetos de sistemas	33	67	100
		FORMATIVO	Ciência da computação	67	67	
		OBRIGATÓRIO	Lógica computacional	67		
		INTEGRADO	Banco de dados	66	67	
		EM	Programação Back-end			133
		TÉCNICO DE	Programação-Front-end		133	
		DESENVOLV	Programação Mobile		133	
		IMENTO DE SISTEMAS	Programação no Des.de Sistemas			133
CÓDIGO	FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL ELETIVA	ITINERÁRIO	Ciências de Dados			100
		FORMATIVO	Jogos Digitais			100
		ELETIVO	Computação Gráfica			100
		INTEGRADO	Infraestrutura de Redes			100
		EM	Segurança de Redes			100
		TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS				

TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS	7	14	17
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO = PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA + FORMAÇÃO TÉCNICA OBRIGATÓRIA + ELETIVA	333	533	632
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS ^{2,3}	34	34	31
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAL	1133	1133	1032

¹ Matriz Curricular de acordo com a LDB 9394/96

3.9.5 Prática social – ponto de partida

Visão `síncrise`. Significa uma reunião artificial de ideias ou de teses de origens disparatadas. Visão de conjunto confusa, de uma totalidade complexa. É a percepção global indistinta da qual surgem, depois, objetos distintamente percebidos.

Na síncrise, há o confronto do sujeito com um problema sobre o qual não há clareza das medidas a serem tomadas. Há um desafio. Algo a ser resolvido. A síncrise é o primeiro momento da aprendizagem, é uma visão desfocada de um fato, um conceito ainda não elaborado, e para que este conceito seja elaborado, parte - se para a mobilização, para o conhecimento que é interesse do aluno em conhecer os fatos que devem ser produzidos, visando possibilitar o vínculo significativo entre sujeito e objeto. A mobilização para o conhecimento estabelece, em primeiro nível de significação em que o aluno chegue a elaborar as primeiras representações mentais do objeto a ser reconhecido.

3.9.6 A situação-problema em sala de aula, mediada pelo professor, desencadeia ações que quanto mais envolvido os alunos estiverem, maiores serão os interesses em resolvê-lo.

Diante de uma situação-problema várias atitudes são possíveis. As tentativas de explicações dos fatos com objetividade, passam por referenciais econômicos, políticos, sociais, biológicos, religiosos..., à luz desses referenciais busca-se uma solução compromissada, havendo percepção das consequências das decisões tomadas, decorrem as ações ajuizadas dos fatos.

a) A instrumentalização, os meios de alcance para os alunos, a interação com a produção técnica ou científica, como caminhos para fazer a construção do próprio saber.

b) A catarse, onde o aluno, reelabora o conceito já existente. A análise é um processo de aproximação sucessiva para a construção do conhecimento, é um segundo nível de interação onde o aluno deve construir, pela sua ação, o conhecimento através da elaboração de relação cada vez mais totalizante.

c) A prática social, o ponto de chegada, a visão da síntese, a conclusão da análise realizada da situação-problema, após ter realizados os questionamentos, as interrogações, a busca de respostas. É a construção do saber dos alunos, mediado pelo professor.

Diariamente, a intencionalidade do ato de ensinar transforma-se em ação na sala de aula onde o professor não aparece como detentor do conhecimento, mas como mediador da aprendizagem, através da interação com o aluno.

No contato diário, o professor com alunos, acontece a construção de conceitos e aprendizagens, através de conteúdos significativos que provoquem questionamentos, problematizações e a busca de respostas.

O homem vive em sociedade, é um ser que tem inteligência que reflete, questiona e modifica situações. Assim considerando, temos que buscar uma educação voltada para essa realidade, na qual todos vivem buscando um bem comum, individual e coletivo, interagindo assim dentro de um processo que deve ser baseado num processo mútuo, na solidariedade e na justiça.

A sociedade de hoje, denominada “sociedade do conhecimento”, começa a exigir com mais rigor, ações ainda mais novas com relação ao desempenho e responsabilidade social. Precisamos repensar a fundo o que significa ser uma pessoa instruída. Ao mesmo tempo, o modo como aprendemos e o modo como ensinamos sofrem mudanças rápidas e drásticas com resultado, em parte, de nova compreensão teórica dos processos de aprendizagem e, em parte, da nova tecnologia.

3.9.7 Educação – Concepção de currículo

A discussão sobre o conhecimento escolar pressupõe na maioria das vezes em que é realizada, uma tomada de posição em relação ao que se entende por currículo. Nesse sentido há diferentes caminhos a serem seguidos. Podemos começar lançando mão da etimologia da palavra currículo. Encontramos em Lucarelli (2001, a discussão sobre etimologia em que a autora observa que “a palavra currículo vem da palavra latina currere – correr – referindo-se ao que deve ser alcançado”, assim, o currículo pode ser entendido também como o curso a ser seguido.

Dentro da realidade que se apresenta, a escola encontra-se incumbida de outras funções, que não exclusivamente transmissora de conhecimento. Não podendo desenvolver todas as suas funções, a contento, sem a cooperação de outras instituições e profissionais. Dependemos da participação contínua de pais, alunos, profissionais da escola e demais integrantes da comunidade escolar.

Além de reconhecer aquele a quem se ensina, é necessário refletir sobre o que se ensina e que conteúdos são importantes para o aluno. É no currículo que encontramos os

conteúdos necessários para a formação do aluno. Conteúdos culturais universais incorporados pela humanidade, mas permanentemente reavaliados face às necessidades sociais, indissociáveis da prática social, explicando a realidade humana social. Apontando, de forma crítica, as possibilidades de atuação do sujeito no processo de transformação dessa mesma realidade. Tendo o professor como mediador. Não um currículo compartimentado, mas um currículo dinâmico, em constante discussão e construção por parte dos componentes da escola.

Outro aspecto importante é a formação do professor. Ele deve estar preparado para discutir a sua prática, os conteúdos necessários, as metodologias mais adequadas. Para tanto é necessário criar momentos de estudo que possibilitem a discussão e a avaliação de seu trabalho, visando uma melhor formação profissional.

Sabemos que, mesmo inconscientemente, o professor leva para a sala de aula, uma ideologia, uma concepção própria sobre o ensino e aprendizagem.

A reflexão continuada sobre essas questões é importante para o reconhecimento dos pressupostos pedagógicos que cada profissional traz embutidos em sua prática. Buscar a coerência entre teoria e prática tem sido uma preocupação crescente de nosso corpo docente. É fato que nas últimas décadas, as mais variadas tendências pedagógicas permearam a educação brasileira. Muitas delas foram até erroneamente confundidas com métodos de ensino. Na maioria dos casos elas não aparecem na prática das escolas em sua essência, mas articuladas a outros.

A nossa prática pedagógica busca propor um trabalho pedagógico articulando as relações estabelecidas entre conteúdo - método e concepção de mundo. Conhecer e confrontar os saberes trazidos pelos educandos com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico-filosófica da realidade social. Incorporar a teoria e a prática como compreensão da realidade e como formas de intervenção nessa realidade.

Considerando pertinente entender o currículo; dando a importância ao caminhar em busca de respostas que atendam às necessidades do ensino e aprendizagem do aluno e do professor, na intenção de não pôr em foco a ideia de currículo como redes de saberes e fazeres dos sujeitos que praticam os diferentes modos, os múltiplos espaços e tempos das escolas.

Gimeno Sacristan, Alves e colaboradores (SEED, 2008) defendem a proposta de que existem muitos currículos em ação em nossas escolas, apesar dos diferentes mecanismos homogeneizadores. Assim, tomar como referência do currículo essa diversidade de interações, saberes e fazeres realizados nas redes tecidas no cotidiano escolar implica assumi-lo como permanente devir, como permanente produção que se diferencia e que se realiza a partir das próprias redes compartilhadas pelos sujeitos. Mais do que documentos prescritos, o currículo que se realiza na escola é aquele viabilizado pelas redes que lá estão.

Pensar o currículo de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano, que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas. Ou seja, para se poder falar dos currículos praticados nas escolas é necessário estudar hibridismos culturais vividos nos cotidianos.

“Uma coisa é o currículo considerado como intenção, um plano ou uma prescrição que explica o que desejaríamos que ocorresse nas escolas, e outra é o que existem nelas; o que realmente ocorre em seu interior. O currículo tem que ser entendido como uma cultura real, que surge de uma série de processos, mais que objeto delimitado e estatístico que se pode planejar e depois implantar”
(Gimeno Sacristan, Seed, 2008.)

Falar e pensar em alternativas curriculares, sobretudo, pensando-as como possibilidades de contribuição para a emancipação social, pressupõe compreender o currículo não apenas como uma lista de conteúdo a ser ministrada a um determinado grupo de sujeitos, mas também como criação cotidiana daqueles que faz as escolas e como prática que envolve todos os saberes e processos interativos do trabalho pedagógico realizado por alunos e professores.

O trabalho crítico de valorização e discussão das experiências, dos valores e das culturas dos sujeitos da escola, vivenciadas nos mais diversos espaços-tempos sociais, pode ser identificado no trabalho pedagógico que dê condições ao aluno de ter acesso ao saber científico e filosófico. A socialização do saber elaborado, às camadas populares da sociedade, enquanto instrumento de compreensão em atuação para transformação da realidade social, proporcionando uma ação política e pedagógica em prol da democracia.

Assim entendida, uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar; tem uma direção, um sentido, um “para que”, tem objetivo (Kramer, 1999).

3.9.8 Estágio obrigatório e Não Obrigatório.

A prática profissional é um método didático-pedagógico que aborda os saberes apreendidos relacionando teoria e prática, promovendo situações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano.

Enquanto Instituição formadora, temos a pretensão de capacitar e aperfeiçoar o conhecimento técnico adquirido pelos nossos estudantes, aliando a teoria com a prática como parte integrante de sua formação profissional, através de visitas técnicas em empresas da área tecnológica, participação em feiras experimentais e de treinamentos, palestras, exposições e eventos relacionados a área de formação do curso, para dar segurança e confiança a este estudante que está sendo preparado para o mercado de trabalho.

O contato com a prática da área escolhida como profissão, prepara e incentiva o estudante e futuro profissional, a cada vez mais se dedicar ao estudo do objeto de trabalho, bem como o seu estágio.

A Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio obrigatório e não-obrigatório de estudantes e, a Deliberação nº 02/09 do CEE, que estabelece normas para a organização e a realização dos estágios, definem também obrigações da instituição de ensino para com os estágios não-obrigatórios.

No Parágrafo único do Art. 7º da Lei 11.788/08: “ O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.”

Na Deliberação 02/09 do CEE, Art. 1º, Parágrafo 1º, incisos I e II:

“I – o estágio, obrigatório, e, não-obrigatório assumido pela instituição de ensino, deverá estar previsto no Projeto Político-Pedagógico;

II – “o desenvolvimento do estágio deverá estar descrito no plano de estágio;”.

A Deliberação 02/09, Art. 4º, Incisos III - “Plano de Estágio, a ser apresentado para análise juntamente com o Projeto Político-Pedagógico, ou em separado no caso de estágio não obrigatório implantado posteriormente, visará assegurar a importância da relação teoria-prática no desenvolvimento curricular, deverá ser incorporado ao termo de

compromisso e será adequado à medida da avaliação de desempenho do aluno, por meio de aditivos.”

Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sob o aspecto produtivo.

- Contribuir para a formação do aluno no desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho que oportunizem concebê-lo como ato educativo.
- O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.
- Visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

3.9.9 Processo de Ensino Aprendizagem: educação para o pensar e existir no mundo

O homem é o único animal que vive num mundo de símbolos e significados e que tem a capacidade de raciocinar e buscar respostas para seus questionamentos.

Aí reside a necessidade de uma formação humana que busque a construção de uma sociedade justa e responsável que promova “qualidade de vida” no Planeta. Transformar a sala de aula num espaço de diálogo para que o aluno desenvolva um pensar crítico, inteligente e criativo.

Na gestão democrática do processo pedagógico: o princípio da gestão democrática está diretamente associado a dois princípios; para a formação da cidadania: a autonomia e a participação, imprescindíveis para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa e igualitária. `` DCEMC (2006).

4. MARCO OPERACIONAL

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Cecília Meireles, adotou-se a construção do conhecimento buscando instrumentalizar a aprendizagem, instigando o interesse em apreender, compreender, representar e interpretar o conhecimento sistematizado adquirido no processo ensino-aprendizagem. As redes de construções do conhecimento são constituídas pelo sujeito, na sua relação com os outros e com o mundo, isto significa que os saberes que o professor apresentar precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado pelo aluno para a construção do conhecimento, sendo o professor o mediador na construção do conhecimento científico.

Além destes referenciais adotados na elaboração da Proposta Pedagógica, o ensino com pesquisa se faz necessário, pois ocupa um lugar importante na construção do conhecimento e é através da pesquisa que o educando questionará, sendo possível reconstruir a passagem de objeto para sujeito, fazendo do educando uns seres ativos, participativos, produtivos, reconstrutivo para que possa fazer e refazer oportunidade e o ensino com pesquisa é uma maneira de estudar e aprender, o fazer-se e refazer-se, ambas visam formar para o questionamento reconstrutivo, na passagem de objeto para o sujeito.

A participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura, na história, se faz na medida de sua conscientização, o qual implica a desmistificação. O opressor mistifica a realidade e o oprimido capta de maneira mística e não crítica. Daí a necessidade do trabalho humanizante ser inicialmente um trabalho de desmistificação, consistindo na conscientização num processo de tomada de consciência crítica de uma realidade. “O resgate no homem contemporâneo o seu caráter de sujeito social, histórico e cultural. Ser sujeito é se colocar como autor das transformações sociais.” KRAMER, 1996 (in: UTP, mimeografados, 2000).

A partir do instante que um sujeito ingressa na escola, busca pelo conhecimento científico, o saber universal, construído pela sociedade.” A dimensão do conhecimento universal, ampliando a consciência dos homens e mulheres no sentido de transformação da sociedade, com qualidade de vida para todos, neutralizando, assim, as forças de “reprodução da sociedade”. ``. (IN: BOURDIEU E PASSERON, PG.24,1966).

A produção do conhecimento como forma de construção da identidade do sujeito, com capacidade de questionar e transformar as estruturas de poder que o oprimem.

Transmitir os conteúdos escolares e o acesso ao conhecimento sistematizado, efetivando assim, a função social da escola, empreendendo todos os esforços para cumprir esse compromisso com os alunos, professores funcionários e comunidade.

Além do desenvolvimento de várias habilidades intelectuais, enfatiza-se a importância de o aluno aprender o modo de interagir com os companheiros; aumentar sua independência e autonomia; desenvolver padrões morais e a consciência; e aprender a manipular adequadamente os próprios conflitos e ansiedades, pois os modos pelos quais os alunos manejam as tarefas afetarão significativamente seu comportamento posterior.

Ainda devido a um número significativo de alunos com defasagem de aprendizagem, a escola vem desenvolvendo o projeto de apoio pedagógico e sala de recurso com o apoio incondicional da Secretaria de Estado da Educação, e com encaminhamento metodológico inovador, que possibilitam a progressão do aluno, possibilitando seu acompanhamento dos conteúdos ministrados pelos professores em sala de aula.

Diante do exposto, consideramos que a proposta de conteúdos significativos é requisito essencial ao questionamento das relações sociais vividas pelos homens quer seja pela relação entre sujeitos históricos, quer pelo ato de pensar (de refletir sua própria realidade) poderão interferir na história.

Acreditamos na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. As constituições das escolas públicas brasileira precisam viabilizar o pensamento sobre a lógica da dominação, o pensar, a dominação sobre a natureza, sobre os homens, sobre a natureza interior – em nível de conscientização - de maneira reflexiva e crítica, pois a dominação permanece como catástrofe permanente, coexiste na história, surge a qualquer momento, com uma nova organização e a escola está colocada como instância determinante e de dominação.

Visando a concepção de sociedade, podemos pensar em uma educação, para uma sociedade mais justa, com a participação dos cidadãos. A educação que buscamos tem na proposta o bem comum; assim reforçamos a dimensão educativa, na responsabilidade, na compreensão do valor necessário para o aperfeiçoamento do homem, sendo um ser ativo e participativo e agindo na sociedade com o intuito de torná-la melhor. A escolarização básica constitui instrumento indispensável à construção da sociedade

democrática, porque tem como função a socialização do conhecimento científico e sistematizado que constitui o indispensável à formação e ao exercício da cidadania.

Para a efetivação da democratização das escolas públicas, é necessária atuação em duas frentes, a política e a pedagogia, entendendo-se que a atuação política tem caráter pedagógico e a atuação pedagógica tem caráter político. O pensamento político na escola se faz pela opção e intenção de espaço para crítica à política, colocada e pensada como instância determinante e de dominação. Segundo Adorno, (Escola de Frankfurt, In: Allodi, 2000), o melhor regime político é aquele orientado para a emancipação.

A atuação política implica o envolvimento dos educadores nos movimentos sociais e organizações sindicais, e particularmente, nas lutas organizadas em defesa da escola unitária, democrática e gratuita. A escola pública deve ser democrática, garantindo a todos o acesso e a permanência, no mínimo da escolarização regulamentada por lei, levando em conta as características específicas dos alunos que frequentam. Deve ser democrática, também no sentido de vigorar, nela, mecanismos democráticos de gestão interna envolvendo a participação conjunta da direção, dos professores e dos pais.

Uma pedagogia voltada para os interesses populares de transformação da sociedade compreende o trabalho pedagógico e docente como processo de transmissão/assimilação ativa dos conteúdos escolares, inseridos na totalidade mais ampla do processo social.

Dentro da concepção de educação podemos constatar que:

“Não há educação fora da sociedade humana e não há homem no” vazio “. (Paulo Freire, 2000, pg.8).

É preciso inscrever-se historicamente, recriando e transformando a realidade.

Na intenção de uma educação mais libertadora, faz-se absolutamente fundamental, que se tire à roupagem alienada e alienante, configurando de maneira única e absoluta, como força de mudança e de libertação. Essa educação deve ser em si mesma um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores, percebendo-se não apenas participante do mundo, mas transformadores deste a partir das relações estabelecidas com a realidade e na realidade.

Sendo o homem sujeito de sua própria educação, toda ação educativa deverá promover o próprio sujeito, e não ser, instrumento de ajuste desta sociedade. Será graças à consciência crítica cujas características serão analisadas a seguir, que ele assumirá cada vez mais esse papel de sujeito, escolhendo e dedicando, enfim libertando-se.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Cecília Meireles, adotar-se-á a construção do conhecimento buscando instrumentalizar a aprendizagem, instigando o interesse em apreender, compreender, representar e interpretar o conhecimento sistematizado adquirido no processo ensino-aprendizagem. As redes de construções do conhecimento são constituídas pelo sujeito, na sua relação com os outros e com o mundo, isto significa que os saberes que o professor apresentar precisam ser trabalhados, refletidos, reelaborados pelo aluno, sendo o professor o mediador na construção do conhecimento científico.

Além destes referenciais adotados na elaboração da Proposta Pedagógica, o ensino através da pesquisa se faz necessário, pois ocupa um lugar importante na construção do conhecimento e é através da pesquisa que o educando questionará reconstruir a passagem de objeto para sujeito, fazendo dos educandos seres ativos, participativos, produtivos para que possam fazer e refazer oportunidade de apropriação do conhecimento, pois, segundo Freire (2001): “não existe pesquisa sem ensino e nem ensino sem pesquisa”. Desde o início da escolarização, deve-se focar na importância da pesquisa para a construção do conhecimento do aluno com uma formação crítica, criativa e inovadora.

O ensino com pesquisa é uma maneira de estudar e aprender, o fazer-se e refazer-se visa formar para o questionamento reconstrutivo.

A participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura, na história, se faz na medida de sua conscientização, o qual implica a desmistificação. O opressor mistifica a realidade e o oprimido capta de maneira mística e não crítica. Daí a necessidade do trabalho humanizante ser inicialmente um trabalho de desmistificação, consistindo na conscientização num processo de tomada de consciência crítica de uma realidade. “O resgate no homem contemporâneo o seu caráter de sujeito social, histórico e cultural. Ser sujeito é se colocar como autor das transformações sociais” `KRAMER, 1996 (in: UTP, mimeografados, 2000).

A partir do instante em que um sujeito ingressa na escola, busca pelo conhecimento científico, os saberes universais, construídos pela sociedade.” A dimensão do conhecimento universal, ampliando a consciência dos homens e mulheres no sentido de transformação da sociedade, com qualidade de vida para todos, neutralizando, assim, as forças de “reprodução da sociedade”. (BOURDIEU E PASSERON, PG.24,1966).

A produção do conhecimento como forma de construção da identidade do sujeito, com capacidade de questionar e transformar as estruturas de poder que o oprimem.

Transmitir os conteúdos escolares e o acesso ao conhecimento sistematizado, efetivando assim, a função social da escola, empreendendo todos os esforços para cumprir esse compromisso com os alunos, professores, funcionários e comunidade.

Além do desenvolvimento de várias habilidades intelectuais, enfatiza-se a importância de o aluno aprender o modo de interagir com os companheiros; aumentar sua independência e autonomia; desenvolver padrões morais e a consciência; e aprender a manipular adequadamente os próprios conflitos e ansiedades, pois os modos pelos quais os alunos manejam as tarefas afetarão significativamente seu comportamento posterior.

Considerando a Educação como parte integrante de relações sociais, políticas e econômicas, faz-se necessário a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional para o constante exercício da cidadania e para responder às necessidades educativas fundamentais que toda criança, adolescente ou adulto tem direito.

Para GANDIN (1997, p.31) “... aprendizagem significa a busca do aprender mais e melhor, tendo em vista o compromisso com uma sociedade mais justa e solidária”

Num mundo em que a competência se desmancha em competitividade sem limites, em que o individualismo e a falta de solidariedade criam novas fronteiras de exclusões, é preciso recuperar o discurso do ser para os outros, com os outros, o saber e o poder como meio de trabalho para servir e melhorar a sociedade. Neste sentido, a busca da escolarização como compromisso com o conhecimento social e histórico se torna uma prerrogativa de cada pessoa e de todos os envolvidos na Educação Integral do Colégio Estadual Cecília Meireles. O projeto político pedagógico que se delineia vem da percepção e compreensão da função social da escola, da cultura e do professor em seu processo pessoal e profissional de trabalho.

Com a intenção de organizar a estruturação curricular da parte diversificada, definindo as disciplinas para a Educação Integral, muitas reuniões e debates foram

realizados. O embate e reflexões, nas reuniões com professores, pedagogos, diretores e vice-diretores(as) e funcionários, serviram também como espaço para os encaminhamentos didáticos e sustentaram a pretensão de um processo formativo contínuo, mesmo sem a existência de um projeto e processo sistêmico definidos, esse enfrentamento cresceu com a organização dos professores.

A Literatura é muito importante na alfabetização e letramento, o enriquecimento do vocabulário e o contato com diversos textos propiciam, aos alunos e alunas, aquisição da leitura e da escrita. As DCMC (2006), mostram que o domínio da Língua Portuguesa falada e escrita é condição imprescindível para as aprendizagens escolares e para a sobrevivência digna dos cidadãos em uma sociedade letrada e informatizada. Priorizam a Literatura como fonte de fruição e defendem que a sistematização dos conteúdos relativos à língua deva estar pautada na perspectiva do eixo USO-REFLEXÃO-USO, tendo o texto como objeto de estudo.

Deste modo, as habilidades de leitura, oralidade e escrita devem ser desenvolvidas no contexto dos diversos gêneros textuais que circulam socialmente, pois neles a língua se manifesta na sua totalidade e a linguagem adquire significado. Contar histórias é muito importante 'as histórias fazem com que as pessoas nos pertençam' fala do menino aborígene, primeiros povos australianos, narrando sua cultura no filme AUSTRALIA, 2008.

4.1 Avaliação da aprendizagem.

A avaliação é norteada utilizando-se dos dados das mais variadas atividades avaliativas (provas, trabalhos, seminários, observações) realizadas no âmbito escolar, de modo a verificar o rendimento dos estudantes.

De acordo com a resolução 15/2017:

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o(a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos(as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito.

Assim, é necessário que ocorra a unificação dos educadores, apresentando formas diversificadas de avaliação no sentido de alcançar as metas e o desenvolvimento do educando. É necessário que ocorra vários olhares sobre a avaliação, no sentido de

proporcionar sempre um melhor aproveitamento e desempenho do educando no seu dia a dia escolar.

A avaliação contínua é a melhor forma de acompanhar o educando. Nela, pode-se observar, analisar e proporcionar situações que irão favorecer o seu rendimento e aprendizagem.

4.2 Prática social – ponto de partida

Visão `síncrise`. Significa uma reunião artificial de ideias ou de teses de origens disparatadas. Visão de conjunto confusa, de uma totalidade complexa. É a percepção global indistinta da qual surgem, depois, objetos distintamente percebidos.

Na síncrise, há o confronto do sujeito com um problema sobre o qual não há clareza das medidas a serem tomadas. Há um desafio. Algo a ser resolvido. A síncrise é o primeiro momento da aprendizagem, é uma visão desfocada de um fato, um conceito ainda não elaborado, e para que este conceito seja elaborado, parte - se para a mobilização, para o conhecimento que é interesse do aluno em conhecer os fatos que devem ser produzidos, visando possibilitar o vínculo significativo entre sujeito e objeto. A mobilização para o conhecimento estabelece, em primeiro nível de significação em que o aluno chegue a elaborar as primeiras representações mentais do objeto a ser reconhecido.

A situação-problema em sala de aula, mediada pelo professor, desencadeia ações que quanto mais envolvido os alunos estiverem, maiores serão os interesses em resolvê-lo.

Diante de uma situação-problema várias atitudes são possíveis. As tentativas de explicações dos fatos com objetividade, passam por referenciais econômicos, políticos, sociais, biológicos, religiosos..., à luz desses referenciais busca-se uma solução compromissada, havendo percepção das consequências das decisões tomadas, decorrem as ações ajuizadas dos fatos.

A instrumentalização, os meios de alcance para os alunos, a interação com a produção técnica ou científica, como caminhos para fazer a construção do próprio saber.

A catarse, onde o aluno, reelabora o conceito já existente. A análise é um processo de aproximação sucessiva para a construção do conhecimento, é um segundo

nível de interação onde o aluno deve construir, pela sua ação, o conhecimento através da elaboração de relação cada vez mais totalizante.

A prática social, o ponto de chegada, a visão da síntese, a conclusão da análise realizada da situação-problema, após ter realizados os questionamentos, as interrogações, a busca de respostas. É a construção do saber dos alunos, mediado pelo professor.

Diariamente, a intencionalidade do ato de ensinar transforma-se em ação na sala de aula onde o professor não aparece como detentor do conhecimento, mas como mediador da aprendizagem, através da interação com o aluno.

No contato diário com o professor e com outros alunos, acontece a construção de conceitos e aprendizagens, através de conteúdos significativos que provoquem questionamentos, problematizações e a busca de respostas.

O homem vive em sociedade, é um ser que tem inteligência que reflete, questiona e modifica situações. Assim considerando, temos que buscar uma educação voltada para essa realidade, na qual todos vivem buscando um bem comum, individual e coletivo, interagindo assim dentro de um processo que deve ser baseado num processo mútuo, na solidariedade e na justiça.

A sociedade de hoje, denominada “sociedade do conhecimento”, começa a exigir com mais rigor, ações ainda mais novas com relação ao desempenho e responsabilidade social. Precisamos repensar a fundo o que significa ser uma pessoa instruída. Ao mesmo tempo, o modo como aprendemos e o modo como ensinamos sofrem mudanças rápidas e drásticas com resultado, em parte, de nova compreensão teórica dos processos de aprendizagem e, em parte, da nova tecnologia.

4.3 As premissas da escolar: a importância do Planejamento na Organização do Trabalho Pedagógico

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino, portanto o planejamento deve ser pensado e praticado como um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação

A atividade de planejar é algo fundamental no processo pedagógico, porque por meio do plano de ensino, que é um esquema de ideias com objetivos e ações pré-determinadas em busca de um projeto a ser alcançado é que conseguiremos vislumbrar um caminho a ser seguido, com metas claras e coerentes ao fazer pedagógico.

O planejamento nos traz alicerces seguros, nos apoia com base nos conhecimentos científicos, o planejador consegue atuar com ferramentas que norteiam e configuram suas ações, sobre a realidade as quais opera.

Pensar numa escola pressupõe ter a noção global de suas atividades, pensando num planejamento que se entrelace no currículo, vivendo seu cotidiano, que inclui toda uma dinâmica das relações estabelecidas.

Configuração do professor na elaboração do plano de ensino e qual a utilidade do plano para os professores. O plano de ensino configura-se de forma fundamental na prática pedagógica do professor/a, trata-se de um instrumento para incidir na sua prática cotidiana, o que não pode ser visto à margem das opções possíveis, como os papéis que cada agente tem a desempenhar frente ao planejamento, a distribuição de competências, poderes, saberes e o controle sobre a realidade. Este por sua vez, é imprescindível para um bom programa de ensino.

O plano de ensino também traz a previsão, o pensamento, articulação das ações e análise das atividades que serão realizadas. Estas servem de recurso para entender quais serão as intervenções que se fazem necessárias perante a realidade em que se trabalha. O conhecimento científico e as teorias pedagógicas são importantíssimas para conhecer melhor a construção dos caminhos a percorrer, tendo consciência das consequências, e novamente compreendendo com clareza as intervenções diversas a

serem reconstruídas neste caminhar, tanto pelo planejador quanto para o aprendiz. Estas por si só orientam diretamente a prática docente.

O professor deve ter consciência do que pretende atingir com seus alunos, dominando as sequências das suas ações, porém levando em conta os desafios mais elementares que o ensino traz como as condições de trabalho, a realidade posta e a maturidade profissional do docente.

O plano é uma habilidade prática de trabalho que entrelaça-se ao currículo, as boas estratégias pedagógicas de condução realizadas pelo professor é requisito para a melhoria do ensino.

Nesse processo o caminhar pedagógico vai se elaborando a cada momento, isto permite que vá também polindo os esquemas, transfigurando o processo formativo em progressivo para seus agentes.

A utilidade do plano de ensino aos professores como já foi citada é fundamental ao processo, ele passa de uma perspectiva prática, a utilidade fundamental, pelas seguintes razões:

- O professor passa a conhecer realidade da escola em que trabalha;
- As teorias e o pensamento educativo se apresentam, em muitos casos, como legitimadores de cada realidade;
- Compreendendo e transformando o Ensino, os professores analisam os problemas e as práticas que foram e são essenciais para dar conteúdo e sentido à realidade do ensino.

4.5 Plano De ação

O colégio estadual Cecília Meireles, assim como todas as escolas do Paraná, está passando no ano de 2020 a 2022, por um processo de transformação profunda, tendo que adaptar-se à uma nova modalidade de ensino e atendimento (online), devido à pandemia da COVID19, sendo inserido num contexto completamente diferente do universo da educação regular que era praticado anteriormente.

Devido a isso, compreender esse momento e reestruturar o trabalho diante dessas mudanças para o Cecília Meireles faz-se necessário, principalmente no aspecto da

reconsideração da situação econômica da comunidade, da valorização humana e da importância da inserção dos nossos estudantes no mercado de trabalho, através de adaptações nos processos pedagógicos que atendam as demandas atuais e futuras, respeitando a realidade da comunidade escolar.

O Ação visa explicitar propostas pedagógicas do Colégio Estadual “Cecília Meireles”- Ensino Fundamental, Médio e EJA e profissionalizante integrado Nele, está expressa a situação da escola, pressupostos teóricos que nortearão a concepção de gestão democrática, a valorização humana, o resgate de alunos em situação de risco, as propostas, metas, ações e o cronograma.

As propostas norteadas neste programa, são baseadas em experiências prévias, debates e reivindicações colhidas com professores, funcionários, pais e/ou responsáveis, bem como nas medidas legais impositivas que dão rumo a gestão democrática pedagógica e administrativa da instituição de ensino.

Objetivos Específicos

a) Identificar, debater e planejar ações e monitoramentos pedagógicos das atividades que serão desenvolvidas com foco na aprendizagem, em consonância com as orientações da SEED/NRE

METAS

As metas definem como a equipe vai trabalhar e desenvolver as ações, bem como o cumprimento dos objetivos educacionais e estruturais durante a gestão, nesse sentido, as metas devem garantir que ocorra o trabalho técnico, de informação e também as questões administrativas, que dão base a produção do conhecimento na sala de aula.

Quadro de Metas:

METAS CECÍLIA MEIRELES
Pedagógicas
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento nos índices do IDEB - Oferecer ao estudante do Colégio Cecília Meireles, através da aquisição do conhecimento, condições próprias para a sua inserção no mercado de trabalho;

- Garantia da qualidade do ensino ofertado;
- Promoção e valorização do trabalho pedagógico em equipe;
- Uso da tecnologia tão presente atualmente como ferramenta de promoção social e educativa;
- Diminuição da evasão escolar;
- Uso do espaço escolar para a interação e parceria entre família e escola;
- Fortalecimento do respeito às diferenças individuais e de grupos;

4.6. AÇÕES/ESTRATÉGIAS

Uma escola de qualidade se constrói nas experiências vivenciadas, na atenção as medidas legais e com o diálogo entre as partes integrantes dessa instituição (funcionários, professores, alunos, pais e comunidade) considerando a observação dinâmica própria da escola e o cuidado com as prioridades, visando a formação humana dos alunos e efetivando a gestão democrática.

Para o funcionamento efetivo de um local escolar, é necessário que haja a participação da comunidade escolar, tendo voz e atuando nas diversas atividades da escola. Os pais e/ou responsáveis, devem ter uma influência na tomada de decisões e aliado a eles, o Grêmio Estudantil a APMF e Conselho Escolar, que de forma democrática decidirão os rumos da escola.

Uma comunidade presente no dia a dia da escola, participativa em debates, reuniões e programações das mais variadas, cria um clima de produção de ideias e projetos no sentido de alcançar o ponto fundamental, que é preparar educandos para o exercício da cidadania.

4.6 AÇÕES PARA TRABALHO TRIMESTRAL, COM REVISÃO SEMESTRAL

Organização de tempo	Espaços	Gestão de Sala de aula
As revisões ocorrem de maneira trimestral com atuação	Articulação normativa do NRE/SEED e equipe pedagogia, professores	A sala de aula é de autonomia do professor, sempre norteadas pelo

pedagógica e articulação com os professores, com cronograma de avaliação e planejamento sempre no início de cada trimestre	e alunos em salas de aulas e outros ambientes pedagógicos.	regimento da escola, CREP , PPC e calendário anual aprovado pela mantenedora.
--	--	---

Avaliações externas

A avaliação contínua é a melhor forma de acompanhar o educando. Nela, pode-se observar, analisar e proporcionar situações que irão favorecer o seu rendimento e aprendizagem.

4.7 AÇÕES EDUCACIONAIS E INDICADORES

As avaliações externas são instrumentos de política de estado que servem como qualificadores e quantificadores da escola, entretanto ela deve ser instrumento norteador das ações pedagógicas como produção do conhecimento, valorização humana e servir como mais um instrumento metodológico para o professor preparar os educandos para suas vivências para o mercado de trabalho e formação futura.

Quadro de ações das avaliações:

IDEB	a.i.1. Fazer apresentação da importância da avaliação aos alunos, professores bem como a sua valorização.
SAEP	a.i.2. Conseguir quórum para que os índices sejam melhorados, demonstrando a importância pedagógica dos instrumentos da avaliação externa,
SAEB	a.i.3. Utilizar a prova no processo de construção do conhecimento,
Prova Paraná	a.i.4. Trabalhar os descritores em todas as disciplinas,
	a.i.5. Fazer da prova um instrumento didático e metodológico entre alunos e os professores, não apenas um instrumento externo.

4.8 PRÁTICA PEDAGÓGICA

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento norteador, para o desenvolvimento de qualquer atividade escolar, bem como as medidas legais impositivas como Regimento Escolar, DCN, CREP, etc.

Direcionando e amparando, ele projeta rumos, decisões e possibilita à todos os educadores uma performance, no sentido de criar e replanejar qualquer atividade no âmbito escolar. O projeto político pedagógico da escola é um processo que se constrói coletivamente com a intencionalidade explícita, considerando que deve proporcionar momentos de discussões, quer seja na hora de atividade, no planejamento disciplinar, visando a aplicação de uma prática reflexiva e crítica, mas consciente, inserindo o educador no processo de implementações e retroalimentação na proposta da escola e atendendo a legislação.

4.8.1 ACESSO PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

Garantir o acesso do estudante à escola é legitimado por lei. Desenvolver alternativas de permanência e sucesso dele neste ambiente escolar deve ser o objetivo de todos os envolvidos no processo educativo, acreditando que os mesmos possam atingir o máximo de seu rendimento.

Um dos grandes dilemas e desafios da escola é a investigação do educando em seu quadro social/histórico, e os motivos, quando o levam à baixa frequência ou a evasão escolar. Levantamentos contínuos e sistematizados, que já fazem parte da política de Estado, através dos professores, e da equipe pedagógica, facilitam a organização do trabalho de busca e resgate desse educando para a continuidade dos estudos. Abandonos, rendimentos de baixa qualidade, muito comuns, por exemplo, em alunos do ensino noturno, é um dos obstáculos que a comunidade escolar deve enfrentar e solucionar.

Um instrumento importante que auxilia na permanência do aluno nas atividades pedagógicas de aprendizagem, são os atendimentos no contra turno, as salas de mais aprendizagem, recuperações paralelas, propiciam uma nova chance ao estudante que necessita desse resgate e revisões constantes. Essa oferta provoca mudanças que norteiam o aprendizado gerando novas oportunidades para o desenvolvimento cognitivo e integral.

Outro instrumento presente na dinâmica pedagógica é a rede de proteção. Funciona como mais uma das alternativas para encaminhar e resgatar o educando, estando assim protegido e subsidiado pelas leis que devem garantir o pleno direito de estudar.

4.8.2 ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

A escola é um espaço democrático e de construção do conhecimento e garantir que o aluno busque essa vivência na escola faz-se necessário.

Quadro de Ações

Acesso	Permanência	Sucesso
Garantir que as matrículas sejam realizadas em tempo hábil, em todas as modalidades, de acordo com a instrução de matrícula da SEED/NRE, com ampla divulgação pela escola e na comunidade	Garantir que espaços educativos adequados instiguem a construção do conhecimento, com a articulação pedagógica das disciplinas, propondo metodologias diferenciadas, como visitas a parques, museus e universidades, que são instrumentos de promoção do saber.	Promover a articulação das avaliações externas SAEP, SAEB e Prova Paraná, como instrumentos de avaliação dentro da proposta pedagógica da escola de forma integral, norteadas pelo conselho escolar e que seja arregimentada, não apenas como avaliação externa, mas como instrumento didático para professores e alunos.

4.8.3 AMBIENTE EDUCATIVO

O ambiente educativo e de diversidade é que irá proporcionar a formação e desenvolvimento humano do educando, sobretudo da valorização e resgate da cidadania.

Neste local, a escola e a sociedade se integra de forma plena. A cada momento das vivências da escola acontece a integração, e o relacionamento dos alunos cresce e se fortalece, criando boas práticas e harmonia. O respeito ao outro, sem preconceitos e discriminação, princípios de cooperação, solidariedade e a satisfação com a escola promovem o bom ambiente educativo.

Um dos requisitos necessários a escola é proporcionar e estabelecer condições mais adequadas para atender a demanda dos indivíduos que dela participam.

A inclusão, a diversidade são fatores primordiais para o desenvolvimento aprimorado do espaço escolar e suas rotinas. Trabalhar esses critérios seria o ponto a ser desenvolvido melhorado, pensado e replanejado, onde pudessem pertencer facilitando as demandas do processo político pedagógico da escola.

Mecanismos devem ser criados para que não ocorram as interferências dentro da vivência escolar. Vindo de propostas de integração cuja intervenção dos educadores, pais e comunidade como um todo facilitariam a sua entrada, garantindo que os estudantes pudessem se desenvolver livres para a obtenção do conhecimento e articulação de ideias e ações.

Agentes de uma cidadania consciente e capazes de atuarem com responsabilidade e competência na sociedade que possam melhorar as rotinas escolares e de aprendizagem. Desta forma garantindo a todos os estudantes uma formação humana e profissional com ações que o fundamentam a sua formação de um sujeito ético, fruto de uma formação continuada e as suas relações com o mundo.

4.8.4 PRIORIDADES, PROBLEMAS, DESAFIOS E OBJETIVOS A ALCANÇAR

A transformação da escola ocorre em quatro instâncias: 1. Políticas educacionais, 2. Proposta pedagógica, 3. Professores e 4. Alunos. Nesse sentido, uma sintonia entre os atores garante que aconteça a construção do conhecimento e os saberes do individuo de forma integra e para o seu exercício de cidadania, sobretudo para o mercado de trabalho.

Quadro de ações:

Prioridades	Problemas	Desafios	Objetivos
Garantir que tanto educandos como docentes tenham o discernimento de que o espaço	O mecanismo social e suas nuances, as famílias e as condições socioeconômicas	Promover a plena formação com valorização social dos educandos garantindo-os para o mercado	- Contra turno - educação de tempo integral, - sala de apoio e sala de recursos

da escola é construído para o saber, que esteja preparado para os desafios futuros no mercado de trabalho e para novas oportunidades de formação	têm afastado os educandos e as famílias da escola.	de trabalho e as possibilidades de formação, como universidade e cursos de formação profissionalizante	- Mais Aprendizagem - valorização da família - combate a evasão
--	--	--	---

4.8.5 FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

A formação do corpo docente e funcionários que tenha embasamento nas medidas legais impositivas e as políticas são norteadas pela SEED/NRE.

Para que isto se torne fundamental o fortalecimento de ações específicas para que haja sua solidificação no âmbito escolar.

- a) Formação continuada da escola interna e externa,
- b) Participação em cursos de formação,
- c) Implementação das metodologias adequadas,
- d) Recursos didáticos diferenciados,
- e) Promover e garantir espaços para discussões reflexões e ações coletivas efetivas nas práticas pedagógicas
- f) Prática de valorização e reconhecimento do trabalho da equipe escolar.

QUADRO DE PROPOSTAS DE FORMAÇÃO

FORMAÇÃO	CONDIÇÕES DE TRABALHO
<ul style="list-style-type: none"> - Garantir que todos estejam inscritos nos cursos ofertados pela SEED/NRE, - Promover a divulgação dos cursos ofertados pela mantenedora - Fazer a liberação dos professores para que ocorra o processo de formação continuada, desde que não haja prejuízo para o componente curricular dos educandos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas higienizadas e organizadas - Materiais didáticos disponíveis, giz, mapas, dicionários, etc - Materiais tecnológicos disponíveis, TVs, internet, computadores - Livros didáticos, Biblioteca; - Sala de impressão de provas e conteúdos específicos.

4.8.6 AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR

Espaços que proporcionam um bom relacionamento do educando, educadores, funcionários e equipes em geral.

Na gestão do espaço escolar é necessário que se observe o melhor para que seja aproveitado. Muitas das vezes um espaço representa ser pouco ao desenvolvimento esperado, mas se bem organizado e aproveitado poderá oferecer a todos que nele se inserem um bom desenvolvimento e boas práticas educativas.

Salas produzidas e equipadas com o intuito de oferecer o melhor provavelmente devem garantir um melhor rendimento. Recursos financeiros se bem direcionados proporcionarão a toda a segurança e transparência no gasto do dinheiro publica é a garantia de locais escolares equipados, direcionados, avaliados e construídos para o melhor rendimento das praticas educativas, bem como melhor aproveitamento da logística da escola e consequentemente melhor aprendizagem.

PLANO DE AÇÃO – QUADRO DEMONSTRATIVO – AÇÕES E ESTRATÉGIAS DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de ação é construído no momento da formação da chapa para consulta pública, entretanto ele dá base de consulta a toda a comunidade escolar após a eleição, servindo inclusive como instrumento jurídico de ações do estado no momento da sua consolidação.

O plano é um instrumento democrático, pois nele foram norteadas as idéias e as necessidades estruturais e pedagógicas da escola, e deve ser revisado de tempo em tempo nessa gestão, norteadas pelo processo democrático . Apresenta elementos revisionais que dão base legal a essa gestão.

FRENTES DE ATUAÇÃO		AÇÃO	DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBJETIVOS E METAS	CRONOGRAMA	EXECUTOR
Melhoria da Aprendizagem	Professores e Funcionários e Articulação Pedagógica	Valorização Humana	Garantir a integração entre o corpo docente, funcionários e alunos. Promoção da equipe em sinergia e a composição entre boas práticas dentro e fora da escola.	- Fazer a construção coletiva e atualização dos instrumentos legais da escola, junto ao corpo docente, bem como a promoção da construção. - Construção e elaboração do Regimento escolar.	Trimestral	Direção, equipe pedagógica e professores
		PPP, PPC, CREP, Regimentos, etc	Oportunizar amplo debate sobre a construção do PPP, PPC e CREP, junto à comunidade escolar (Direção, pedagogos, docentes e famílias), fazendo articulação das disciplinas aos eixos Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências			

			da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O trabalho pedagógico deve priorizar as ações progressivas visando ações imediatas, com vistas a uma sociedade igualitária, norteadas pelo PPP, buscando aprendizagens caracterizadas pelas interrelações e vivências dos educandos, que tenham base nas disciplinas curriculares, compreendendo que a educação é um processo dinâmico.			
Redução da reprovação		Planejamento de ações multidisciplinares pelos professores e equipe Pedagógica.	Adotar as medidas orientadas pela mantenedora adaptando-as às dificuldades encontradas e desenvolver atividades e projetos com oportunidades de recuperação individual	Atividades e avaliações complementares e paralelas de resgate de conteúdos não apreendidos, trabalho com as dificuldades individuais, reavaliação da	Trimestral	Direção, equipe pedagógica e professores

			de conteúdos e aprendizagens.	produção do aluno.		
Redução do abandono	Combate ao abandono escolar	- Articulação entre professores, equipe pedagógica e a Rede de proteção	Articulação entre corpo docente e a rede de proteção, via contato telefônico, carta AR ou agendamento de reunião com a equipe pedagógica e direção e o envolvimento com as famílias.	- fazer levantamento e articulação nas turmas em que há maior número de abandono.	Trimestral	Direção, equipe pedagógica e professores

TABELA 1 – Instrumentos revisionais do Cecilia Meireles

5. Ações educativas nas relações, na sociedade e na natureza.

Ampliar possibilidades de agir com autonomia na escolha de espaços, buscando a socialização nas atividades de recreação e parceiros para jogos, definindo regras e recriando situações vividas.

Vivenciar relações de colaboração e solidariedade, desenvolvendo tolerância e respeito pelo outro e suas diferenças.

Reconhecer à existência de diferentes grupos sociais, identificando a quais pertence.

Conhecer, construir e respeitar regras de convivência, utilizando o diálogo e a negociação na resolução de conflitos.

Identificar e evitar situações de risco para si e o para o outro nos diferentes espaços que frequenta, aprendendo a valorizar a vida.

Vivenciar e valorizar atitudes de organização e preservação de objetos e espaços de uso individual e coletivo, dentro e fora da escola.

Explorar conhecimentos de diferentes áreas, do conhecimento científico.

Perceber transformações em objetos e fenômenos físicos.

Assegurar o direito ao conhecimento da cultura para sua formação.

Comprometimento com a democracia participativa, fundada no pacto dos cidadãos.

Conhecimento.

Segundo Kosik (1976, p.15): significa fazer um "detour", um ir e vir, sobre os fatos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos. Não de forma imediata, mas dialética. `` Garantir a apropriação do conhecimento formal não apenas porque é a função social da escola, mas porque é sua maneira de contribuir no processo de humanização do sujeito. (SEED, TEXTOS MIMÉO, 2010).

Combater a desigualdade social, racial e cultural. Enfim, queremos uma escola que possibilite o saber elaborado de forma criativa, dinâmica, participativa e inclusiva.

Desenvolver uma educação inclusiva valorizando o saber socialmente construído, priorizando a formação continuada de professores e funcionários, como também oferecer condições para que o aluno atue na sociedade frente a uma perspectiva transformadora.

5.1 A relação professor – conhecimento – aluno

O professor não ensina apenas o conteúdo, mas ensina também a forma pelo qual o aluno entra em relação com este conteúdo. Pela própria maneira como ensina, como avalia e o que considera aprendizagem. O aluno deve conseguir a apropriação do conhecimento, a interação entre ambos, deve ser de tal forma que permita e promova a aprendizagem desse conhecimento. A ação pedagógica adequada implica na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Em que sociedade vive, qual seu vínculo histórico e quais os maiores desafios para o futuro

Para se refletir, analisar e propor um novo modelo de sociedade, mais justa e igualitária. Não podemos esquecer que vivemos numa sociedade capitalista, negar isso, seria negar nosso passado, nossa história.

Uma sociedade capitalista que traz na sua essência grandes antagonismos que historicamente dividiram as sociedades modernas a partir do século XVIII. A propriedade privada dos meios de produção associada à necessidade de lucro constante dos capitalistas leva à constituição de classes. Antagonismos estes que estão no cerne da sociedade capitalista.

Todavia estes antagonismos observados no tecido social das sociedades modernas multiplicam-se e polarizam-se nas instituições sociais e fazem estas como redes de transmissão das desigualdades, com a maior naturalidade, no caso das instituições escolares estes antagonismos aparecem e se reproduzem nas estruturas de poder cristalizadas nas práticas pedagógicas anacrônicas. Portanto, uma nova sociedade requer novos compromissos pedagógicos. Um novo contrato que se baseie em práticas coletivistas desde a sua elaboração à sua consecução.

A sociedade que sonhamos e queremos é uma sociedade sem diferenças sociais, solidária, uma sociedade que dívida de forma igualitária, a produção de riquezas à população. A classe trabalhadora, tenha no trabalho, sua fonte de sobrevivência como direito de cada cidadão e nas relações sociais fundamentadas numa democracia participativa fundada no pacto da cidadania.

Para isso todos os agentes envolvidos no processo educacional têm uma tarefa para ontem, construir um novo espaço escolar, melhorando a competência da escola, possibilitando ao aluno o acesso e permanência na sala de aula, melhorando a qualidade do ensino. Enfraquecer a educação pública como um negócio e que inspire grandes programas assistencialistas. Universalizar o conhecimento científico, melhorando a qualidade da educação.

As medidas que a escola vem tomando para favorecer a inclusão é percebida nos encaminhamentos pedagógicos que envolvem as carências da nossa comunidade local, diminuindo aos alunos o risco à violência. O desenvolvimento de um trabalho de avaliação mais democrática vem a favor do aluno e do seu processo de aprendizagem, trabalhando com a recuperação de estudos, trabalhos em grupos, procurando mesclar os grupos, para que todos socializem a aprendizagem, alternando sempre que necessário, com a intervenção direta dos professores, o que dá mais oportunidade para que o aluno supere suas dificuldades.

Propiciar as aulas de reforço e sala de recurso com o objetivo de atender alunos que possivelmente seriam excluídos do sistema de ensino, os quais chegam a frequentar o ensino regular com um bom desempenho. Com relação aos alunos evadidos da escola, é acionado o conselho tutelar, comunicando suas faltas, e se aguarda o retorno do mesmo para a escola. O objetivo maior a ser alcançado pelo corpo docente é o incentivo à educação, manifestando em ações reais a importância do conhecimento e do exercício da cidadania. Envio da FICA, comunicação ao Ministério Público, dos alunos ausentes, com acompanhamento constante.

Neste contexto, a escola deve organizar seu tempo escolar não apenas no sentido de contribuir para a aprendizagem de uma cultura do tempo, não só apenas nos novos processos produtivos, mas também na construção, formação e desenvolvimento do ser humano.

Deve visar o tempo pedagógico mais adequado tanto para o ensinar, como para o aprender. O tempo escolar deve ser repensado em função do tempo mental, social, cultural dos educandos (as). Tanto o tempo etário quanto o tempo escolar devem estar em sintonia.

Por isso a necessidade de articular um tempo de construção escolar, em que o tempo do conhecimento não seja estático, ao contrário, que estejamos em permanente

mudança, que a prática pedagógica permeia os tempos de vida e os tempos da escola. Respeitando os processos individuais na formação e desenvolvimento do ser humano de forma global.

No âmbito escolar o tempo de ensinar está diretamente ligado a conteúdos e conhecimentos, os quais são direito de todos, alunos e alunas, serem socialmente produzidos e socializados.

Os alunos têm o direito de que sejam respeitados seus tempos de aprender, pois são muito mais complexos e delicados do que os tempos de ensinar. Respeitar a lógica temporal, dos educandos dando o tempo devido a todos se faz necessário. Isto não significa dar mais tempo para os mais fracos, mas, antes disso, é dar o tempo adequado a todos, como explica a professora Elvira Souza Lima.

Saber planejar o tempo para que os alunos pensem, seria um saber docente tão importante quanto saber definir o conteúdo e o método de ensino. Este fator tempo é decisivo aos processos de aprendizagem se forem devidamente respeitados pelos educadores.

O planejamento nesta perspectiva deve ter flexibilidade onde o professor consiga com autonomia organizá-lo conforme a realidade que se apresenta.

Devemos pensar num planejamento que priorize saberes e fazeres de forma dinâmica e contextualizada com o meio que estamos inseridos.

Pensar na educação de amanhã dependerá do que formos capazes de começar a fazer hoje. Desenvolver bons planejamentos é como caminhar em cirandas harmônicas, tornando-se ferramenta de qualidade para o processo- ensino - aprendizagem.

5.2 Organização da hora/atividade no horário escolar

A Instrução 02/04, que regulariza e orienta sobre a hora – atividade tem-se que este é um momento de planejamento e estudo na escola, o que determina que a mesma deva ser cumprida na escola e com atividades referentes ao trabalho pedagógico da escola e do professor.

Conforme orientação às equipes pedagógicas, a hora-atividade é o espaço também de discussão junto às pedagogas de assuntos relativos à escola, ao trabalho pedagógico, à proposta de estudos e encaminhamentos da SEED, a estudos “gerais” e outras atividades julgadas necessárias pelo coletivo da escola.

O Plano de trabalho docente neste Estabelecimento de Ensino encontra-se em sua dimensão legal, amparada pela Instrução 02/04.

A Lei complementar nº. 37 também dispõe que, o Regime Diferenciado de Trabalho e argumenta que o número de horas semanais em que o pessoal do Quadro Próprio do magistério exerce atividades inerentes ao cargo, e ao professor, esta Instituição de Ensino organiza a hora atividade no período em que o educador desempenha suas atividades diariamente.

5.3 O corpo discente

O corpo discente do Colégio Cecília Meireles, é oriundo em sua maioria, de famílias que vivem em situações de conflitos: pais separados, filhos de outras uniões, mães sendo arrimo da família, alto índice de desemprego. Estas condições colaboram para que haja o desinteresse em conhecer o verdadeiro papel da escola, enviando os seus filhos muitas vezes ao colégio para cumprir o que determina a Lei, “ECA”, não acompanhando a vida escolar deles de forma adequada, levando os alunos à repetência por faltas, baixo rendimento e / ou evasão escolar.

Sabemos que para um bom desenvolvimento do aluno na escola a participação da família é indispensável, mesmo constatando a participação delas nas reuniões, em sua maioria acaba sendo insuficiente no acompanhamento em casa nas atividades, também no momento acaba sendo de extrema importância a contribuição dos pais, pois passamos a enfrentar uma pandemia (COVID 19) que se agrava, impossibilitando aulas presenciais.

Embora uma boa parte dos estudantes tenha como objetivo ir para a escola para aprender, ter um futuro melhor ou ainda almejam ter uma profissão. Mas devido a necessidade familiares, muitos alunos precisam trabalhar, e assim rompem com os estudos ou acabam por se conformar em terminar o Ensino Médio e não prosseguir com os estudos para uma outra graduação.

Entretanto, a educação escolar desempenha um papel fundamental na formação e auxilia no desenvolvimento social, aprimorando habilidades e competências dos indivíduos, sendo assim o aluno num processo de ensino aprendizagem, é um sujeito que inova, que transforma e adquire meio, através da educação de forma mais ampla e útil conscientizando o aluno a ser um sujeito modificador e cultivador de seu meio.

5.3 Proposta de formação continuada

O Colégio Estadual Cecília Meireles tem a proposta de formação continuada, nas semanas pedagógicas, na formação em ação, nos dias de hora-atividade concentrada, conforme interesse do professor, de acordo com sua disciplina, bem como ainda, em reuniões pedagógicas previstas em calendário escolar, com a equipe pedagógica e direção.

5.3 ARTICULAÇÃO/COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO COM AS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

5.3.1 Alunos com necessidades educacionais especiais

Considerando o princípio e os direitos sociais que são inerentes ao exercício da cidadania, torna-se importante a garantia do acesso e da participação de todos os estudantes a todas as oportunidades oferecidas a qualquer indivíduo no universo educacional, seja ele com uma necessidade educacional especial ou não.

Considerando o direito ao acesso e a participação de todos os alunos, a inclusão escolar está diretamente relacionada com a atitude de não haver restrições ao acolhimento dos estudantes no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social, condições físicas, psicológicas, intelectuais e pedagógicas, sendo assim, o termo inclusão educacional faz uma referência direta à inclusão dos estudantes com Deficiência de qualquer natureza, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação e Transtornos Funcionais Específicos

A Instituição contempla, também, o atendimento a educandos com necessidades educativas especiais. Considerando a situação em que se encontram individualmente estes educandos, priorizam-se ações educacionais específicas que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito destes no espaço escolar.

A legislação assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos educandos que apresentam necessidades educativas especiais decorrentes de:

- Deficiências mental, física/neuro motora, visual e auditiva;
- Condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos;
- e.

- Superdotadas habilidades.

É importante destacar que “especiais” devem ser consideradas as alternativas e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem e participação de todos os alunos.

Desse modo, desloca-se o enfoque do especial ligado ao educando para o enfoque do especial atribuído à educação. Mesmo que os educandos apresentem características diferenciadas decorrentes não apenas de deficiências, mas, também, de condições socioculturais diversas e econômicas desfavoráveis, eles terão direito a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos pela educação escolar.

A escola tem acompanhado de perto alunos com dificuldades e oferece possibilidade para um melhor aproveitamento e aprendizagem dos conteúdos, sendo assim, oferece aos alunos duas alternativas para prosseguirem os estudos:

Sala de Recursos: Alunos que possuam laudo médico, avaliação psicopedagógica e continuam apresentando dificuldades e que não possuam domínio mínimo para prosseguir nos estudos, devem ser encaminhados para o acompanhamento de maneira correta, no âmbito educacional. Cabe a equipe pedagógica, direção e professores encaminhar o aluno com dificuldade para Sala de Recursos, onde um professor especializado atende cada aluno conforme suas necessidades criando recursos pedagógicos e desenvolve atividades que facilite a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo o MEC é importante que o professor considere as áreas de conhecimentos como linguagens e cálculos, a área de desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, social e emocional.

Sala de Mais Aprendizagem: Trabalho voltado para atender estudantes com problemas relacionados à aprendizagem, e tem como objetivo atividades que propõem estabelecer avaliação sobre os processos de aprendizagem elaborada pelos alunos que fazem parte do programa para, a partir do registro de dados estabelecer encaminhamentos necessários para nortear e articular o processo de ensino aprendizagem, sendo assim tem a finalidade de que o aluno cumpra com o objetivo determinado e realize seu caminho escolar com o aprendizado esperado para cada série e no tempo previsto, essa alternativa é dada aos alunos matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, são ofertadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no turno contrário à escolarização.

Garante-se, dessa forma, que a inclusão educacional se realize, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades. O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independente de gênero, etnia, idade ou classe social. Isso significa propiciar a educação a todos, de maneira a garantir os apoios e serviços especializados, quando necessário, para que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, considera-se públicoalvo do AEE:

a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade

5.3.2 Objetivos Gerais da Educação Especial

Segundo as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2009), a “Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96. Atende às necessidades e expectativas da sociedade em transformação pela implementação de políticas educacionais que têm como meta a educação inclusiva, isto é, promover a integração e o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino de Jovens e Adultos). A Educação Especial tem como fundamentos básicos à igualdade e a diversidade”.

Podem-se considerar alunos com necessidades educacionais especiais, segundo a Resolução CNE/CEB n.º 02/2001, no seu art. 5.º, os que apresentarem:

I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; (dificuldades específicas, como a dislexia e disfunções correlatas). Problemas de atenção e de memória, problemas perceptivos, emocionais, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, motores, comportamentais e ainda ecológicos, socioeconômicos, socioculturais, (nutricionais e socioambientais);

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; (estudantes cegos e surdos, com condutas típicas, síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, e estudantes que apresentem caso grave de deficiência mental ou múltipla);

II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais estudantes, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Para que a escola atenda às necessidades especiais dos alunos devem acontecer no currículo adaptações progressivas para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades educativas especiais.

Eis aqui algumas adaptações curriculares necessárias:

a) Organizativas.

Agrupamento de alunos para a realização das atividades favorecendo as relações sociais e o processo de ensino-aprendizagem;

Organização didática da aula: propõe práticas de ensino, para atender suas necessidades educativas especiais dos alunos, bem como disposição física de mobiliários, de materiais didáticos e de espaços disponíveis para trabalhos diversos e otimização de recursos, propiciando ambientes com adequada luminosidade, sonoridade e movimentação;

Organização dos períodos definidos para o desenvolvimento das atividades previstas: propõe revisão de tempo diversificado para desenvolver os diferentes elementos do currículo na sala de aula.

b) Relativas aos objetivos e conteúdo.

Priorização de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e que sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores e habilidades de leitura, escrita, cálculos etc.

Priorização de objetivos que enfatizam capacidades e habilidades básicas de atenção, participação e adaptabilidade do aluno. Sequenciação pormenorizada de conteúdos que requeiram processos gradativos de menor a maior complexidade das tarefas, atendendo à sequência de passos, à ordenação da aprendizagem etc.

Reforço da aprendizagem, e a retomada de determinados conteúdos para garantir seu domínio e sua consolidação.

c) Avaliativas.

Seleção das técnicas e instrumentos utilizados para avaliar o aluno;

A avaliação é flexível de modo que considere a diversificação de critérios, de instrumentos, procedimentos e leve em conta diferentes situações de ensino e aprendizagem e condições individuais dos alunos;

d) Nos procedimentos e nas atividades.

Metodologias, atividades e procedimentos de ensino são organizados e realizados levando-se em conta o nível de compreensão e a motivação dos alunos, os sistemas de comunicação que utilizam devem favorecer a experiência, a participação e o estímulo à expressão; introdução de atividades complementares que requeiram habilidades diferentes ou a fixação e a consolidação de conhecimentos já ministrados; introdução de atividades prévias que preparem o aluno para novas aprendizagens; introdução de atividades além das planejadas para a turma e ou realizadas de várias formas, com diferentes tipos de execução, envolvendo situações individuais e grupais, cooperativamente, favorecendo comportamentos de ajuda mútua; alteração do nível de abstração de uma atividade oferecendo recursos de apoio (visuais, auditivos, gráficos, materiais manipulativos).

Alteração do nível de complexidade das atividades utilizando recursos do tipo: simplificar um problema matemático, explicitar os passos que devem ser seguidos para a solução de uma tarefa, especificando passo a passo a sua realização; modificar conteúdos de material escrito de modo a torná-lo mais acessível à compreensão, incluindo desenhos, gráficos, destacar imagens; estas adaptações curriculares devem levar em consideração vários aspectos, tais como:

e) Avaliação do desenvolvimento acadêmico do aluno

Análise do contexto escolar e familiar para identificação das adaptações que se fizerem necessárias para realizar as alterações indicadas; participação da equipe docente e técnica da escola e apoio especializado; registro documental das medidas adotadas, para acervo documental do aluno e elaboração de informativos completos e educativos.

A avaliação é de suma importância em todos os âmbitos do processo educacional para nortear e realimentar decisões pedagógicas e adaptações curriculares.

Essas medidas adaptativas focalizam a diversidade da população escolar e pressupõem que o tratamento diferenciado pode significar, para os alunos que necessitam igualdade de oportunidades educacionais. Desse modo, buscam promover maior eficácia educativa na perspectiva da escola para todos.

A matrícula de alunos de inclusão é direito de todos que assim necessitarem. A escola matriculará os alunos, procurando analisar caso a caso, para atender o aluno com qualidade, orientando os pais de qualquer imprevisto ou impossibilidade temporária, de fazê-lo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UTP. Mime-o. **Aspectos existenciais da teoria crítica da sociedade**, Pr: Francisco Beltrão, Fonte Nova, 1993.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nr.9394/96 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Ensino Fundamental e Médio** – Jornada do Ensino Noturno- Parecer CEB nr.02/98.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental** – Parecer CEB 04/98.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil: Formação Pessoal e Social**: Brasília, vol.1,1998.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil: Identidade e Autonomia**: Brasília, vol.2,1998.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Ensino Médio: linguagens, códigos e suas teologias**. Vol.1.2.3,2006.

CURITIBA –Secretaria Municipal de Educação **Currículo Básico: compromisso para a melhoria da qualidade do ensino na Escola Pública**: 1991.

CURITIBA – Secretaria Municipal de Educação – **Diretrizes Curriculares**: 2006.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**: Cortez.1985.

FREITAS, M. T. A. Bakhtin e a psicologia. In: FARACO, C.A. et al. **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p. 165-187.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Tendências Pedagógicas na Prática Escolar**. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1993.

LURIA, Alexandre R. **Desenvolvimento Cognitivo**. São Paulo: Ícone,1990.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **A construção Social da Leitura**. Mimeografado para a disciplina de literatura. UFPr.2000.

HOLZMANN, Maria Eneida. **Jogar é preciso**. Jogos Espontâneos e Criativos para famílias e grupos. Artmed: Porto Alegre. 1998.

- LÉVY, P. **As Tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MINAYO, M.C. de S. **O desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo- Rio Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992, 5ª edição.
- PARANÁ, **Secretaria de Estado da Educação**. Currículo Básico Para a Escola Pública do Estado do Paraná. Curitiba: **1990. SEAD**
- PARANÁ, **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio**, Curitiba:2009, SEED.
- PARANÁ, 2010,2009,2008. **Textos impressos semanas pedagógica**. Pr: Curitiba, SEED.
- VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. Martins Fontes, 1994.
- ROCCO, M. T. F. **Entre a oralidade e a escrita**: reflexões esparsas. In: DIETZSCH, M. J. *Espaços da linguagem na educação*. São Paulo: Humanistas, 1999. p.85-115.
- ROSA, Adriana. (organizadora) **Lúdico e alfabetização**, Curitiba: Juruá. 2003.
- SILVA, Luiz Heron & Azevedo, J.C. **Reestruturação Curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOUZA, S. J.; CASTRO, L. R. **Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo**. *Psicologia Clínica-Pós-graduação e Pesquisa*. v.9, n.9, p.83-115,1997/8.
- BRASIL Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de 9 anos**. Orientações para Inclusão da Criança de seis anos de idade.
- VEIGA, I. P. A. **Perspectiva para reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico**.
- VEIGA, I. P. A; RESENDE, L M. G (org.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998. p. 9-32.
- Educação inclusiva direito e diversidade documento orientador disponível em:**
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acesso em: 19/03/2021
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- VEIGA, Ilma. Passos A. (org.) **Projeto político pedagógico da escola, uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação - cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MEC. VOL.1.2. 3.. Brasília, DF, 2008.

MENDONÇA, Francisco. Kozel, Salete (Org..). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

OLIVEIRA, Maria Antonieta Albuquerque de. **“Componente Curricular”**. In: Ensino Religioso no Brasil. JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul. Curitiba: Champagnat. 2004. p. 119.

OTTO, R. **O Sagrado**, Lisboa: Edições 70, 1992

PEDRO, Aquilino de. **Dicionário de termos religiosos e afins**. Aparecida, SP: Santuário, 1993.

REVISTA DE ENSINO RELIGIOSO – Diálogo – Cristianismo no Brasil. 1996

ROHMANN, Chris. **O livro das ideias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

TOMAS DE KEMPISL. **Imitação de Cristo**. São Paulo. Paumape. 1979

MEC. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio Brasília, vol.2.3. DF. 2008.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. Diretrizes Estaduais. Curitiba: Pr., 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig g. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis, Vozes, 1994.

SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J.; FELLINI, D. G. N. **Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia**. Práxis educativa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020.

O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Lei Federal nº. 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Deliberação nº 03/06 Normas para a Implantação do Ensino de 9 (nove anos) de duração no Sistema de Ensino Estadual do Estado do Paraná.

Resolução nº. 3011/2011 –GS/SEED, Curitiba, 22/07/2011.



Instrução nº. 08/2011- SUED/SEED

Parecer nº. 407/2011-CEE/CEB – Implantação do 6º. Ao 9º.ano do Ensino Fundamental em 2012.

**NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

Protocolo: 18.809.915-7
Assunto: PPP - CECÍLIA MEIRELES 2022
Interessado: COLÉGIO ESTADUAL CECILIA MEIRELES
Data: 09/05/2022 11:28

DESPACHO

Encaminha-se para o Colégio Estadual Cecília Meireles o seguinte protocolado para que feitas as seguintes adequações, conforme Instrução 04/2021 DEDUC/SEED.

- Verificar o checklist no item da Proposta Pedagógica Curricular no item sobre Educação Infantil que a Escola não oferta;
- No PPP deve seguir o Referencial Curricular do Novo Ensino Médio e o CREP na questão do Ensino Fundamental;
- A PPC deverá constar a grade curricular e deve seguir o que está no Referencial Curricular do Paraná;
- Calendário vigente e aprovado pelo NRE;
- Matriz deve estar na PPC a Matriz vigente do Ensino Fundamental, Médio, NEM, todas as modalidades ofertadas;

Após retorna-se para este setor para darmos continuidade aos trâmites

att

Vânia Mara Pereira Machado
Técnica Pedagógica
NRE /CTA/SEF

-
-

NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA
CECILIA MEIRELES, C E-EF M

Protocolo: 18.809.915-7
Assunto: PPP - CECÍLIA MEIRELES 2022
Interessado: COLÉGIO ESTADUAL CECILIA MEIRELES
Data: 31/05/2022 11:51

DESPACHO

Essa direção SOLICITA QUE SEJA INCRERIDA AS PÁGICA DO PROTOCOLO ONDE DEVE HAVER ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS:

- Verificar o checklist no item da Proposta Pedagógica Curricular no item sobre Educação Infantil que a Escola não oferta; (PAGINA:)
- No PPP deve seguir o Referencial Curricular do Novo Ensino Médio e o CREP na questão do Ensino Fundamental; (PAGINA:)
- A PPC deverá constar a grade curricular e deve seguir o que está no Referencial Curricular do Paraná; (PAGINA:)
- Matriz deve estar na PPC a Matriz vigente do Ensino Fundamental, Médio, NEM, todas as modalidades ofertadas; ((PAGINA QUE DEVE SER SUBSTITUIDA?))

Entendemos que os ajustes são necessários, mas a informação não ficou clara oonde fazer as alterações.

Att. Jaime Sergio Frajuca Lopes
Diretor



SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
Colégio Estadual Cecília Meireles - EF, M, Profissionalizante
 Oferta: E. Fundamental EJA, E. Médio EJA - Bimestral
 Turno: matutino, vespertino e noturno

CALENDÁRIO ESCOLAR 2022

Janeiro D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							Fevereiro D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28							Março D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31						
15 dias letivos							21 dias letivos													
Abril D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30							Mai D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							Junho D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30						
17 dias letivos							21 dias letivos							20 dias letivos						
Julho D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							Agosto D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							Setembro D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30						
7 dias letivos (1ª sem) - 5 dias letivos (2ª sem)							24 dias letivos							19 dias letivos						
Outubro D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							Novembro D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30							Dezembro D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31						
19 dias letivos							19 dias letivos							14 dias letivos						
1 Jan - Ano Novo							21 Abr - Tiradentes							7 Set - Independência						
1 Mar - Carnaval							1 Mai - Dia do Trabalho							8 Nª Sª da Luz dos Pinhais						
15 Abr - Paixão							16 Jun - Corpus Christi							12 Out - N. Sra Aparecida						
17 Abr - Páscoa							29 Ago - Dia do Paraná							15 Out - Dia do Professor						
2 Nov - Finados														19 Dez - Emancipação Política do Paraná						
														25 Dez - Natal						
Legenda							Avaliação Bimestral													
Continuidade das Férias ano letivo 2022							Sábado Letivo							1º B. - 07/02 a 26/04 - 50 d.l.						
Início e término das aulas							Feriado							2º B. - 27/04 a 08/07 - 50 d.l.						
Início e término de bimestre							Recesso escolar							3º B. - 25/07 a 04/10 - 50 d.l.						
Estudo e Planejamento							Fechamento do ano letivo							4º B. - 05/10 a 20/12 - 50 d.l.						
Conselho de Classe bimestral							Plano de abandono							Total = 200 dias letivos						
Início Férias ano letivo 2023																				
1º semestre - 100 dias letivos							2º semestre - 100 dias letivos													
Horário de Funcionamento: Manhã 7:10 as 12:15 (15 min inter), tarde 13:10 as 17:35 (15 min inter), noite 18:30 as 22:40 (10 min inter)																				



Assinatura Avançada realizada por: **Elilana de Fatima Rodrigues da Costa** em 17/02/2022 09:49, **Jaime Sergio Frajuca Lopes** em 18/02/2022 13:17. Inserido ao protocolo 18.452.349-3 por: **Jaime Sergio Frajuca Lopes** em: 15/02/2022 16:27. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: 3d38658805843516846875ef9ef7b503.

CANCELADO

**NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

Protocolo: 18.809.915-7
Assunto: PPP - CECÍLIA MEIRELES 2022
Interessado: COLÉGIO ESTADUAL CECILIA MEIRELES
Data: 15/06/2022 15:08

DESPACHO

Encaminha-se para o Colégio Estadual Cecília Meireles o seguinte protocolado referente ao seu Projeto Político Pedagógico, conforme a fim de que sejam feitas as seguintes alterações:

- Indicar o Sumário na primeira página do PPP, com os itens que constam dentro do documento;

- No checklist no item 4.2 que versa sobre a Proposta Pedagógica Curricular, fls. 111, colocar o Não nos itens da organização curricular, porque a instituição escolar não oferta esta etapa da Educação Básica.

- Verificar dentro da Proposta Pedagógica Curricular no documento do PPP, fls 58 a inclusão do "Quadro organizador, conforme Currículo da Rede Estadual do Paraná" (CREP) no Ensino Fundamental;

Após retorna-se para este setor para darmos continuidade aos trâmites.

Vânia Mara Pereira Machado
Técnica Pedagógica
NRE /CTA/SEF



COLÉGIO ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES – E.F.M
Rua Pedro Eloy de Souza, 1.700 - Bairro Alto
Fone/Fax: 3367-5262 – 3238-0700
Curitiba - Paraná

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 01/2021 emitida pelo Conselho
Escolar da Instituição de Ensino

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político-Pedagógico

Colégio Estadual Cecília Meireles EFM, Técnico e EJA apresenta o **Projeto Político- Pedagógico**, elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração¹ que resulta da verificação da legalidade do Projeto Político-Pedagógico da referida Instituição.

O presente Projeto Político-Pedagógico atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394/96, da Deliberação n.º 02/2018 - CP/CEE/PR, da Deliberação n.º 03/2018 – CP/CEE/PR e o Parecer Normativo n.º 01/2019 – CP/CEE/PR e demais legislações vigentes.

É a Declaração.

Curitiba, 31 de março de 2022

Jaime Sergio Frajuca Lopes

CHECKLIST DO PPP

1 Identificação

NRE	Curitiba
Município	Curitiba
Instituição	COLÉGIO ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES – E.F.M Rua Pedro Eloy de Souza, 1.700 - Bairro Alto Fone/Fax: 3367-5262 – 3238-0700 Curitiba - Paraná
Especificidade	<input type="checkbox"/> campo <input checked="" type="checkbox"/> urbana <input type="checkbox"/> indígena <input type="checkbox"/> quilombola <input type="checkbox"/> ilhas <input type="checkbox"/> casa familiar rural <input type="checkbox"/> itinerante

Marque com um X nos campos “sim” ou “não”, conforme o que a instituição oferta.

	SIM	NÃO
Educação Infantil		X
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		X
EF Anos Finais (6º ao 9º ano)	X	
EF Anos Finais (6º ao 9º ano) em Tempo Integral		X
Ensino Médio	X	
Ensino Médio em Tempo Integral		X
Ed. Especial		X
EJA	X	
Ed. Profissional; Desenvolvimento de Sistemas	X	
CEEBJA		



Etapa	Organização	Avaliação (bimestral, trimestral ou semestral)	Organização curricular (por componente curricular ou área do conhecimento)
	(ano ou ciclo)		
Educação Infantil			
EF Anos Iniciais			
EF Anos Finais	X	X	X
Ensino Médio	X	X	X
Educação Especial			
EJA		X	X
Educação Profissional: Desenvolvimento de Sistemas	X	X	X
CEEBJA			

Turnos	Quantidade de turmas	Quantidade de estudantes
Manhã	X	X
Tarde	X	X
Noite	X	X

2 Elementos situacionais (diagnóstico)

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PPP

	SIM	NÃO
A identificação da escola e da mantenedora	X	
O histórico da instituição, descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida.	X	
Rendimento Escolar (aprovação, aprovação por Conselho de Classe, reprovação e abandono)	X	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas	X	
(IDEB/SAEB/Prova Paraná Mais) das duas últimas aplicações	X	
As condições físicas e materiais, a organização dos tempos e espaços	X	



A organização das aulas não presenciais durante o período de pandemia (aulas síncronas e assíncronas, meets, material impresso, ensino híbrido e revezamento)	x	
As necessidades de avanços da prática pedagógica	x	
Sistema de avaliação , oferta das avaliações/recuperações, as etapas do Conselho de Classe, proposta de intensificação da aprendizagem	x	
Oferta de estágio obrigatório e não obrigatório	x	
O funcionamento das Instâncias Colegiadas articulado à gestão pedagógica	x	

3 Elementos conceituais

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PPP

	SIM	NÃO
Objetivos da instituição de ensino e metas	x	
Homem, sociedade, educação, ensino remoto, ensino híbrido	x	
Estágio obrigatório, currículo, habilidades e competências	x	
Processo ensino-aprendizagem, metodologia e recursos didáticos	x	
Avaliação da aprendizagem	x	
Formação continuada	x	
Clima escolar	x	

4 Elementos Operacionais

4.1 Plano de ação

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no
PLANO DE AÇÃO

	SIM	NÃO
4.1.1 Elementos Específicos e detalhamento das ações para:		
Acompanhamento da frequência escolar, busca ativa, abandono escolar, defasagem da aprendizagem	x	
Melhoria da aprendizagem, leitura, interpretação e escrita	x	
Melhoria da aprendizagem na resolução de problemas e problematização	x	
Melhoria do clima escolar	x	



Organização do atendimento especializado para os estudantes com deficiências e altas habilidades	X	
Organização do Conselho de Classe (antes, durante e depois)	X	
Avaliação e recuperação de estudos	X	
4.1.2 Elementos Comuns:		
Estágio obrigatório e não obrigatório, incluindo a operacionalização (inclusive de parcerias);	X	
Organização do atendimento educacional especializado (AEE) para os estudantes com deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento;	X	
Ações de organização da instituição de ensino frente a formação continuada em serviço como: Estudo e Planejamento, acompanhamento pedagógico realizado pela tutoria pedagógica, acompanhamento da hora-atividade, observação de sala de aula e feedback formativo, participação no Grupo de Estudos: Formadores em Ação e nas webinars no Canal do Professor, entre outros.	X	
Ações didático-pedagógicas como programas, projetos, atividades complementares de ampliação de jornada, inclusive o Programa Presente na Escola, o Programa Mais Aprendizagem, o Programa Aluno Monitor,	X	
Articulação/comunicação e engajamento com as famílias, comunidade e instâncias colegiadas	X	
Organização da avaliação, recuperação de estudos, conselho de classe (antes, durante e depois) e intensificação da aprendizagem	X	
Processos de classificação e reclassificação	X	

4.2 Proposta Pedagógica Curricular

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” para os itens presentes na organização curricular da **Educação Infantil**, caso oferte essa etapa da Educação Básica.

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das crianças		X
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)		X
Avaliação		X
Referências		X
Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental		X



Marque sim ou não para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do **Ensino Fundamental**:

	SIM	NÃO
Calendário Escolar	x	
Matriz Curricular	x	
Quadro organizador, conforme Currículo da Rede Estadual do Paranaense	x	
Metodologia e estratégias de ensino	x	
Proposta de Avaliação	x	
Ambientes, espaços, materiais a serem utilizados para a implementação da proposta	x	
Plano de Estágio Não Obrigatório	x	

Os elementos descritos acima estão de acordo com a Deliberação n.º 02/2018 - CEE/PR. É importante ressaltar que a elaboração da Proposta Pedagógica Curricular deve contemplar os conteúdos previstos no Currículo da Rede Estadual e, se for o caso, conteúdos considerados relevantes pela comunidade escolar.



PARECER N.º _____ / _____ - NRE

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do Projeto Político-Pedagógico

Colégio Estadual Cecília Meireles o Projeto Político- Pedagógico elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo Conselho Escolar.

O Núcleo Regional de Educação de Curitiba, emite o presente Parecer que resulta da verificação da Declaração de Legalidade n.º _____ emitida pelo (**Conselho Escolar** ou da referida Instituição, situada no município de _____ e mantida pela(o) _____).

É o Parecer.

_____, ____/____/____
(Data)

Núcleo Regional de Educação de

Assinatura e carimbo do Chefe do NRE



DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE N.º 01/2021 emitida pelo Conselho Escolar
da Instituição de Ensino

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Regimento Escolar

Colégio Estadual Cecília Meireles Ensino Fundamental, Médio EJA e profissionalizante, apresenta Regimento Escolar elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Regimento Escolar da referida Instituição.

O presente Regimento Escolar atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394/96, da Deliberação n.º 02/2018 - CP/CEE/PR, da e o Parecer Normativo n.º 01/2019 – CP/CEE/PR e demais legislações vigentes.

É a Declaração.

Curitiba, 31 de Março de 2022

Jaime Sergio Frajuca Lopes

Colégio Estadual Cecília Meireles Projeto Político Pedagógico

Este instrumento pedagógico, componente obrigatório do Colégio Estadual Cecília Meireles, trata das medidas legais impositivas da SEED/NRE, com base nas legislação Federal e Estadual.

Curitiba
2022

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	4
1.1 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR.....	5
1.1.2 Ensino Fundamental Anos Finais Regular.....	5
1.1.3 Ensino Médio Regular.....	6
1.1.4 NOVO ENSINO MÉDIO E SUAS LINGUAGENS.....	7
1.1.5 A ÁREA DE CONHECIMENTO LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO.....	7
1.1.6 A ÁREA DE CONHECIMENTO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO.....	8
1.1.7 A ÁREA DE CONHECIMENTO MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO.....	10
1.1.8 AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO.....	12
1.2 Educação de Jovens e Adultos.....	14
1.2.1 Ensino Médio.....	15
1.2.2 A EJA e a inclusão.....	16
1.3 Ensino Técnico.....	17
1.3.1 Desenvolvimento de Sistema.....	17
1.4 Programa Mais Aprendizagem.....	19
1.5 Sala de Recursos.....	19
1.6 - Atualmente o Colégio é composto como se segue:.....	19
1.8- Regime de Funcionamento.....	27
2. Elementos Situacionais.....	28
2.1 Dados Históricos da Instituição.....	28
2.2 Caracterização da Comunidade.....	28
2.3 Índices de aprovação e reprovação.....	30
2.4 Ambientes Pedagógicos.....	30
2.5 Ensino Remoto no Século XXI nas Escolas Públicas.....	31
2.5.1 Ensino Híbrido de Rotação Estações de Aprendizagem.....	32
2. 6 O Papel das metodologias ativas na era da tecnologia.....	32
3. Elementos conceituais.....	33
3.1 As necessidades de avanços da prática pedagógica da organização Didática.....	33
3.2 Organização do Trabalho Pedagógico.....	34
3.3 Concepção de Avaliação.....	41
3.4 A escola e a democracia - Conselho de classe - Instâncias colegiadas.....	44
3.5 A escola e a democracia: instâncias colegiadas.....	45
3. 6 Concepção de Homem.....	46
3.7 Como formar para a sociedade.....	48
3.8 Concepção de sociedade.....	49
3.9 Socialização Integral do Humano.....	50
3.9.1 Socialização integral, mas não absoluta.....	51
3.9.2 Avaliação, cidadania e aprendizagem.....	52
3.9.3 Organização curricular significativa.....	53
3.9.4 Proposta Pedagógica Curricular Ensino Fundamental - MANHÃ/TARDE.....	55
3.9.5 Ensino Médio - MANHÃ.....	59
3.9.6 Desenvolvimento de sistemas - Manhã.....	60
3.9.7 Prática social - ponto de partida.....	62
3.9.8 Educação - Concepção de currículo.....	63
3.9.8.1 Estagio obrigatório e Não Obrigatório.....	66
3.9.8.2 Processo de Ensino Aprendizagem: educação para o pensar e existir no mundo.....	67
4. MARCO OPERACIONAL.....	67
4.1 Avaliação da aprendizagem.....	72
4.2 Prática social - ponto de partida.....	73
4.3 As premissas da escolar: a importância do Planejamento na Organização do Trabalho Pedagógico	74
4.5 Plano De ação.....	76
4.6 AÇÕES PARA TRABALHO TRIMESTRAL, COM REVISÃO SEMESTRAL.....	78
4.6.1 Avaliações externas.....	79
4.7 AÇÕES EDUCACIONAIS E INDICADORES.....	79

4.8 PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	80
4.8.1 ACESSO PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA.....	80
4.8.2 ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA.....	81
4.8.3 AMBIENTE EDUCATIVO.....	81
4.8.4 PRIORIDADES, PROBLEMAS, DESAFIOS E OBJETIVOS A ALCANÇAR.....	82
4.8.5 FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA.....	83
4.8.6 AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR.....	84
5. Ações educativas nas relações, na sociedade e na natureza.....	90
5.1 A relação professor - conhecimento - aluno.....	91
5.2 Organização da hora/atividade no horário escolar.....	93
5.3 O corpo discente.....	93
5.3 Proposta de formação continuada.....	94
5.3 ARTICULAÇÃO/COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO COM AS FAMÍLIAS E COMUNIDADE.....	94
5.3.1 Alunos com necessidades educacionais especiais.....	94
5.3.2 Objetivos Gerais da Educação Especial.....	96
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1.1 - Denominações da Instituição

Colégio Estadual Cecília Meireles - Ensino Fundamental e Médio e EJA

Código: 41128176

Endereço: Rua Pedro Eloy de Souza, nº 1700 CEP: 82.820.130

Bairro: Tarumã Fone/Fax: (041)3367.52.62

1.2 - Município: Curitiba Código: 0690

1.3 - Dependência Administrativa: Código: - 0681

1.4 - NRE: Curitiba Código: 09

1.5 - Entidade Mantenedora: Secretaria de Estado da Educação do Paraná

1.6 - Ato de autorização do Colégio: Resolução DEC 1924 - 76 nº. De 09/06/1976

1.7 - Ato de reconhecimento do Colégio: Resolução nº. 2815/81 de 30/12/1981

1.8 - Ato da renovação do reconhecimento de Curso: Ensino Fundamental: 3681/2023
- Ensino Médio: 2800/2023 - EJA Fundamental II: 2025/2024 - EJA Médio: 2025/2024 -
Sala de Recursos: 3380/2024

Autorização Decreto 3115/97 - Resolução:

1.9 - Ato Administrativo de Aprovação do Regimento Escolar:

199/2018 Ato Administrativo de Aprovação Projeto Político

Pedagógico: 071/09 Ato n 0363/05 de 31/01/2005

1.10 - Distância do Colégio do NRE: 18 Km

1.11 - Localização do Colégio: Zona Urbana

1.12 - Site da Escola: e-mail: ctaceciliameireles@escola.pr.gov.br

1.1 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

1.1.1 Modalidades de Ensino

O Colégio Estadual Cecília Meireles oferta como Modalidade de Ensino a Educação Fundamental nos anos finais, Ensino Médio Regular período diurno, também temos no contraturno uma Sala de Recurso, duas salas de Mais Aprendizagem e no período noturno o Curso de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

1.1.2 Ensino Fundamental Anos Finais Regular

O Ensino Fundamental Anos Finais, corresponde do 6º ano ao 9º ano e adota o regime anual regular, dividido em três trimestres com 5 aulas de 50 minutos, tendo a carga horária anual de 800 horas, fracionadas em uma jornada escolar diária, e 200 dias de efetivo trabalho escolar de acordo com a legislação, lei 9394/96 art. 23 e Lei Complementar nº 170/98 art. 25. O colégio no momento tem matriculados no Ensino Fundamental Regular 288 alunos, distribuídos em 11 salas de aula, tendo também 01 Sala de Apoio à Aprendizagem e outras 04 salas de Mais Aprendizagem, ambas com atendimento sempre no contra turno.

A partir do ano de 2012 início se oferta no Ensino Fundamental de 9 anos, os quatros anos finais; tem sua nomenclatura modificada de 5ª, 6ª, 7ª e 8ª, séries, para 6º, 7º, 8º e 9º. anos, com implantação simultânea, atendendo a Resolução Nº 03/06 – CNE, e adequação da idade de ingresso, a partir do ano de 2017, conforme segue:

ENSINO FUNDAMENTAL 6º aos 9º anos		
ANO	Nº DE TURMAS	TURNO
6º	3	Vespertino
7º	3	Vespertino
8º	3	Vespertino
9º	2	Matutino

É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao

passar, nos forma e nos transforma.

Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação. Larrosa

1.1.3 Ensino Médio Regular

O Ensino Médio Regular corresponde a três anos, o 2º e 3º anos e adota o regime anual regular, dividido em três trimestres com 5 aulas de 50 minutos, cada tendo a carga horária anual de 800 horas, fracionadas em uma jornada escolar diária, e 200 dias de efetivo trabalho escolar de acordo com a legislação, lei 9394/96 art. 23 e Lei Complementar nº 170/98 art. 25.

As de aulas obedecem a um calendário específico, cuja elaboração, participam direção, equipe pedagógica e professores, na ânsia de atender da melhor forma os alunos e a demanda de professores, sendo que na sua maioria trabalham em mais de um estabelecimento de ensino. O colégio no momento tem matriculados no Ensino Médio Regular 226 alunos para o ano de 2021, distribuídos em 12 salas de aula, assim como se segue:

ENSINO MÉDIO 2º aos 3º anos		
ANO	Nº DE TURMAS	TURNO
2º	2	Matutino
3º	2	Matutino

O conhecimento serve para encantar as pessoas, não para humilhá-las.

Mário Sérgio Cortella.

1.1.4 NOVO ENSINO MÉDIO E SUAS LINGUAGENS

O Ensino Médio Regular corresponde a três anos, o 1º anos, para o ano de 2022, e adota o regime anual, dividido em três trimestres com 6 aulas de 50 minutos, cada tendo a carga horária anual de 1000 horas, fracionadas em uma jornada escolar diária, e 200 dias de efetivo trabalho escolar de acordo com a legislação, lei 9394/96 art. 23 e Lei Complementar nº 170/98 art. 25. As de aulas obedecem a um calendário específico, cuja elaboração, participam direção, equipe pedagógica e professores, na ânsia de atender da melhor forma os alunos e a demanda de professores, sendo que na sua maioria trabalham em mais de um estabelecimento de ensino.

NOVO ENSINO MÉDIO 1º anos		
ANO	Nº DE TURMAS	TURNO
1º	3	Matutino

1.1.5 A ÁREA DE CONHECIMENTO LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO

Para se definir o papel das Linguagens e suas Tecnologias na formação de jovens na etapa do Ensino Médio, torna-se imprescindível a aproximação e o conhecimento de quem são eles: sujeitos de experiências, saberes e desejos, apropriando-se do social e reelaborando práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades, interpretando e dando sentido ao seu mundo. Afinal, são muitas as formas de ser e de se experimentar o tempo de juventude (DAYRELL; CARRANO, 2014).

O dinamismo das práticas sociais de linguagens e as perspectivas dos estudantes quanto ao ingresso no mundo do trabalho requerem propostas curriculares focadas nas transformações do mundo do trabalho e, principalmente, que os subsidiem nos desafios de sua vida cotidiana e também viabilizem projeções futuras. Tais desafios podem ir para muito além de uma categoria de trabalho material, pois, conforme Saviani (2019), é preciso produzir ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades.

Um conjunto de produção humana que envolve saberes sobre a natureza, a cultura, as ciências e hoje se inclui a tecnologia. Nesse contexto, a Área de Linguagens e suas Tecnologias possui papel relevante e certo privilégio, uma vez que seus componentes — Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa — reúnem os elementos imprescindíveis à comunicação humana, seja ela verbal, artística ou corporal.

A concepção de Área surge da proposição de que o todo é maior que a soma das partes, resultando em um arranjo estrutural que respeita a diversidade e especificidade de cada componente curricular e acentua uma abordagem interdisciplinar do conhecimento. É um arranjo fortemente aportado no ensino para além da descrição, visando ao desenvolvimento das capacidades de análise, explicação, previsão e intervenção, por meio de objetivos comuns aos componentes curriculares, integrados em áreas de conhecimento.

1.1.6 A ÁREA DE CONHECIMENTO CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO

O ensino de ciências, no Brasil, passou por diversas transformações e reformas ao longo do tempo. Como marco inicial, em 1950, a ciência partia de uma atividade neutra, cujo objetivo de ensino era formar a elite com programas rígidos, voltados às aulas práticas. Já na década de 1970, o objetivo era a formação de um cidadão trabalhador, numa concepção de ciência voltada para a evolução histórica e pensamento lógico-crítico.

Surge, portanto, a pedagogia dos projetos como modalidades didáticas recomendadas. Entre as décadas de 1990 e 2000, devido à abertura econômica brasileira e à globalização, o objetivo do ensino pautou-se na formação de cidadão/trabalhador/estudante como prioridade, tendo como documento norteador os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A ciência passou a ter uma concepção de atividades com implicações sociais, em que as modalidades didáticas recomendadas eram os jogos com exercícios no computador (KRASILCHIK, 2000). REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO PARANÁ Sistema Estadual de Ensino do Paraná 388 Atualmente, a ciência se encontra materializada em tecnologia, apresentando objetivos sociais validados por meio do desenvolvimento tecnocientífico e da inserção de descobertas científicas no ensino de ciências.

A orientação para organizar o currículo em áreas do conhecimento (BRASIL, 2018) não foi aleatória, e sim buscou escopo equivalente para o Ensino Médio, propondo reagrupar em: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Deve-se ter a compreensão de que áreas do conhecimento são unidades epistemológicas cuja conexão pode manifestar um objeto comum que nem sempre seja compatível com as particularidades de cada componente curricular. No caso de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, o objeto de estudo é a natureza seccionada de forma dinâmica e orgânica, respeitando a especificidade de cada um dos seus componentes curriculares, Biologia, Física e Química.

Nesta perspectiva, o papel fundamental da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias está relacionado com o aprendizado, a produção, o uso e a divulgação dos conhecimentos científicos, por meio de uma abordagem que valoriza a investigação e proporciona o protagonismo dos estudantes, de modo a despertar a responsabilidade e o senso ético, tornando-os sujeitos do próprio conhecimento, permitindo a crítica investigativa sobre a natureza da ciência, construindo e utilizando

se de conhecimentos específicos para que seja possível vivenciar situações-problema do cotidiano e, a partir destes conhecimentos adquiridos, debater possíveis soluções, utilizando-se de argumentos mais sólidos, que possibilitem uma tomada de decisão referente ao meio ambiente e sobre as condições de vida em sociedade (BRASIL, 2018).

Tal perspectiva objetiva, no decorrer de sua formação, que os estudantes desenvolvam as habilidades e competências específicas da área que vão ao encontro do “letramento científico cidadão” (SANTOS, 2007). Porquanto, apropriar-se dos conhecimentos de ciências por meio da Biologia, da Física e da Química não deve ser apenas mediante uma transposição de conteúdos, tampouco por uma visão puramente científica.

Deve ser por meio de uma perspectiva emancipadora na qual o estudante perceba nas aulas uma correlação entre os conteúdos escolares e sua vida fora da escola; uma educação científica, em que ele possa ser capaz de interpretar a natureza de maneira mais adequada, assim como ter um entendimento melhor sobre REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO PARANÁ Sistema Estadual de Ensino do Paraná 389 a tecnologia que nos rodeia e, a partir desses conhecimentos, participar da construção de uma sociedade de maior equidade para seus pares.

1.1.7 A ÁREA DE CONHECIMENTO MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS E O SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO

A Matemática no Ensino Médio, tal como em toda a Educação Básica, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, também, proposta no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, propõe a retomada, a ampliação, o aprofundamento e a consolidação das aprendizagens essenciais desenvolvidas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, visando, dessa forma, contribuir para a formação integral dos estudantes.

Faz-se necessário, então, uma escola que propicie aos estudantes as condições necessárias para o acesso, a elaboração, a propagação, a comunicação e a socialização de conhecimentos historicamente construídos e sistematizados; que permita ao estudante a compreensão, a reflexão, o diálogo e a aplicação desses conhecimentos para o enfrentamento dos diversos desafios característicos dessa etapa de ensino e fase da vida, e contribua para a sua participação ativa e crítica na sociedade.

Visando garantir as aprendizagens essenciais, atender às aspirações presentes e futuras dos estudantes, sua permanência e conclusão do Ensino Médio, a

Matemática, somando-se às demais áreas do conhecimento, assume um papel importante na formação intelectual, social e cultural dos estudantes. Nesse aspecto, pede-se uma Matemática com abordagens pedagógicas que venham ao encontro dos interesses das juventudes, dos seus anseios e projetos de vida, “tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos” (BRASIL, 2018, p. 462); sem, no entanto, dirimir a natureza e as características estruturais próprias da Matemática.

Ainda, pede-se uma Matemática que assuma uma ação ativa diante do conhecimento; que incorpore a própria dinâmica das transformações socioculturais; que não se limite somente aos aspectos puramente abstratos e formais, mas que incorpore os aspectos criativos da própria Matemática; e que permita ao estudante ir além do conhecimento da Matemática já pré-concebida, construindo novos conhecimentos para ela e para além dela.

A Matemática desenvolvida nesta perspectiva, ou seja, dinâmica, temporal, conectada às realidades e visando às vivências cotidianas dos estudantes, deve levar em consideração os avanços científicos e tecnológicos, as questões humanísticas e culturais, as exigências em relação ao trabalho e à vida, bem como as diversas mídias que possibilitam aos estudantes “construir e realizar seu projeto de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania” (BRASIL, 2018, p. 471).

Na BNCC, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, a Matemática consiste em uma área específica, tendo um único componente curricular, que é a própria Matemática.

No entanto, esse fato não a faz ser uma área isolada, com um fim em si mesma, com suas fronteiras limitadas e fechadas, alheia ao mundo real, pois, em diálogo e responsabilidade com as demais áreas e as tecnologias, ela amplia as perspectivas de investigação, de comunicação, de desenvolvimento e definição de novos métodos que permitam a discussão, a problematização, a resolução e a formulação de diversos problemas, tanto dentro quanto fora dos ambientes escolares. Nessa perspectiva de diálogo e de inter-relações, a Matemática assume um papel importante na formação integral do estudante.

Assim, o desenvolvimento intelectual pela Matemática deve possibilitar ao estudante a participação de forma consciente, ativa e crítica no contexto em que vive, ou seja, em sua vida social, cultural, política e econômica. É assim que a Matemática desempenha sua função social. Logo, ela também deve ser um fator de inclusão social e tecnológica.

No que tange às tecnologias, a área de Matemática, no Ensino Fundamental, na

BNCC, e o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações: Matemática (PARANÁ, 2018), além da compreensão de conceitos e procedimentos, do letramento matemático (raciocínio, argumentação, representação, comunicação, caracterização, operação) e do desenvolvimento do pensamento matemático, preocupa-se, também, com a inserção das tecnologias, desde as séries iniciais, como forma de ampliar as possibilidades de compreensão dos conceitos matemáticos envolvidos e de desenvolver o pensamento computacional.

O pensamento computacional engloba capacidades de pensar, questionar, analisar, comunicar, representar, criar, elaborar e resolver problemas, capacidades estas intimamente ligadas ao processo de fazer matemática. Marques (2019) afirma, baseada nos estudos da Associação de Professores de Ciência da Computação (CSTA) e da Sociedade Internacional de Tecnologia em Educação (ISTE), que o pensamento computacional é considerado um processo de resolução de problemas que inclui (mas não se limita) as seguintes características:

1. Formular problemas de uma forma que nos permita usar um computador e outras ferramentas para ajudar a resolvê-los;
2. Organizar e analisar logicamente os dados;
3. Representar dados através de abstrações como modelos e simulações;
4. Automatização de soluções por meio de pensamento algorítmico (uma série de etapas ordenadas);
5. Identificar, analisar e implementar possíveis soluções com o objetivo de alcançar a combinação mais eficiente e eficaz de etapas e recursos;
6. Generalizar e transferir este processo de resolução de problemas para uma ampla variedade de problemas (CSTA/ISTE, 2011, p. 13 apud MARQUES, 2019, p. 24-25).

1.1.8 AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E SEU PAPEL FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO

A Educação pode ser compreendida como um processo democrático, uma passagem da desigualdade à igualdade (SAVIANI, 1988). No Brasil, a trajetória da Educação Básica, entendida como um direito, é historicamente recente. Foi apenas com a Constituição Federal de 1934, que a Educação se tornou um direito social e um dever do Estado, garantido a todos pelo seu artigo 149 (RANIERI, 2018, p. 16).

Apesar disso, o conceito de Educação Básica ainda pode ser visto como uma novidade no direito educacional brasileiro, conforme apresenta Ranieri: Introduzido originalmente pela Lei n. 9.394, de 20/12/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), designa os 14 anos de educação compulsória gratuita, dos 4 aos 17 anos, estabelecidos pelo artigo 208, I, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n. 59/09, assegurada sua oferta gratuita inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria (RANIERI, 2018, p. 15).

A garantia ao acesso, à permanência e à conclusão das etapas da Educação Básica ainda não está consolidada, havendo uma diminuição significativa tanto na matrícula como na conclusão na etapa do Ensino Médio. Essa constatação pode ser observada nos dados levantados pelo IBGE, em 2018, que mostram que apenas 27% da população de jovens e adultos brasileiros (de 25 anos ou mais) completaram esta etapa de ensino. Esse dado demonstra a necessidade de criar estratégias que tornem a escola mais próxima das demandas dos jovens do século XXI e que assegurem a conclusão da aprendizagem necessária mínima para a formação de adultos cidadãos éticos e críticos.

Os problemas do Ensino Médio podem ser vistos como “expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX” (KRAWCZYK, 2011, p. 754). Mas, como o Ensino Médio representa a última fase da escolarização para a maioria dos jovens, além de aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, torna-se o momento mais significativo em que ocorre a preparação para a vida adulta e para o mundo do trabalho.

Entende-se por trabalho a ação do homem sobre a natureza e também na sua relação com os outros seres humanos. Conforme aponta Saviani (1989), o trabalho consiste em uma atividade de transformação e criação no mundo humano guiada por objetivos pelos quais as pessoas antecipam mentalmente o que vão fazer. Para que os jovens sejam aptos a pensarem o trabalho como ação humana, o Ensino Médio tem o papel de enfatizar a formação científica e profissional (educação para o trabalho), permitindo mudanças culturais e sociais. A educação pode ser transformadora, na

medida em que ela considera a sociedade como um espaço de lutas entre diversos grupos e classes, antagônicos e desiguais entre si.

Para a Apple (2017), a educação é uma ação criticamente orientada, que possui o potencial de alterar essas relações por meio da ênfase na aprendizagem, aliada ao incentivo permanente à crítica, à curiosidade, ao cuidado, à imaginação, à criatividade, entre outros aspectos permeados pelo diálogo e a escuta. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: Quando o estudante chega ao Ensino Médio, os seus hábitos e as suas atitudes crítico-reflexivas e éticas já se acham em fase de conformação.

Mesmo assim, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, e a prontidão para o exercício da autonomia intelectual são uma conquista paulatina e requerem a atenção de todas as etapas do processo de formação do indivíduo. Nesse sentido, o Ensino Médio, como etapa responsável pela terminalidade do processo formativo da Educação Básica, deve se organizar para proporcionar ao estudante uma formação com base unitária, no sentido de um método de pensar e compreender as determinações da vida social e produtiva; que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva da emancipação humana (BRASIL, 2013, p. 39).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BRASIL, 2018a), a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem o compromisso de formar nos jovens um pensamento crítico que os conscientize sobre a transitoriedade do conhecimento científico, assim como tem a responsabilidade por formar cidadãos reflexivos e éticos.

Segundo Horkheimer (1983), a análise crítica da sociedade percebe os homens como produtores das suas formas históricas de vida, afastando-se de reflexões que tomam a natureza como um objeto dado. Esse ponto é crucial para entendermos a especificidade das Ciências Humanas em relação às Ciências da Natureza, no que se refere aos seus objetos e métodos. Para o autor, o que é dado (o objeto) não depende apenas da natureza, mas, sobretudo, diz respeito ao poder do homem sobre ele: “os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder” (HORKHEIMER, 1983, p. 155).

Essa perspectiva coloca o homem e o seu contexto social no centro da análise científica. Nesse sentido, percebe-se como os conceitos discutidos nas Ciências Humanas são fundamentais, à medida que os elementos que sustentam as noções de cidadania, crítica e ética são instrumentalizados pela Filosofia, Sociologia, História e também pela Geografia. São os conhecimentos construídos nesses campos do saber que permitirão aos jovens se apropriarem de tais conceitos de maneira densa e,

especialmente, rejeitarem teses sustentadas pelo senso comum ou por juízos de valor que não correspondam a uma premissa ética e responsável.

Ainda sobre a importância das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aos jovens do Ensino Médio, destaca-se sua contribuição no autoconhecimento do estudante, pois, segundo Foucault (1981), as Ciências Humanas endereçam-se ao homem à medida que ele vive, fala e produz. De acordo com o filósofo francês, a epistêmê moderna marcou o homem como sujeito do saber, ao mesmo tempo em que ele é pensado como um objeto a ser desvendado e interpretado.

1.2 Educação de Jovens e Adultos

- Fase II - Corresponde do 6º ao 9º ano do Ensino Regular;(séries finais do Ensino Fundamental)
- Idade mínima para matrícula: 15 anos;
- No presente momento tem 60 alunos matriculados;
- Duração de 2 anos com aulas de 50 minutos cada; (Carga Horária de 1600 horas ou 1920 horas-aulas);
- A organização do ensino fundamental 6º e 9º anos - O aluno conclui os quatros anos em dois anos, divididos em quatro semestres por blocos com quatro disciplinas em cada; (o estudante pode matricular-se em até quatro disciplinas por vez);

Turmas: COLETIVAS.

ENSINO FUNDAMENTAL FASE II	
SEMESTRE	DISCIPLINA
BLOCO I 6º/ 7º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA
	ARTE
	CIÊNCIAS
	GEOGRAFIA

BLOCO II 8º/ 9º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA
	ARTE
	CIÊNCIAS
	GEOGRAFIA
BLOCO III 6º/ 7º ANO	MATEMÁTICA
	HISTÓRIA
	INGLÊS
	EDUCAÇÃO FÍSICA

2.5 1.2.1 Ensino Médio

- Idade mínima para matrícula: 18 anos;
- No presente momento tem 74 alunos matriculados;
- A organização no ensino médio, corresponde do 1º ao 3º ano; em dois anos; dividido em quatro semestres por blocos com três ou quatro disciplinas cada, (o estudante pode matricular-se em até quatro disciplinas por vez);

Assim, o Colégio Estadual Cecília Meireles, promove a escolarização de adultos e adolescentes que pelos mais variados motivos, retornam para a escola em busca de alcançar uma possibilidade de aquisição do conhecimento formal com vistas à elevação da escolaridade, possibilidade de ascensão social, econômica e profissional ou à retomada de sonhos e projetos pessoais e coletivos interrompidos no passado. A cada ano a escola disponibiliza, no período noturno, a modalidade EJA para melhor atender a necessidade da comunidade escolar.

ENSINO MÉDIO	
SEMESTRE	DISCIPLINA
	LÍNGUA PORTUGUESA I

BLOCO I	ARTE
	QUÍMICA
	SOCIOLOGIA
BLOCO II	LÍNGUA PORTUGUESA II
	FÍSICA
	BIOLOGIA
BLOCO IV	MATEMÁTICA II
	HISTÓRIA
	GEOGRAFIA

1.2.2 A EJA e a inclusão

A EJA de acordo com a Lei 9.394/96 passa a ser uma modalidade da educação básica na Fase II do ensino fundamental é composto por 4 semestres com duração de 6 meses (bloco de disciplinas); a escola também oferece o ensino médio que é compreendido por (4 blocos semestrais); sendo assim essa modalidade usufrui de uma especificidade própria, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Consequentemente, a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio com a finalidade de possibilitar ao indivíduo, jovem ou adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar, bem como na própria vida, possibilitando dessa forma, um nível técnico e profissional mais qualificado.

Na Educação de Jovens e Adultos também deve ser contemplado o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, considerando a situação em que se encontram individualmente. É importante que sejam priorizadas ações educacionais específicas e que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito destes no espaço escolar. Considerando desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar, também os de condições socioculturais diversas e econômicas desfavoráveis.

Eles terão direitos a receber apoios diferenciados daqueles normalmente

oferecidos pela educação escolar, como um direito à igualdade com equidade de oportunidades. Isso significa o modo diferenciado de educar a todos, para que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades e todos os atendimentos especializados que se façam necessários, pois, são alunos do Ensino Fundamental, que tem seus direitos assegurados pela LDB e Constituição Federal, garantido pela sua condição de cidadão.

1.3 Ensino Técnico

1.3.1 Desenvolvimento de Sistema

O ensino Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, promoverá um responsável pela análise e projeto sistemas. Elabora, documenta, realiza testes e mantém sistemas de informação. Utiliza ambientes de desenvolvimento e linguagens de programação específica. Modela, implementa e mantém bancos de dados. Realiza, ainda, a manutenção em sistemas, contribui nas decisões técnicas, proporcionando uma melhor experiência de acessibilidade, usabilidade e performance.

O curso promove na formação profissional atua em empresas dos mais diferentes setores e segmentos, podendo também atuar como profissional autônomo a partir da identificação de uma necessidade e/ou demanda. Relaciona-se com equipes de desenvolvimento, outros profissionais de TI, bem como clientes e usuários.

Como proposta de um ensino médio inovador e atual, o profissional habilitado tem como marcas em sua formação: domínio técnico-científico, visão crítica, atitude empreendedora, sustentável, colaborativa, atuando com foco em resultados e comprometimento. Essas marcas formativas reforçam o compromisso da instituição com a formação integral do ser humano, considerando aspectos relacionados ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. Essa perspectiva propicia o comprometimento do aluno com a qualidade do trabalho, o desenvolvimento de uma visão ampla e consciente sobre sua atuação profissional e sobre sua capacidade de transformação da sociedade.

A ocupação está situada no Eixo Tecnológico Informação e Comunicação.

A seguir estão as competências que necessárias ao perfil do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas:

- Implementar algoritmos de programação.
- Aplicar lógica de modo a permitir a criação de softwares amigáveis, seguros e funcionais, independente da linguagem a ser usada na programação.
- Projetar, modelar e implementar esquemas de armazenamento, acesso e visualização de dados
- Projetar sistemas de informação, selecionando linguagens de programação e

ambientes de desenvolvimento de acordo com as especificidades do projeto.

- Utilizar princípios inovadores de Empreendedorismo na criação de projetos/startups de tecnologia.
- Planejar e executar a instalação de sistemas operacionais em computadores pessoais, incluindo a instalação de aplicativos, componentes de hardware e periféricos, tendo em vista a segurança da informação e a privacidade de dados.
- Identificar e solucionar problemas de hardware e software por meio de técnicas e serviços que consideram a sustentabilidade e a ética
- Elaborar projetos para web, codificando front-end de aplicações web a fim de publicá-las
- Codificar back-end de aplicações web, desenvolvendo e publicando serviços web.
- Projetar, modelar e implementar esquemas de armazenamento, acesso e visualização de dados
- Organizar o processo de trabalho no desenvolvimento de aplicações
- Desenvolver, realizar manutenção e documentar sistemas para dispositivos móveis.
- Desenvolver sistemas utilizando programação avançada
- Desenvolver sistemas multicamadas, utilizando framework de desenvolvimento web e mobile.
- Aplicar técnicas de teste de software

1.4 Programa Mais Aprendizagem

O PMA tem como objetivo atender aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com necessidade de reforço para o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas, contempladas em todos os componentes curriculares, para que consigam prosseguir sua trajetória escolar, acompanhando com êxito as aulas na turma de matrícula regular.

- Programa Mais Aprendizagem é um projeto de reforço escolar no contraturno, para atender estudantes com dificuldades relacionadas à aprendizagem;
- Esse programa está sendo provido para alunos matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA;
- São ofertadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- No presente momento tem quatro turmas, duas pela manhã e duas no período da tarde, como o total de 48 alunos;

1.5 Sala de Recursos

- Vem para atender os alunos regularmente matriculados, na Educação Básica. É um atendimento educacional especializado;
- É disponibilizado para alunos que possuam laudo médico, avaliação psicopedagógica e com dificuldades de prosseguir com os estudos;
- No momento temos 28 alunos matriculados nesta sala.

1.6 - Atualmente o Colégio é composto como se segue:

NÚMERO DE ALUNOS:	721
NÚMERO DE DIRETOR:	01
NÚMERO DE DIRETOR AUXILIAR:	01
NÚMERO DE PROFESSORES MANHÃ:	34
NÚMERO DE PROFESSORES TARDE:	21
NÚMERO DE PROFESSORES NOITE:	21
NÚMERO DE PEDAGOGOS:	05

NÚMERO DE AGENTE I:	7
NÚMERO DE AGENTE II:	06
NÚMERO DE SALAS DE AULA:	12
NÚMERO DE TURMAS DA MANHÃ:	12
NÚMERO DE TURMAS DA TARDE:	09
NÚMERO DE TURMAS DA NOITE:	06
MAIS APRENDIZAGEM:	04
SALA DE RECURSO:	01

1.7- Horários de funcionamento:

MANHÃ		TARDE		NOITE	
Início	07:10h	Início	13:10h	Início	18:30h
Intervalo	09:40h às 09:55h	Intervalo	15:40h às 15:55h	Intervalo	20:00h às 20:15h
Término	12:25h	Término	17:35h	Término	22:40h

OBS: Os horários estão dentro da carga horária de 800 horas para o regular e 1000 horas para o novo ensino médio e podem sofrer alteração de início e fim, tendo em vista a implementação do NOVO ENSINO MÊDIO, a partir do ano de 2022, até o encerramento do ciclo em 2024.

1.8 - Regime de Funcionamento

Matutino: Ensino Fundamental; 9º anos e Ensino Médio regular; 1ª 2ª e 3ª (Séries);

Vespertino: Ensino Fundamental: 6º, 7º, 8º anos;

Noturno: Educação de Jovens e Adultos; Fase II e Ensino Médio.

2. Elementos Situacionais

2.1 Dados Históricos da Instituição

A Supervisora da Congregação Religiosa "Sacré-Coeur de Jesus", em Curitiba, reconhecendo a carência de recursos educativos de Ensino Médio no Bairro Higienópolis, e querendo colaborar com as iniciativas da Secretaria da Educação e Cultura em sua campanha em prol da educação, propôs a cessão de local adequado para o funcionamento de um Ginásio, no prédio de que a referida Congreg  o   proprietária, através de requerimentos datados de 30 de outubro de 1967 e 09 de novembro de 1967 e respectivo relatório.

Atendendo a solicitação feita, o Exmo. O Senhor Governador do Estado do Paraná decretou a criação do Ginásio da Vila Higienópolis, para funcionamento no ano de 1968, através do decreto n. É 8.188 de 28 de dezembro de 1967. Posteriormente, por solicitação da Direção do Estabelecimento e através do decreto n. É 20.830 de 18 de agosto de 1970, o Ginásio passou a denominar-se Ginásio Estadual Cecília Meireles.

Inicialmente funcionou com apenas duas turmas de 1  série num total de 52 alunos. Posteriormente funcionou com 434 alunos, distribuídos em dois turnos. O Ginásio funcionava num prédio de propriedade da Congreg  o Religiosa Sacre-Coeur de Jesus localizado na Rua Santa Madalena Sofia, s/n. É, na Vila Higienópolis através do Convênio com a Secretaria de Educação e Cultura, sob sistema de aluguel.

2.2 Caracterização da Comunidade

O Colégio Estadual Cecília Meireles, está inserido em uma comunidade formada em sua maioria, por famílias de classe C com renda familiar entre um e dois salários-mínimos, conhecidas como classes populares, que apresenta sérios problemas familiares, embora dentro de suas possibilidades seja participativa, procurando em algum momento do ano letivo, informações junto à escola sobre o desenvolvimento de seus filhos.

Muitas dessas famílias vivem em precárias condições de moradias, saúdes, alimentação, onde são envolvidas em programas sociais promovidos pelo governo estadual e federal, região conhecida como Vilinha.

O corpo discente da escola é formado por alunos do Bairro Alto, Tarumã e 40% aproximadamente, do município de Pinhais.

A escola é escolhida pelos pais por ser mais próxima de suas residências e na sua maioria demonstram-se satisfeitos com o trabalho da escola. Neste contexto, a escola é uma fonte alternativa de atividades de lazer e cultura proporcionadas nos eventos da

semana cultural, jogos e festas em datas comemorativas, promovidas em suas dependências.

A instituição contempla, também, o atendimento a educandos com necessidades educacionais especiais. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação de saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação. A respeito da diversidade na população escolar.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada.

É na Lei nº. 7853, de 24 de outubro de 1989 que se encontra a disposições sobre a Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Porém, além do aspecto legal é preciso que o plano teórico ideológico da escola supere os obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino.

A Instituição como um todo, constitui-se de uma estrutura flexível, capaz de contemplar inovações que tenham conteúdos significativos direcionados a nossa comunidade. Nesta perspectiva, há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos e os limites e possibilidades de cada educando que devem ser respeitados. Portanto, é desafio deste P.P.P. dar ênfase ao educando, atendendo suas necessidades individuais e construir uma proposta viável para que o acesso, a permanência e a aprendizagem dos educandos estejam asseguradas.

2.3 Índices de aprovação e reprovação

O Colégio Estadual Cecília Meireles, desde o ano de 2017, não apresenta dados quantitativos no que diz respeito aos números de estudantes avaliados no sentido de alcançar nota para o IDEB.

Já na prova do SAEB, 2021 o ensino fundamental atingiu acima 260 pontos no ensino fundamental e acima de 275 no médio, em português e matemática.

SISTEMA SAEB			
Resultados Preliminares			
	5º Ano EF	9º Ano EF	3/4ª Série EM
Estudantes presentes	-	52	22
Estudantes matriculados	-	58	31
Taxa de participação	-	89,66	70,97
Desempenho médio da escola			
	5º Ano EF	9º Ano EF	3/4ª Série EM
Língua Portuguesa	-	262,87	289,34
Matemática	-	261,41	273,02

2.4 Ambientes Pedagógicos

Colégio se limita a uma área de 14.016,88m² e de área construída de 4.434,20 m² distribuídos em dois pavilhões, dois anexos um com duas salas de aulas e outro com biblioteca e têm total de aproximadamente 6.600 livros, com diversos títulos e tem como área de 92,34 m² e ao lado uma sala de Informática do Paraná Digital com área de 91,93 m².

A estrutura física é distribuída da seguinte forma:

O pavilhão A com acesso: (Rua Rio Negro e Pedro Eloy de Souza); Portaria com rampa de acessibilidade, recepção, secretaria; (01) sala de professores; (01) sala de recursos; (15) salas de aula de 40 m²; (01) salão de 147 m²; (01) sala de multimídia; (01) laboratório de ciências físicas, químicas e biológicas; (01) salas para atendimento pedagógico; (01) sala de recurso; (02); banheiros para professores; (01) funcionários; (04) banheiros de alunos; (01) banheiro para cadeirante; (01) sala de informática; (01) depósito de material de limpeza; (01) cozinha; (01) depósito de alimentos; (01) sala para APMF; (01) depósito material esportivo; (02) quadras poli esportivas; (01) quadra adaptada para voleibol; (01) cantina; (01) refeitório; (01) pátio coberto; (01) rampa de

acessibilidade para o uso da biblioteca (01) biblioteca com cerca de 4.842 livros; (01) informática e (01) casa para caseiro. O pavilhão B com acesso à Rua Bruno Lobo, está sendo cedido a Escola de Educação Especial Mercedes Stresser, possui (10) salas de aula de 50,41m². Neste pavilhão se encontra (01) sala para os professores; (01) sala para a coordenação; (01) sala para atendimento pedagógico; (01) salão para aulas de arte; (01) vídeo; (01) psicomotricidade; (02) salas para apoio pedagógico; (02) depósito de merenda; (01) depósito de material de limpeza; (01) cozinha; (06) banheiros; (01) pátio coberto; (01) casa para caseiro.

2.5 Ensino Remoto no Século XXI nas Escolas Públicas

Com a pandemia do novo coronavírus acarretou diversas transformações em diferentes setores da sociedade, sendo assim foi preciso tomar medidas para prevenir a contaminação das pessoas. No Brasil, o ensino foi paralisado, as escolas foram fechadas às aulas suspensas em todas as modalidades de ensino presencial. O Ministério da Educação através da portaria Nº 343 autorizou o funcionamento dos cursos presenciais na modalidade a distância até que a situação volte ao habitual no país.

As instituições de Educação Pública tiveram de adequar ao Ensino Remoto, pois foi adotado amplamente a Educação a Distância, no Colégio Estadual Cecília Meireles as aulas online acontecem através do Google Meet e complementadas com atividades através do Google Classroom. Essa modalidade de aulas está sendo adotada e faz parte da rotina dos estudantes e docentes até que tudo seja normalizado. Cabe salientar que após a pandemia provavelmente ocorrerá um maior hibridismo da educação presencial com o EAD, pois cada vez mais os docentes estarão preparados para o distanciamento, tendo em vista probabilidade factível de novas doenças coletivas futuras.

Atualmente, torna-se fundamental repensarmos a educação e todas as suas metodologias. A pedagoga Elsa Midori Shimazaki escreveu que “É sabido que o Ensino Remoto foi adotado por quase todas as escolas públicas e privadas nesse contexto atual de pandemia como uma forma de minimizar o distanciamento dos alunos para com as atividades escolares. Mas não está sendo uma tarefa fácil. Várias barreiras estão sendo rompidas para que esse ensino ocorra de forma satisfatória gerando uma aprendizagem significativa”. (STINGHEN, 2016).

Nesse século XXI vem pedindo inovações cada vez mais desafiadoras para educação que terá de se adequar mais ainda às novas tecnologias e implementar a adoção metodológica. Neste momento o Ensino Híbrido vem trabalhando o modelo de Rotação; esta estratégia metodológica tem dois modelos:

2.5.1 Ensino Híbrido de Rotação Estações de Aprendizagem

Os estudantes são divididos em pequenos grupos, que participarão de algumas estações de trabalho, sendo uma delas com acesso online, a partir disso os alunos revezam diferentes modalidades de ensino dentro de um ambiente destinado para uma aula; **Ensino Híbrido por Rotação Sala de Aula Invertida:** em que a rotação ocorre entre a prática supervisionada presencial pelo professor na escola e a residência ou outra localidade fora da escola para aplicação do conteúdo e lições on-line, além de engajar docentes para o planejamento de suas próprias experiências com ensino híbrido.

Em meio a toda essa transformação e adaptação da escola, muitos alunos não têm acesso à tecnologia e internet, a maioria tem celulares que são defasados, que não suportam programas e downloads, e a internet é bem limitada, pois muitos não têm condições de prover. Tendo em vista essas problemáticas dos discentes, a escola também está buscando outras alternativas para que esses alunos possam realizar as atividades escolares e sendo assim os professores elaboraram conteúdos e foram preparadas apostilas para auxiliar na aprendizagem e cumprir com requisitos curriculares.

É fundamental que a educação desenvolva cidadãos livres e autônomos, sujeitos do processo educacional. É necessário que professores e alunos reconheçam seu novo papel de pesquisadores, num mundo cada vez mais informacional e informatizado.

2. 6 O Papel das metodologias ativas na era da tecnologia.

Ao longo dos últimos 30 anos, a tecnologia veio evoluindo e ocupando espaço de muita expressão, provocando modificações no cotidiano da sociedade, e muitas vezes proporcionando transformações sociais.

A revolução digital se estabeleceu a partir da criação de equipamentos que foram sendo atualizados e aperfeiçoados ao longo do tempo na sua função e qualidade, de forma que chegam a ser imprescindíveis para a vida cotidiana humana, configurando-se até mesmo como substituição do trabalho e da presença do homem em determinados nichos profissionais.

A ferramenta tecnológica, utilizada através de computadores, tablets, celulares e outros eletrônicos chamada INTERNET, invadiu os lares de todo o mundo, promovendo relações das mais diversas. Ela é capaz de proporcionar o acesso do homem a pessoas, lugares, notícias, filmes, transações bancárias, relações empresariais, momentos de entretenimento, de forma que o homem antes não imaginava.

No ano de 2020, fomos surpreendidos pela pandemia da COVID 19, que nos forçou ao isolamento e a internet está sendo a grande companheira e promotora das relações sociais atuais. Todos, tanto aqueles que já utilizavam a tecnologia, como aqueles

que nem tanto, precisaram se apropriar das ferramentas tecnológicas e das vantagens que elas proporcionam e utilizá-las como recurso muitas vezes fundamental e determinante para a própria sobrevivência.

E para a educação não foi diferente. O ensino presencial foi substituído pelo ensino à distância, onde de suas casas, através das ferramentas digitais, professor e aluno passaram a participar do processo ensino aprendizagem de forma concomitante, com o uso das Metodologias Ativas e suas inovações, com a participação mais pró-ativa do estudante e com a mediação do conhecimento feita pelo professor, é que se garante a aprendizagem.

Tanto o professor como o estudante muito mais ativo nesse processo dinâmico e inovador, participam como aprendizes dessas metodologias ativas (aprendizagem baseada em projetos, jogos, pesquisas tutoriais, slides, vídeo aulas e apresentações virtuais) e as experimentam assumindo juntos o desafio do enfrentamento dos problemas aproveitando seus conhecimentos prévios, fazendo relação com suas práticas, na busca da apropriação do conhecimento.

Configura-se então o papel do educador não somente como mediador do conhecimento científico e elaborado, mas sim como participante desse processo dinâmico onde as experiências pessoais com o mundo natural e das relações, passam a ser incorporadas para a evolução do conhecimento, onde dúvidas e curiosidades podem ser sanadas pela tecnologia, que traz uma linguagem estratégica, vindo complementar o trabalho do professor.

Onde a busca por novos conhecimentos é incentivada pela ampla capacidade de pesquisa. Nós educadores temos que aproveitar toda esta inovação e as possibilidades de aproximação e interação com os alunos, para escolhermos a metodologia que faz mais sentido para o nosso estudante e para o conteúdo a ensinar, aproveitando as vantagens que o avanço tecnológico nos proporciona.

3. Elementos conceituais

3.1 As necessidades de avanços da prática pedagógica da organização Didática

Além das aulas em sala, são utilizados outros recursos como atividades extraclasse em forma de brincadeiras, exploração do meio ambiente, pesquisas na biblioteca e passeios com objetivos pedagógicos como: teatro, cinema, parques, universidades, museus etc.

Em sala os professores procuram levar os mais diversificados materiais como: livros de literatura, material dourado, quebra-cabeça, jogo da memória, massa de modelar, argila, globo terrestre, mapas, vídeos, Kit multimídia, acesso ao laboratório de informática e sala de arte.

Reflete todas as experiências em termos de conhecimento que serão proporcionais aos alunos de um determinado curso. A origem da palavra currículo – Cursere (do latim) significa carreira. Assim, o currículo escolar representa a caminhada que o aluno faz ao longo de seus estudos, implicando tanto os conteúdos estudados quanto as atividades realizadas sob a tutela da escola.

O desenvolvimento de um currículo que seja inclusivo para todos os alunos, implica em ampliar as definições atuais de aprendizagem.

O currículo inclusivo é baseado em uma visão de aprendizagem como algo que acontece quando os alunos estão ativamente envolvidos em compreender suas experiências. Este enfoque enfatiza o papel do professor como facilitador do currículo.

. Flexível - de encontro com as necessidades dos alunos. Atender às necessidades dos alunos, em consonância com os estilos de professores. Atitude favorável da escola - diversificar e flexibilizar - o processo de ensino-aprendizagem de modo a atender às diferentes necessidades individuais dos alunos. Uma concepção curricular - as diretrizes e a organização.

Identificação das necessidades educacionais. Adoção de currículo aberto e proposta curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizada.

Adaptação curricular: é um processo de análise e transferência do currículo em uma série e/ou uma disciplina, tendo como objetivo a avaliação diferenciada, para todos os alunos com dificuldade de aprendizagem, sempre na série que o aluno se encontra.

Objetivo:

1. O que o aluno não consegue fazer?
2. Quais os conteúdos que são necessários para alcançar esse objetivo? Que avaliação inicial o aluno já possui.
3. Qual é a sequência das aprendizagens? Qual é o passo mais estratégico para ajudar o aluno? A sequência, a ordem, a temporalização.
4. Como vou ensinar tudo isso? A metodologia, como desenvolver o conteúdo, de maneira que o aluno aprenda?
5. A ajuda tem sido eficaz? Tem alcançado o objetivo?

Avaliações diagnósticas, cumulativas, formativas e contínua,

3.2 Organização do Trabalho Pedagógico.

A prática escolar distingue-se de outras práticas educativas, como as pertencentes

à família, ao trabalho, ao lazer, à mídia e demais formas de convívio social por constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extenso de tempo.

A escola ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com responsabilidade e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objetivo de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação, são consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres, isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural.

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando aos alunos pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

Nessa perspectiva, é essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar. As normas de funcionamento e os valores, implícitos ou explícitos que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

Atualmente, a busca de ressignificação da ação educativa na escola, tem se situado, para muitos teóricos da educação, dentro perspectiva progressista.

A perspectiva progressista na educação é configurada por uma série de princípios explicativos do desenvolvimento e da aprendizagem humana que se complementam, integrando um conjunto orientado a analisar, compreender e explicar os processos escolares de ensino e aprendizagem. (IN: PARANÁ, Currículo Básico, SEAD, 1990).

“A configuração do marco para os processos de educação escolar, deu-se entre outras influências, a partir psicologia genética da teoria sócio interacionista e das explicações da atividade significativa. O termo construtivismo provém do reconhecimento da importância da atividade mental construtiva nos processos de aquisição do conhecimento que é antes, de mais nada, uma construção histórica e social na qual interferem fatores da ordem cultural psicológica.

Ao contrário de uma concepção de ensino e aprendizagem como um processo que se desenvolve por etapas, em que a cada uma delas o conhecimento é acabado, o que se propõe é uma visão da complexidade e provisoriedade do conhecimento. “IN: D.C.M. Curitiba, 2006).

A tradição escolar que não faz diferença entre erros integrantes do processo de aprendizagem e simples enganos ou desconhecimentos, trabalha com a ideia de que a ausência de erros na tarefa escolar é a manifestação da aprendizagem. Hoje, graças aos avanços da investigação científica na área da aprendizagem, tornou-se possível considerar o erro como inerente ao processo de aprendizagem e ajustar a intervenção pedagógica para ajudá-lo a superá-lo.

A superação do erro é, resultado do processo de incorporação de novas ideias e de transformação das anteriores, de maneira a dar conta das contradições que se apresentarem ao sujeito para, assim, alcançar níveis superiores de conhecimento. As ideias “equivocadas”, ou seja, construídas e transformadas ao longo do desenvolvimento, fruto de aproximações sucessivas, são expressão de uma construção inteligente por parte do sujeito e, portanto, interpretadas como erros construtivos.

Conceber o processo de aprendizagem como propriedade do sujeito não implica desvalorizar o papel determinante da interação com o meio social, e particularmente, com a escola. Ao contrário situações escolares de ensino e aprendizagem são situações comunicativas, nas quais os alunos e professores atuam como corresponsáveis ambos com influência decisiva para o êxito do processo.

O aluno, por sua vez, aprende e constrói uma representação de si mesmo como alguém capaz.

Nesse processo evidencia-se a necessidade da participação da comunidade, em especial dos pais, tomando conhecimento e interferindo nas propostas da escola e em suas estratégias. O resultado que se espera é a possibilidade de os alunos terem uma experiência escolar coerente e bem-sucedida.

O professor pedagogo tem a função de articular harmonicamente o processo ensino-aprendizagem de forma que viabilize e circule ações que engajem estes processos dentro da escola.

Articular a grande gama de relações interpessoais na escola, contribuindo para que o planejamento seja pensado e construído coletivamente, assim faz necessário que algumas ações sejam encaminhadas como citaremos a seguir:

- Ter uma visão global e crítica do currículo da escola, promovendo com o colegiado, encontros periódicos, onde se abra espaço para que aconteçam discussões na

construção coletiva de uma mesma direção, em busca de soluções que alavanquem positivamente, as articulações pedagógicas.

- Contribuir com textos teóricos de diferentes autores, promovendo debates de ideias, para que se possa estabelecer um conhecimento mais científico sobre o que é, e a importância do planejamento no cotidiano escolar.

- Estabelecer uma unidade escolar, ouvindo os anseios de seus pares em busca de melhores caminhos, auxiliando no processo de estabelecimento de metas e objetivos a serem alcançados por todos.

- Estabelecer uma relação de corresponsabilidade por parte dos professores, tanto para os acertos como para as dificuldades ou falhas que possam advir incentivar a construção do planejamento sem medo de deixá-lo flexível a ser modelado no percurso.

- Proporcionar atividades bem elaboradas para o planejamento do ano letivo, deixando claras as concepções de educação que norteia a filosofia da escola.

Estas são algumas ações que o professor- coordenador – pedagógico pode contribuir para construção de um pensar coletivo sobre a importância do planejamento escolar que seja efetivo e consistente na escola.

Facilita o enriquecimento profissional, por ser uma atividade que é movida de reflexão sobre a prática e um esquema guia flexível para uma ação consciente dos professores/a.

Antes que se coloque em funcionamento uma atividade, um período de aula ou uma unidade didática convém decidir suas características gerais. Durante o andamento, quando se desenvolve o plano, podem mudar detalhes e orientar os processos, mas as linhas mestras ficam estabelecidas.

Os planos, assumidos como esquemas flexíveis para atuar na prática, proporcionam segurança ao professor/a abordando com mais confiança os aspectos imediatos e imprescindíveis que lhe são apresentados na ação.

Os planos que os professores/a fazem são recursos para se aproximar progressivamente da prática concreta, das características de seus alunos/as e das condições do meio que trabalham.

Os planos dos professores discutidos e conhecidos pelos alunos são formas de comprometê-los na atividade, comunicar-lhes seu sentido, proporcionando-lhe uma lógica que não se legitima pela simples autoridade do docente, mas por seu sentido.

Os planos que os professores fazem escritos, deveriam ser seguidos de comentários próprios num diário de classe e observados por outros em sua realização,

este pode ser um bom recurso de comunicação integrada com outros companheiros, para transmitir e compartilhar experiências profissionais.

O compromisso ético da educação e dos educadores é que enquanto prática especificamente voltada para os sujeitos humanos em construção, desenvolvendo uma ação de intervenção nesses sujeitos, o seu compromisso fundamental é com o respeito radical à sua dignidade humana. A ética perpassa todo trabalho pedagógico.

Esse compromisso ético da educação é mais acirrado quando nos encontramos, porque as forças de dominação, degradação, opressão e alienação consolidam-se nas estruturas sociais, econômicas e culturais.

As condições de trabalho são ainda muito degradantes, as relações de poder muito opressivas, a vivência cultural, precária e alienante, e a distribuição dos bens naturais, políticos e simbólicos, muito desigual.

Em outras palavras, as condições atuais de existência da humanidade, traduzidas pela efetivação de suas mediações objetivas, são extremamente injustas e desumanizadoras. Assim, por exigência ética, a educação deve conceber-se, planejar-se e realizar-se como investimento intencional sistematizado na consolidação das forças construtivas das mediações existenciais dos homens. É isso que lhe dá, aliás, a sua qualificação ética.

Buscar encaminhamentos pedagógicos com a realidade de cada turma, dar oportunidade aos alunos a expressarem sentimentos como suas preferências, medos, angústias. Um planejamento contextualizado e flexível por parte do professor.

Desenvolver potencialidades individuais e a autonomia dos educandos. Ampliação de projetos sociais com nossa comunidade escolar. Proporcionar mais momentos de reflexão do grupo de professores, como também mais capacitação dentro de uma visão global de educação e com a realidade que temos, com esperança - utopia, pois ela é uma força impulsionadora criadora, um novo princípio de realidade não repressivo, segundo Marcuse (in: Allodi, 1993).

Através de um diálogo interlocutor olhar o outro inserido em seu mundo cultural. Compreender e respeitar a opinião do outro, buscando assim a alteridade. Para compreendê-los temos que encontrar alternativas para a inclusão social, perceber que todos, temos uma bagagem de informações e cultura, onde possamos respeitá-las e valorizá-las quebrando assim a cultura do silêncio. Diálogos interculturais com os alunos, compreendendo que o respeito à opinião do outro é fundamental para uma convivência pacífica e de crescimento pessoal. Só seremos respeitados, quando respeitarmos o espaço do outro. Devemos buscar alternativas em conjunto para situações cotidianas e de

conflitos.

O educador ao pensar a sua prática na sala de aula deve como intelectual, compreender o universo de vida dos seus educandos para que, desde seu lugar e posição de classe, reflita sobre sua prática no ambiente escolar. A complexa realidade do educando deve ser o ponto de partida para suas aulas, devendo o educador ser capaz de fazer ligações entre saberes, experiência do educando e o conhecimento formal, fazendo uma ponte para uma democracia justa, ajudando-o a resolver os conflitos que surgem a cada momento em novas aprendizagens.

Desenvolver uma política séria e inclusiva com uma pedagogia que venha de encontro com os interesses do grupo e as necessidades globais.

Nossa escola vem trabalhando com projetos que visam justamente à afirmativa acima, a escola como espaço democrático do saber, respeitar a autonomia e a identidade do educando exige acima de tudo uma postura e prática do professor com o saber cultural de sua realidade. Parafraseando Freire devemos ter em mente que aprender é uma aventura criadora, algo por isso mesmo, muito rico de que meramente repetir a lição dada.

Diante do exposto, consideramos que a proposta de conteúdos significativos é requisito essencial ao questionamento das relações sociais vividas pelos homens quer seja pela relação entre sujeitos históricos, quer pelo ato de pensar (de refletir sua própria realidade) poderão interferir na história.

Acreditamos na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social, quando possibilita que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento científico para emancipação e promoção do aluno.

Dada à peculiaridade do processo pedagógico, far-se-á necessário reorganizar a escola. A escola segue a linha pedagógica progressista, pretendendo assim, desenvolver relações democráticas, embasada em sua organização, na participação do coletivo escolar e na unidade de trabalho, pautada nos objetivos que permeiam a função social da escola. Cumprindo o seu papel na sociedade com transparência.

A gestão democrática que se propôs, é pelo voto do coletivo escolar, nos moldes de uma eleição para prefeito, apenas o tempo de gestão que é menor, três anos. As chapas são organizadas com: um cargo de diretor geral, dois cargos de diretores auxiliares, portanto são três servidores concursados, que concorrem à eleição de acordo com a lei vigente, a cada três anos.

Compõem todo o coletivo escolar: o diretor, vice-diretor, conselho escolar, coordenação pedagógica, corpo docente e corpo de apoio administrativo, além da

participação dos alunos e de pessoas da comunidade que tenham seus filhos na instituição.

Essa gestão democrática inclui todas as ações inclusive a construção do projeto político pedagógico, que favorecem a democratização da comunidade escolar.

Enfim, é preciso que todos os segmentos da escola se mobilizem a fim de serem um instrumento de transformação da realidade a partir da formação do aluno em cidadão crítico e atuante.

Entende-se que a escola como elemento básico da vida social e cultural, deve desenvolver ações que abordem elementos básicos na ação escolar, como:

- Cidadania - queremos pessoas mais comprometidas na transformação social do seu meio.

- Costumes, tradições, valores dos diferentes grupos étnicos, como cultura ampla dos cidadãos, uma fonte de vitalidade nacional.

- Construção da identidade – dizem respeito à construção do conhecimento, o desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente as diferentes situações da vida; o trabalho educativo cria condições para os educandos conhecerem, descobrirem e ré significarem novos sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais, tais como:

- Ampliar conhecimentos sobre si e o outro, a partir de características biológicas, psicológicas e culturais, reconhecendo-se como único no grupo.

- Construir vínculos positivos, vivenciando situações que envolvam afeto, atenção e limites.

- Explorar força, velocidade, resistência e flexibilidade, em diferentes tempos e espaços, conhecendo seus limites e potencialidades corporais.

- Representar o próprio corpo estabelecendo relações espaciais por meio de diferentes linguagens: corporal, plástica, musical, cênica, entre outras.

- Valorizar atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo, apresentando independência nas ações de alimentação, cuidados com a aparência pessoal e higiene.

- Usar de forma independente, conforme suas potencialidades, diferentes objetos, reconhecendo sua função social.

- Assumir responsabilidades gradativamente e de acordo com suas possibilidades, desenvolvendo confiança e autoestima positiva.

- Ampliar conhecimentos sobre a própria cultura e de outras, desenvolvendo

atitudes de respeito e valorização à diversidade de manifestações culturais.

3.3 Concepção de Avaliação

Grande desafio este, avaliação de aprendizagem é um tema pragmático pois envolve uma postura de mudança cultural, desafios contemporâneos, e ainda o contexto socioeconômico da escola. O contexto cultural que abordamos no marco situacional percebe que, hoje, os recursos informáticos e a cultura visual estão aí postos em nossa sociedade.

Portanto, o contexto escolar cada vez mais exige um maior número de fontes de informação além do quadro-negro de giz: a internet e outros meios de comunicação têm-se tornado fontes imprescindíveis de coleta de dados escolares. Como avaliar a aprendizagem que inclui esses outros meios de acesso às informações? Em que medida ela se transforma em conhecimento? Como avaliar crianças que se desenvolvem em diferentes contextos culturais, com diversos tipos de acesso à informação e com níveis variados de desenvolvimento?

Múltiplas respostas podem ser oferecidas para solucionar estas questões, que exige do professor uma especial atenção e capacidade de buscar novos caminhos.

Nesta perspectiva que vamos encaminhar nosso pensamento sobre avaliação, a seguir:

A avaliação é diagnóstica, investigar sobre o desempenho escolar dos estudantes, ela gera um conhecimento sobre o seu estado de aprendizagens, assim tanto é importante o que ele aprendeu como o que ainda não aprendeu. O que já aprendeu está bem; mas, o que não aprendeu (e necessita aprender, porque é essencial) indica a necessidade da intervenção de reorientação... até que aprenda. Algum conteúdo que necessita ser aprendido, como essencial não pode permanecer não aprendido.

Assim o professor deve levar em conta àquele que está aprendendo. Por isso é tão importante que, antes de avaliar, ele se pergunte a serviço de quem está a sua avaliação, quem se beneficia com avaliação que se fez desses alunos concretos. E se não está a serviço de quem aprende, o que significa também estar a serviço de quem ensina esses exercícios de formação e de aprendizagem simplesmente se limita ao exercício de controle, ao exercício de poder, dimensões pouco favoráveis à aprendizagem.

Avaliação não pode ser usada como castigo e punição, não é um exame de qualificação, pois todos os envolvidos aprendem, sejam professores ou alunos, os alunos

aprendem com as informações relevantes extraídas das avaliações, que os ajudará a corrigir e que possam levá-los a incorrer em interpretações ou em respostas não esperadas. Assim os professores compreenderão os motivos de raciocínios infundados, de respostas deduzidas e injustificadas, que levam a esses erros evitáveis, quando subjacentes a eles existir uma intenção sincera de aprendizagem.

A avaliação só deverá ser utilizada para aprender, reafirmar ou retificar, sempre para melhorar, nunca para eliminar, selecionar ou segregar, suprimir a faceta perversa do castigo. Ela é um processo natural que acontece para que o professor tenha uma noção dos conteúdos assimilados pelos alunos, bem como para tomar decisões suficientes e satisfatórias para que os mesmos avancem no seu processo de aprendizagem. A qualificação e a mediação, ao contrário, são produtos artificiais que costumam prestar-se a finalidades que não são essencialmente formativas, prioritariamente educativas. Dentro desta proposta o educando é um ser humano “em desenvolvimento”, uns seres históricos, inacabados, como afirmava Paulo Freire.

A avaliação deve ser compreendida como:

- A observação atenta e curiosa das manifestações dos alunos;
- Reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos das necessidades de desenvolvimento;
- Reflexão de que ensinar é compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo;
- Reflexiva, porque precisa possibilitar ao aluno pensar sobre o que sabe e como sabe.

Identificando o que sabe, abre-se a possibilidade de entender que podem existir outras formas de compreender (ou de fazer). A apropriação de novos procedimentos permite que se passe a compreender melhor o conteúdo e a utilizá-los para realizar as atividades propostas com maior eficiência e autonomia. Nesse sentido, a prática de avaliação precisa ser compreendida como autonomizada.

Avaliação é um processo em que se deve buscar informações não apenas referentes ao tipo de conhecimento que o aluno construiu, mas também e, sobretudo, responder questões sobre porque os alunos aprendem o que aprenderam naquela situação de aprendizagem, como aprenderam, o que aprenderam e o que deixaram de aprender.

Nessa perspectiva, coloca-se para o professor, a necessidade de construção de formas qualitativamente diferentes das que têm sido utilizadas tradicionalmente pela escola, de modo a possibilitarem a obtenção de informações relevantes para a organização da ação pedagógica. Quer dizer informação que permitam saber qual conhecimento aprendido pelo aluno possibilitou a resolução de problema proposta pelo professor, informações que, quando articuladas aos registros referentes ao que foi proposto, à organização da atividade e às formas como o aluno realizou a tarefa, ofereçam ao professor condições para inferir como o aluno aprendeu, o que deixou de aprender e, ainda, porque não foi possível, a ele aprender.

É preciso, também, que o aluno seja informado de maneira qualitativamente que seja diferente das já usuais e sobre quais conteúdos precisa aprender, de forma absoluta o que precisa saber fazer melhor.

Isto aponta para a necessidade de que as anotações, correções e comentários do professor sobre as produções dos alunos ofereçam indicações claras para que este possa efetivamente melhorar.

Para o uso consciente do seu saber, fundamental para a constituição de sua autonomia, coloca-se a necessidade de construção de instrumentos de autoavaliação que possibilitem ao aluno a “tomada de consciência” sobre o que sabe, o que deve aprender, o que precisa saber fazer melhor; instrumentos que favoreçam uma autoanálise do conhecimento construído permitindo ao aluno um maior “controle” de sua atividade. Uma observação contínua do processo de construção da aprendizagem, respeitando o tempo de aprender, também de cada aluno.

Nossa proposta avaliativa consiste em critérios que visão às conquistas e dificuldades do nosso aluno como parte de um todo e não isoladamente como um produto.

O processo de avaliação processual do colégio Cecília Meireles consiste na aplicação de diferentes formas de instrumentos e critérios, avaliação neste documento, deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de qual a forma e em quais condições, como conjunto de procedimentos investigativos que visa possibilitar o ajuste e a orientações da investigação pedagógica, de tal forma que seja possível tanto um ensino quanto uma aprendizagem de melhor qualidade.

3.4 A escola e a democracia – Conselho de classe – Instâncias colegiadas

Para oportunizar uma vivência democrática no ambiente escolar, propiciamos condições do acesso ao conhecimento científico e a construção de espaços de participação de toda comunidade escolar, tais como:

Conselho Escolar – como um instrumento de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a escola e, internamente a esta, entre os vários grupos que a compõem e se, mantêm como objeto constante de reivindicação daqueles que não se contentam com as relações heteronômicas e com as desigualdades de direitos vigentes na instituição de ensino.

Assumindo o desafio de democratizar as decisões da escola pública. Através da eleição direta de todos os representantes dos diferentes segmentos, respeitando o princípio de representatividade e da proporcionalidade. Com a devida legitimidade de deliberar, fiscalizar, avaliar e ser consultado pela comunidade escolar. Garantindo a representatividade necessária nas tomadas de decisões, efetivando a conquista histórica da democratização do ensino público no país.

Pré-conselho, Conselho de classe e Pós-conselho; buscando a avaliação processual, contínua, diagnóstica, formativa e cumulativa. Deve ter nos seus princípios o objetivo de verificar e chegar num consenso, sobre a aprendizagem dos alunos.

Respondendo as seguintes perguntas:

- a) o aluno apresenta dificuldades conceituais muito significativas que o impossibilitem de acompanhar a série seguinte?
- b) O aluno apresenta dificuldades cognitivas significativas que o impossibilitem de acompanhar a série seguinte (dificuldades, distúrbios, transtornos, necessidades educacionais especiais?

Assim, o Conselho de Classe é um órgão de gestão colegiada de natureza consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicos, tem como princípio analisar a prática educativa, numa discussão pedagógica indicando alternativas que garantam a efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados no Pré-Conselho, é a intervenção em tempo hábil no processo ensino-aprendizagem, oportunizando aos estudantes formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares.

Cabe ao Conselho de Classe, verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão coerentes com o planejamento do professor e matriz curricular.

As deliberações constituem-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações pedagógicas educativas que possam vir a superar necessidades/dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

O Conselho de Classe é deliberativo e formado pelo diretor, diretor auxiliar, Equipe Pedagógica, coordenações, docentes, secretário, estudantes representantes da turma, docentes atuantes no AEE, Salas de Apoio, atividades em Jornada Ampliada, e demais especificidades que compõem o ambiente escolar.

O Conselho de Classe deve ser organizado a partir de três dimensões, em consonância com o regimento escolar:

- I Pré-Conselho: etapa de diagnóstico acerca do processo de ensino- aprendizagem, que conta com a participação de docentes e estudantes e permite analisar tanto aspectos positivos, quanto identificar problemas e suas possíveis causas e posterior efetivação das alterações.
- II Conselho de Classe: etapa realizada em reunião com todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para, de forma colegiada, se posicionarem frente ao diagnóstico levantado no Pré-Conselho, discutindo os dados, avanços, problemas e proposições para a tomada de decisões, com vistas à superação de dificuldades, por meio de encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e efetivação do currículo.
- III Pós-Conselho: etapa de implementação das decisões tomadas no Conselho de Classe com ações da Equipe Diretiva e Pedagógica e dos docentes, como orientação aos estudantes, aos pais ou responsáveis, subsídios aos docentes para a retomada dos planejamentos, entre outras.

3.5 A escola e a democracia: instâncias colegiadas

Para oportunizar uma vivência democrática no ambiente escolar, propiciamos condições do acesso ao conhecimento científico e a construção de espaços de participação de toda comunidade escolar, tais como:

a) Conselho Escolar – como um instrumento de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a Escola e, internamente a esta, entre os vários grupos que a compõem e se, mantêm como objeto constante de reivindicação daqueles que não se contentam com as relações heteronômicas e com as desigualdades de

direitos vigentes na instituição de ensino, bem com tratar os assuntos que envolvam uma tomada de decisão coletiva nos aspectos pedagógicos, estruturais sempre com viés da participação de toda comunidade escolar.

Assumindo o desafio de democratizar as decisões da escola pública. Através da eleição direta de todos os representantes dos diferentes segmentos, respeitando o princípio de representatividade e da proporcionalidade. Com a devida legitimidade de deliberar, fiscalizar, deliberar e avaliar e ser consultado pela comunidade escolar. Garantindo a representatividade necessária nas tomadas de decisões, efetivando a conquista histórica da democratização do ensino público no país.

c) Grêmio Estudantil – como política de valorização e incentivo à gestão democrática e a efetiva participação dos alunos nos processos de tomada de decisões da escola, exercendo a democracia na escola.

d) Associação de Pais, Mestres e Funcionários – para além do caráter educacional, tem a finalidade de colaborar para assistência ao escolar e para a integração escola comunidade, nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, além de efetiva participação dos diversos segmentos da escola, com um pacto com a democratização do ensino público.

3. 6 Concepção de Homem

A concepção de homem a ser formado, constituído via processo educativo, tendo em vista a aspectos determinantes pelas necessidades sociais e individuais de um determinado contexto histórico e geograficamente situados em função da concepção teórica adotada.

Visamos a formação do homem, para um mundo como um todo, não trabalhando de forma fragmentada e sim unindo as esferas do saber e do atuar humano, desde a teoria do conhecimento até a educação, saúde e política. Tendo a visão do mundo como um todo, o homem terá mais facilidade em atuar em sociedade, e estar sempre agindo como ser participante transformando sua própria realidade contribuindo também na sociedade.

Segundo FREIRE (2001, p.57) os humanos são seres “capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos”. Sendo assim, o homem deve dominar conceitos, ter acesso ao saber elaborado cientificamente, para alcançar a autonomia senso crítico e reflexivo nas suas ações, participações, escolhas e decisões.

Fundamentada na pedagogia histórico - crítica progressista a Escola tem sua ação didática, desenvolvendo os conteúdos em atividades educativas proporcionadas a

aquisição dos instrumentos necessários, isto é, os meios de alcance do conhecimento sistematizado e das técnicas, visando criar no aluno uma percepção exigente, ativa, crítica em relação à realidade humana social, através do trabalho criador, da apropriação do conhecimento científico. A atividade criadora é uma necessidade humana porque só criando, transformando o mundo, o homem, faz um mundo humano e se faz a si mesmo. IN: (C. B. SEED, PARANÁ, PG.152,1990).

Com finalidade de proporcionar uma formação integral, sólida, crítica e criativa, pretende-se utilizar todos os meios didáticos disponíveis dentro do contexto escolar, tais como; recursos audiovisuais (vídeo, retroprojeto, TV Escola), biblioteca, laboratório, (física, química, biologia), sala de Educação Artística e laboratório de informática, ressaltando ainda o uso do livro didático não como único instrumento pronto e acabado, mas como uma complementação no desenvolvimento dos conteúdos.

Nesse processo de aprendizagem democrática, faz-se com que os conteúdos culturais universais incorporados e associados com a prática social, pela humanidade, explicando a realidade humana social e apontando de forma crítica, as possibilidades de atuação do sujeito no processo de transformação dessa mesma realidade, o conhecimento científico elaborado, constantemente reavaliado face às necessidades sociais, em sala de aula discutidos sobre os diversos ângulos do pensamento humano, sendo a interdisciplinaridade, uma das formas do fazer pedagógico da Escola levando os professores a pesquisarem novos saberes em sintonia com os tempos atuais. Buscando compreender as relações sociais no mundo do trabalho e orientando nossos educandos, estamos levando à compreensão política da prática social.

Em vista disso, procuramos proporcionar um ambiente escolar de confiança, tendo em vista a filosofia proposta em formar cidadãos livres e capazes de acreditarem em si próprios e na sua capacidade.

Metodologias decorrentes das relações estabelecidas entre conteúdo – método e concepção de mundo. A concepção de mundo de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se história completa e concreta (In: Gramsci, 1981,32) APUD: Minayo, pg.169. Instigar a aprendizagem pela pesquisa, reflexão, constatação, explicar a realidade social sob os diversos olhares, faz com que o aluno compreenda o mundo do qual faz parte, e assim, contribua, efetivando o seu papel de cidadão no mundo.

Buscar formas de confrontar os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado na perspectiva da apropriação de uma concepção científica e filosófica da

realidade social, mediado pelo professor.

Encorpar a dialética com a teoria de compreensão da realidade e como método de intervenção nessa realidade.

3.7 Como formar para a sociedade

Aprender com o outro faz parte do nosso processo histórico, além de ajudarmos a perceber que as diferenças são fundamentais num grupo.

Inserido neste processo, o Colégio Estadual Cecília Meireles, tem procurado refletir sobre seu papel na sociedade e na comunidade com a qual trabalha e quem é o seu aluno.

Reconhecemos que nosso aluno é um ser em desenvolvimento e como tal deve ser respeitado em sua individualidade e no conhecimento que traz consigo. Conhecer sua realidade e o meio em que vive é o primeiro passo na construção do processo de ensino-aprendizagem.

Buscamos a superação da fragmentação do conhecimento, o resgate do ser humano em sua totalidade. Os docentes precisam instigar seus alunos para a recuperação de valores perdidos na sociedade moderna, buscando a justiça plena e ampla para todas as camadas sociais e provocando a formação de valores imprescindíveis como à paz, a harmonia, a solidariedade, a igualdade e principalmente a honestidade. “O docente terá de repensar “por que” e” para que “está formando estudantes. E, nessa concepção de educação, educar significa utilizar práticas pedagógicas que desenvolvam simultaneamente razão, sensação, sentimento e intuição e que, estimulem a integração intercultural e a visão planetária das coisas, em nome da paz e da unidade do mundo.

Ao proporcionar o desenvolvimento crítico, estamos oportunizando a apropriação do conhecimento com o instrumento necessário para resgatar os fundamentos da sociedade, na qual estamos inseridos historicamente.

“O educador que se quiser eficaz em sua prática pedagógica libertadora, necessita aprofundar sempre mais sua compreensão da realidade histórico-social.”
(ROUANET, Paulo, 1992).

O exercício da autonomia escolar se dá pela construção de um ambiente escolar propício à participação da coletividade nas decisões locais, pois a qualidade de ensino é um problema da coletividade, assim como todos os outros problemas educacionais. Para estes a comunidade escolar deve estar voltada, buscando soluções responsáveis e criativas, por meio de um processo de negociação e de construção de parcerias, rumo à efetivação dos objetivos educacionais.

A escola tem a responsabilidade de ir além dos processos de conhecimento, visando à plena formação do cidadão. Como instituição de ensino, é o espaço privilegiado onde se desenvolve a prática educativa. É nela que se busca a formação desse novo cidadão, capaz de reconhecer-se como parte integrante e ativa da sociedade. O aluno deve receber instrumentos para tornar-se um efetivo agente de mudança.

3.8 Concepção de sociedade

O mundo vive em contínua transformação, e com a necessidade de preparar o homem para que o mesmo tenha uma visão globalizada da realidade, surgindo assim uma nova concepção orientadora que supera a fragmentação do conhecimento humano, ensinado na escola, sendo essas informações isoladas que passam a valer por elas mesmas e não por sua capacidade de ajudar o homem a compreender o mundo, sua realidade e posicionar-se diante de seus problemas vitais e sociais; descuida-se, igualmente, do processo de apropriação crítica e inteligente e mais ainda de sua produção, uma vez que o ensino, em geral, centra-se na reprodução do conhecimento.

Na educação básica não é o caso de esperar criatividade produtiva, entre os professores e alunos, como regra geral, mas deve-se esperar a reconstrução do conhecimento, em vez de apenas reproduzir. A capacidade, por parte dos professores, de montar didáticas participativas e construtivas, através das quais os alunos são desafiados a se fazerem sujeitos do processo, não simples objetos. O conhecimento está se tornando o verdadeiro capital e o principal recurso gerador de riquezas que exigirá, e com rigor, coisas novas das escolas no que se refere ao desempenho educacional e à responsabilidade educacional.

A organização do ensino em ciclos de aprendizagem teve sua implantação iniciada em 1999. Houve então discussões sobre os ciclos, que representavam não apenas uma mudança de nomenclatura ou a simples eliminação da reprovação nos anos iniciais, mas, a mudança de postura de todos os profissionais da educação frente a prática pedagógica. A partir de 2007, com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, iniciou-se uma nova organização, incluindo a pré-escola no ensino fundamental, como sendo o 1º. Ano, com idade de ingresso a partir dos 6 anos. Os ciclos e séries passam gradativamente a serem extintos, finalizados até 2012.

Atualmente a escola baseia-se nas Diretrizes Curriculares da Secretaria da Educação do Estado do Paraná para o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais (PR, SEED, 2008), no Currículo Básico do Estado do PR (1990), séries iniciais e finais e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (MEC, 2009).

Outra grande preocupação do corpo docente e equipe pedagógica é diferenciar

informação e conhecimento. As informações o aluno pode obter em diversas fontes, enquanto o conhecimento necessita de toda uma elaboração, de uma construção de conceitos, da criação de uma rede de relações.

O conhecimento permanece no indivíduo, é internalizado enquanto a informação, muitas vezes, utilizada momentaneamente e logo esquecida.

Contextualizar os conteúdos dando-lhes significado, levando o aluno a construir, questionar, buscar respostas e perceber suas possibilidades é apenas uma parte do que se quer alcançar com a prática pedagógica.

Objetiva-se também, no permeio dos conteúdos, gerarem o aprendizado de valores. Entra aqui uma questão não somente os valores que são trazidos por professores e pelos alunos, mas também ampliando a visão, os valores que regem a sociedade na qual vivemos.

Criar espaços de diálogo, investigação e problematização, tirando proveito da curiosidade natural do educando, possibilitando o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo. É necessário ter clareza de que a organização curricular não se limita apenas a um simples rol de conteúdos distribuídos e ciclos, anos e séries.

Inserir-se nesta listagem de conteúdos toda uma carga de objetivos, procedimentos metodológicos e avaliativos, visando à renovação da prática educativa, pois é necessária que se garanta aos Professores e alunos a utilização plena de sua capacidade de pensamento e ação.

3.9 Socialização Integral do Humano

Uma qualidade central de nós, seres humanos, é que nossa existência biológica não é suficiente; é necessário que a transformemos para dar início à maneira de viver segundo esta ou aquela sociedade, neste ou naquele momento histórico.

Observando duas línguas naturais diferentes podemos verificar que dos inúmeros sons que podemos produzir só alguns são escolhidos para se combinar e significar algo.

Para as pessoas que vivem numa grande cidade, pode parecer estranho como as pessoas que vivem em pequenas localidades andam por suas ruas, atônica entre a imensidão de veículos impacientes correndo de um lado para outro. Dessa maneira não são poucas as pessoas da “cidade” que demonstram não ter habilidade mínima diante dos objetos e modos da vida rural, tendo receio e medos de situações e seres comuns para a população local.

Nossas emoções são transformadas passando a ganhar uma existência social. Ainda que com muito custo, podemos aprender a lidar com nossos desejos, nosso amor, nossa indignação, nossos medos e raivas. Podemos transformar o medo e nos tornar

seguros diante de algo que nos ameaçava; uma determinada conduta pode nos provocar fúria e, tempos depois, indiferença.

O importante é que podemos demonstrar que os seres humanos, pertencentes a esse ou aquele grupo, necessitam tomar parte de atividades coletivas e aprender a viver em meio a outras pessoas. Isso significa ainda que o mundo que existe antes de cada ser humano é cheio de recursos para se viver, sejam eles recursos materiais ou simbólicos. Significa ainda que esses recursos existem num primeiro momento no exterior dos indivíduos e devem ser interiorizados, que nos permitem com sucesso relativo, jogar com as forças da natureza, interior e exterior, para que elas atendam as nossas finalidades.

As dimensões da nossa vida social serão sempre a partir dos meios disponíveis para se viver e foram criados em meio às relações sociais. Na íntegra, significa dizer, que cada um de nós, é continuamente “educado”.

3.9.1 Socialização integral, mas não absoluta

A afirmação que a socialização é o desenvolvimento de novas possibilidades de vida, de potencialidade que antes não existiam. Contudo, esse processo não é totalmente. Além dos conceitos e experiências socializados existem necessidades e potencialidades que não são recobertas por formas sociais e que ficam, portanto, em estado latente. Assim as vidas cotidianas reponham apenas a uma parcela da vida que pode se realizar, mas que não chega a ser vivida. Na vida que se realiza a cada dia nascem – em estado de potência – muitas outras vidas.

O que não conseguimos realizar, o que nos foi sonhado ou impedido, nossas hesitações, o não que dissemos em cada escolha, o que só pudemos fazer com o auxílio de um outro, e chegamos a fazer, não conseguimos repetir e o com maestria. Tudo isso forma um mundo de experiências possíveis, ainda que não realizadas. Esse mundo em estado de potência compõe a experiência real de nossa existência.

Cada um de nós tem em si múltiplas possibilidades de ser diferente, de ter necessidades supridas e potencialidades realizadas. Esse processo não é definido antes do curso de nossas experiências, novas necessidades e potencialidades vão emergindo algo que parecia inimaginável. Cada dia pode ser um movimento esperançoso em direção ao enriquecimento dos modos humanos de se viver. O desenvolvimento das pessoas, numa transformação qualitativa busca realizar necessidades e possibilidades de vida que não eram realizadas.

Para VYGOSTKI (1896-1934), há novas possibilidades de se viver quando experiências já vividas são transformadas em generalizações e podem ser mobilizadas pelas pessoas como recursos para elas agirem no presente. Assim, há desenvolvimento quando aspectos da vida interdita da vida possível que não chega a ser vivida chegam a

se realizar em formas sociais inéditas. Desse modo, os processos de socialização do ser humano e de sua educação integral não se encerram num dia nem tem pontos de chegada com data marcada. Mas ao contrário, esses processos se confundem com a permanente pré-produção dos múltiplos modos de se viver à existência humana.

3.9.2 Avaliação, cidadania e aprendizagem

Cidadania “conceito de cidadania sempre esteve” fortemente “ligada” à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao sujeito intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (direto), seja ao recorrer a cargo público (indireto). No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de direito, pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que em coletividade os direitos de um sujeito são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade. Cidadania, direitos e deveres. “(In: LETICIA&DARINA, 3ª. Série, Ensino Médio, 2010)”.

Cultura - A transformação é o resultado da transformação, das mudanças, que o homem opera sobre o meio. (Saviani, 1998) apud textos impressos, SEED, 2010.

Conhecimento - construção do conhecimento pelo sujeito como ser unitário, no compasso do tempo total, integral e simultâneo; passado, presente e futuro, possibilitando a experiência vivida do sujeito. (PERROTTI, 1986, pg.20), apud textos impressos, SEED, 2010.

Mudança - A transformação que o homem opera sobre o meio não é outra coisa senão por um lado, a mudança, ele não é indiferente às coisas, isso significa que não é passivo. Reage perante a situação, intervém pessoalmente para aceitar, rejeitar ou transformar.

As mudanças somente ocorrem como produto das consciências que foram despertadas e da vontade das pessoas em encontrar melhores caminhos para o que estão realizando. Sabendo ainda que esse envolvimento seja conflituoso e repleto de tensões, não se efetivam mudanças sem que haja rupturas e elas terão que ser produzidas no contexto real em que se dá o processo. São produtos de uma realidade concreta e não de uma formulação abstrata da realidade. O saber é direito de todos, por isso devemos valorizar a formação cultural e científica.

3.9.3 Organização curricular significativa

A participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura, na história, se faz

na medida de sua conscientização, o qual implica a desmistificação. O opressor mistifica a realidade e o oprimido capta de maneira mística e não crítica. Daí a necessidade do trabalho humanizante ser inicialmente um trabalho de desmistificação, consistindo na conscientização num processo de tomada de consciência crítica de uma realidade. "O resgate no homem contemporâneo o seu caráter de sujeito social, histórico e cultural. Ser sujeito é se colocar como autor das transformações sociais" `KRAMER, 1996 (in: UTP, mimeografados, 2000).

A partir do instante em que um sujeito ingressa na escola, busca pelo conhecimento científico, os saberes universais, construídos pela sociedade." A dimensão do conhecimento universal, ampliando a consciência dos homens e mulheres no sentido de transformação da sociedade, com qualidade de vida para todos, neutralizando, assim, as forças de "reprodução da sociedade". (BOURDIEU E PASSERON, PG.24,1966).

A produção do conhecimento como forma de construção da identidade do sujeito, com capacidade de questionar e transformar as estruturas de poder que o oprimem.

Transmitir os conteúdos escolares e o acesso ao conhecimento sistematizado, efetivando assim, a função social da escola, empreendendo todos os esforços para cumprir esse compromisso com os alunos, professores, funcionários e comunidade.

Além do desenvolvimento de várias habilidades intelectuais, enfatiza-se a importância de o aluno aprender o modo de interagir com os companheiros; aumentar sua independência e autonomia; desenvolver padrões morais e a consciência; e aprender a manipular adequadamente os próprios conflitos e ansiedades, pois os modos pelos quais os alunos manejam as tarefas afetarão significativamente seu comportamento posterior.

Considerando a Educação como parte integrante de relações sociais, políticas e econômicas, faz-se necessário a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional para o constante exercício da cidadania e para responder às necessidades educativas fundamentais que toda criança, adolescente ou adulto tem direito.

Para GANDIN (1997, p.31) "... aprendizagem significa a busca do aprender mais e melhor, tendo em vista o compromisso com uma sociedade mais justa e solidária"

Num mundo em que a competência se desmancha em competitividade sem limites, em que o individualismo e a falta de solidariedade criam novas fronteiras de exclusões, é preciso recuperar o discurso do ser para os outros, com os outros, o saber e o poder como meio de trabalhado para servir e melhorar a sociedade. Neste sentido, a busca da escolarização como compromisso com o conhecimento social e histórico se torna uma prerrogativa de cada pessoa e de todos os envolvidos na Educação Integral do Colégio Estadual Cecília Meireles. O projeto político pedagógico que se delineia vem da

percepção e compreensão da função social da escola, da cultura e do professor em seu processo pessoal e profissional de trabalho.

Com a intenção de organizar a estruturação curricular da parte diversificada, definindo as disciplinas para a Educação Integral, muitas reuniões e debates foram realizados. O embate e reflexões, nas reuniões com professores, pedagogos, diretores e vice-diretores(as) e funcionários, serviram também como espaço para os encaminhamentos didáticos e sustentaram a pretensão de um processo formativo contínuo, mesmo sem a existência de um projeto e processo sistêmico definidos, esse enfrentamento cresceu com a organização dos professores.

A Literatura é muito importante na alfabetização e letramento, o enriquecimento do vocabulário e o contato com diversos textos propiciam, aos alunos e alunas, aquisição da leitura e da escrita. As DCMC (2006), mostram que o domínio da Língua Portuguesa falada e escrita é condição imprescindível para as aprendizagens escolares e para a sobrevivência digna dos cidadãos em uma sociedade letrada e informatizada. Priorizam a Literatura como fonte de fruição e defendem que a sistematização dos conteúdos relativos à língua deva estar pautada na perspectiva do eixo USO-REFLEXÃO-USO, tendo o texto como objeto de estudo.

Deste modo, as habilidades de leitura, oralidade e escrita devem ser desenvolvidas no contexto dos diversos gêneros textuais que circulam socialmente, pois neles a língua se manifesta na sua totalidade e a linguagem adquire significado. Contar histórias é muito importante 'as histórias fazem com que as pessoas nos pertençam' fala do menino aborígine, primeiros povos australianos, narrando sua cultura no filme AUSTRALIA, 2008.

3.9.4 Proposta Pedagógica Curricular Ensino Fundamental – MANHÃ/TARDE

ESTABELECIMENTO: CECÍLIA MEIRELES, C E-E FUND MÉDIO e PROF					
CURSO:4039 - ENS. FUNDAMENTAL 6º/9º ANO		Turno: Tarde			
DISCIPLINAS	COMPOSIÇÃO CURRICULAR	ANO / Carga Horária Semanal			
		6º	7º	8º	9º
ARTE	BNC	2	2	2	2
CIENCIAS	BNC	3	3	3	3
EDUCACAO FISICA	BNC	2	2	2	2
ENSINO RELIGIOSO *	BNC	1	1		
GEOGRAFIA	BNC	2	3	3	3
HISTORIA	BNC	3	2	3	4
LINGUA PORTUGUESA	BNC	5	5	5	5
MATEMATICA	BNC	5	5	5	5
L.E.M.-INGLES	PD	2	2	2	2
Carga Horária Total		25	25	25	25
Conforme Currículo da Rede Estadual do Paraná (CREP)					
*ENSINO RELIGIOSO - Disciplina de matrícula facultativa.					

3.9.5 Ensino Médio – MANHÃ

ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES, C E-E FUND MED, PROF				
CURSO: ENSINO MÉDIO		Turno: M		
ANO DE IMPLANTAÇÃO -2010 - SIMULTÂNEA		Módulo: 20 semanas		
DISCIPLINAS	COMPOSIÇÃO CURRICULAR	Série / Carga Horária Semanal		
		1º Ano	2º Ano	3º Ano
BIOLOGIA	BNC	2	2	2
EDUCACAO FISICA	BNC	2	2	2
FILOSOFIA	BNC	1	1	1
HISTORIA	BNC	2	2	2
LINGUA PORTUGUESA	BNC	4	4	4
ARTE	BNC	1	1	1
FISICA	BNC	2	2	2
GEOGRAFIA	BNC	2	2	2
MATEMATICA	BNC	3	3	3
SOCIOLOGIA	BNC	1	1	1
QUIMICA	BNC	2	2	2
L.E.M.-INGLES	PD	2	2	2
Educação Financeira	PD	1	1	1
Projeto de Vida	PD	1	1	1
Carga Horária Total		25	25	25
Matriz Curricular de acordo com a LDB N.9394/96.				
BNC=BASE NACIONAL COMUM				

3.9.6 Desenvolvimento de sistemas - Manhã

CURSO: Técnico em Desenvolvimento de Sistemas			CÓDIGO:		TURNO: Manhã		C.H. Total: 3298 horas		
DIAS LETIVOS ANUAIS: 200				ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2022		FORMA: Gradativo			
	FORM	ÁREAS DO CONHECIMENTO		Componente Curricular		1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	
	AÇÃO GERAL BÁSICA – FGB	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS		ARTE		67	0	0	
				EDUCAÇÃO FÍSICA		67	0	67	
				LÍNGUA INGLESA		67	67	0	
				LINGUA PORTUGUESA		100	100	133	
		CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS		FILOSOFIA		67	0	0	
				GEOGRAFIA		67	67	0	
				HISTÓRIA		67	66	0	
				SOCIOLOGIA		0	66	0	
		MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		MATEMÁTICA		100	100	133	
		CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS		FÍSICA		66	0	67	
				QUÍMICA		66	67	0	
				BIOLOGIA		66	67	0	
		TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA					24	18	12
		TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA					800	600	400
		PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA			PROJETO DE VIDA		67	33	33
					EDUCAÇÃO FINANCEIRA		33	33	33
	TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA					3	2	2	
	TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA					27	20	14	
CÓDIGO	FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL OBRIGATÓRIA	ITINERÁRIO FORMATIVO	Análise e projetos de sistemas		33	67	100		
		OBRIGATÓRIO INTEGRADO EM TÉCNICO DE DESENVOLV	Ciência da computação		67	67			
			Lógica computacional		67				
			Banco de dados		66	67			
			Programação Back-end				133		
			Programação-Front-end			133			

		IMENTO DE SISTEMAS	Programação Mobile		133	
			Programação no Des.de Sistemas			133
CÓDIGO	FORMAÇÃO	ITINERÁRIO	Ciências de Dados			100
		FORMATIVO	Jogos Digitais			100
		ELETIVO	Computação Gráfica			100
		INTEGRADO	Infraestrutura de Redes			100
		EM	Segurança de Redes			100
	TÉCNICA PROFISSIONAL ELETIVA	TÉCNICO DE DESENVOLV IMENTO DE SISTEMAS				
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS				7	14	17
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO = PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA + FORMAÇÃO TÉCNICA OBRIGATÓRIA + ELETIVA				333	533	632
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS ^{2,3}				34	34	31
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAL				1133	1133	1032
		ITINERÁRIO	Análise e projetos de sistemas	33	67	100
		FORMATIVO				
		OBRIGATÓRIO	Ciência da computação	67	67	
		INTEGRADO	Lógica computacional	67		
		EM TÉCNICO	Banco de dados	66	67	
		DE	Programação Back-end			133
		DESENVOLV	Programação-Front-end		133	
		IMENTO DE	Programação Mobile		133	
		SISTEMAS	Programação no Des de Sistemas			133
		ITINERÁRIO	Ciências de Dados			100
		FORMATIVO	Jogos Digitais			100
		ELETIVO	Computação Gráfica			100
		INTEGRADO	Infraestrutura de Redes			100
CÓDIGO	FORMAÇÃO	TÉCNICA				

	PROFISSIONAL ELETIVA	EM TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Segurança de Redes			100
--	-----------------------------	---	--------------------	--	--	-----

TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS	7	14	17
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO = PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA + FORMAÇÃO TÉCNICA OBRIGATÓRIA + ELETIVA	333	533	632
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS^{2,3}	34	34	31
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAL	1133	1133	1032

¹ Matriz Curricular de acordo com a LDB 9394/96

3.9.7 Prática social - ponto de partida

Visão `síncrise`. Significa uma reunião artificial de ideias ou de teses de origens disparatadas. Visão de conjunto confusa, de uma totalidade complexa. É a percepção global indistinta da qual surgem, depois, objetos distintamente percebidos.

Na síncrise, há o confronto do sujeito com um problema sobre o qual não há clareza das medidas a serem tomadas. Há um desafio. Algo a ser resolvido. A síncrise é o primeiro momento da aprendizagem, é uma visão desfocada de um fato, um conceito ainda não elaborado, e para que este conceito seja elaborado, parte - se para a mobilização, para o conhecimento que é interesse do aluno em conhecer os fatos que devem ser produzidos, visando possibilitar o vínculo significativo entre sujeito e objeto. A mobilização para o conhecimento estabelece, em primeiro nível de significação em que o aluno chegue a elaborar as primeiras representações mentais do objeto a ser reconhecido.

A situação-problema em sala de aula, mediada pelo professor, desencadeia ações que quanto mais envolvido os alunos estiverem, maiores serão os interesses em resolvê-lo.

Diante de uma situação-problema várias atitudes são possíveis. As tentativas de explicações dos fatos com objetividade, passam por referenciais econômicos, políticos, sociais, biológicos, religiosos, à luz desses referenciais busca-se uma solução compromissada, havendo percepção das consequências das decisões tomadas, decorrem as ações ajuizadas dos fatos:

- A instrumentalização**, os meios de alcance para os alunos, a interação com a produção técnica ou científica, como caminhos para fazer a construção do próprio saber.
- A catarse** onde o aluno reelabora o conceito já existente. A análise é um processo de

aproximação sucessiva para a construção do conhecimento, é um segundo nível de interação onde o aluno deve construir, pela sua ação, o conhecimento através da elaboração de relação cada vez mais totalizante.

c) A prática social, o ponto de chegada, a visão da síntese, a conclusão da análise realizada da situação-problema, após ter realizados os questionamentos, as interrogações, a busca de respostas. É a construção do saber dos alunos, mediado pelo professor.

Diariamente, a intencionalidade do ato de ensinar transforma-se em ação na sala de aula onde o professor não aparece como detentor do conhecimento, mas como mediador da aprendizagem, através da interação com o aluno.

No contato diário, o professor com alunos, acontece a construção de conceitos e aprendizagens, através de conteúdos significativos que provoquem questionamentos, problematizações e a busca de respostas.

O homem vive em sociedade, é um ser que tem inteligência que reflete, questiona e modifica situações. Assim considerando, temos que buscar uma educação voltada para essa realidade, na qual todos vivem buscando um bem comum, individual e coletivo, interagindo assim dentro de um processo que deve ser baseado num processo mútuo, na solidariedade e na justiça.

A sociedade de hoje, denominada “sociedade do conhecimento”, começa a exigir com mais rigor, ações ainda mais novas com relação ao desempenho e responsabilidade social. Precisamos repensar a fundo o que significa ser uma pessoa instruída. Ao mesmo tempo, o modo como aprendemos e o modo como ensinamos sofrem mudanças rápidas e drásticas com resultado, em parte, de nova compreensão teórica dos processos de aprendizagem e, em parte, da nova tecnologia.

3.9.8 Educação – Concepção de currículo

A discussão sobre o conhecimento escolar pressupõe na maioria das vezes em que é realizada, uma tomada de posição em relação ao que se entende por currículo. Nesse sentido há diferentes caminhos a serem seguidos. Podemos começar lançando mão da etimologia da palavra currículo. Encontramos em Lucarelli (2001, a discussão sobre etimologia em que a autora observa que “a palavra currículo vem da palavra latina currere – correr – referindo-se ao que deve ser alcançado”, assim, o currículo pode ser entendido também como o curso a ser seguido.

Dentro da realidade que se apresenta, a escola encontra-se incumbida de outras funções, que não exclusivamente transmissora de conhecimento. Não podendo desenvolver todas as suas funções, a contento, sem a cooperação de outras instituições e profissionais. Dependemos da participação contínua de pais, alunos, profissionais da

escola e demais integrantes da comunidade escolar.

Além de reconhecer aquele a quem se ensina, é necessário refletir sobre o que se ensina e que conteúdos são importantes para o aluno. É no currículo que encontramos os conteúdos necessários para a formação do aluno. Conteúdos culturais universais incorporados pela humanidade, mas permanentemente reavaliados face às necessidades sociais, indissociáveis da prática social, explicando a realidade humana social. Apontando, de forma crítica, as possibilidades de atuação do sujeito no processo de transformação dessa mesma realidade. Tendo o professor como mediador. Não um currículo compartimentado, mas um currículo dinâmico, em constante discussão e construção por parte dos componentes da escola.

Outro aspecto importante é a formação do professor. Ele deve estar preparado para discutir a sua prática, os conteúdos necessários, as metodologias mais adequadas. Para tanto é necessário criar momentos de estudo que possibilitem a discussão e a avaliação de seu trabalho, visando uma melhor formação profissional.

Sabemos que, mesmo inconscientemente, o professor leva para a sala de aula, uma ideologia, uma concepção própria sobre o ensino e aprendizagem.

A reflexão continuada sobre essas questões é importante para o reconhecimento dos pressupostos pedagógicos que cada profissional traz embutidos em sua prática. Buscar a coerência entre teoria e prática tem sido uma preocupação crescente de nosso corpo docente. É fato que nas últimas décadas, as mais variadas tendências pedagógicas permearam a educação brasileira. Muitas delas foram até erroneamente confundidas com métodos de ensino. Na maioria dos casos elas não aparecem na prática das escolas em sua essência, mas articuladas a outros.

A nossa prática pedagógica busca propor um trabalho pedagógico articulando as relações estabelecidas entre conteúdo - método e concepção de mundo. Conhecer e confrontar os saberes trazidos pelos educandos com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico-filosófica da realidade social. Incorporar a teoria e a prática como compreensão da realidade e como formas de intervenção nessa realidade.

Considerando pertinente entender o currículo; dando a importância ao caminhar em busca de respostas que atendam às necessidades do ensino e aprendizagem do aluno e do professor, na intenção de não pôr em foco a ideia de currículo como redes de saberes e fazeres dos sujeitos que praticam os diferentes modos, os múltiplos espaços e tempos das escolas.

Gimeno Sacristan, Alves e colaboradores (SEED, 2008) defendem a proposta de que existem muitos currículos em ação em nossas escolas apesar dos diferentes

mecanismos homogeneizadores. Assim, tomar como referência do currículo essa diversidade de interações, saberes e fazeres realizados nas redes tecidas no cotidiano escolar implica assumi-lo como permanente devir, como permanente produção que se diferencia e que se realiza a partir das próprias redes compartilhadas pelos sujeitos. Mais do que documentos prescritos, o currículo que se realiza na escola é aquele viabilizado pelas redes que lá estão.

Pensar o currículo de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano, que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas. Ou seja, para se poder falar dos currículos praticados nas escolas é necessário estudar hibridismos culturais vividos no cotidiano.

“Uma coisa é o currículo considerado como intenção, um plano ou uma prescrição que explica o que desejaríamos que ocorresse nas escolas, e outra é o que existem nelas; o que realmente ocorre em seu interior. O currículo tem que ser entendido como uma cultura real, que surge de uma série de processos, mais que objeto delimitado e estatístico que se pode planejar e depois implantar”
(Gimeno Sacristan, Seed, 2008.)

Falar e pensar em alternativas curriculares, sobretudo, pensando-as como possibilidades de contribuição para a emancipação social, pressupõe compreender o currículo não apenas como uma lista de conteúdo a ser ministrada a um determinado grupo de sujeitos, mas também como criação cotidiana daqueles que faz as escolas e como prática que envolve todos os saberes e processos interativos do trabalho pedagógico realizado por alunos e professores.

O trabalho crítico de valorização e discussão das experiências, dos valores e das culturas dos sujeitos da escola, vivenciadas nos mais diversos espaços-tempos sociais, pode ser identificado no trabalho pedagógico que dê condições ao aluno de ter acesso ao saber científico e filosófico. A socialização do saber elaborado, às camadas populares da sociedade, enquanto instrumento de compreensão em atuação para transformação da realidade social, proporcionando uma ação política e pedagógica em prol da democracia.

Assim entendida, uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar; tem uma direção, um sentido, um “para que”, tem objetivo (Kramer, 1999).

3.9.8.1 Estágio obrigatório e Não Obrigatório.

A prática profissional é um método didático-pedagógico que aborda os saberes apreendidos relacionando teoria e prática, promovendo situações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano.

Enquanto Instituição formadora, temos a pretensão de capacitar e aperfeiçoar o conhecimento técnico adquirido pelos nossos estudantes, aliando a teoria com a prática como parte integrante de sua formação profissional, através de visitas técnicas em empresas da área tecnológica, participação em feiras experimentais e de treinamentos, palestras, exposições e eventos relacionados a área de formação do curso, para dar segurança e confiança a este estudante que está sendo preparado para o mercado de trabalho.

O contato com a prática da área escolhida como profissão, prepara e incentiva o estudante e futuro profissional, a cada vez mais se dedicar ao estudo do objeto de trabalho, bem como o seu estágio.

A Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio obrigatório e não-obrigatório de estudantes e, a Deliberação nº 02/09 do CEE, que estabelece normas para a organização e a realização dos estágios, definem também obrigações da instituição de ensino para com os estágios não-obrigatórios.

No Parágrafo único do Art. 7º da Lei 11.788/08: “ O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.”

Na Deliberação 02/09 do CEE, Art. 1º, Parágrafo 1º, incisos I e II:

“I – o estágio, obrigatório, e, não-obrigatório assumido pela instituição de ensino, deverá estar previsto no Projeto Político-Pedagógico;

II – “o desenvolvimento do estágio deverá estar descrito no plano de estágio;”.

A Deliberação 02/09, Art. 4º, Incisos III - “Plano de Estágio, a ser apresentado para análise juntamente com o Projeto Político-Pedagógico, ou em separado no caso de estágio não obrigatório implantado posteriormente, visará assegurar a importância da relação teoria-prática no desenvolvimento curricular, deverá ser incorporado ao termo de compromisso e será adequado à medida da avaliação de desempenho do aluno, por meio de aditivos.”

Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sob o aspecto produtivo.

- Contribuir para a formação do aluno no desenvolvimento de atividades

relacionadas ao mundo do trabalho que oportunizem concebê-lo como ato educativo.

- O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.
- Visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

3.9.8.2 Processo de Ensino Aprendizagem: educação para o pensar e existir no mundo

O homem é o único animal que vive num mundo de símbolos e significados e que tem a capacidade de raciocinar e buscar respostas para seus questionamentos.

Aí reside a necessidade de uma formação humana que busque a construção de uma sociedade justa e responsável que promova “qualidade de vida” no Planeta. Transformar a sala de aula num espaço de diálogo para que o aluno desenvolva um pensar crítico, inteligente e criativo.

Na gestão democrática do processo pedagógico: o princípio da gestão democrática está diretamente associado a dois princípios; para a formação da cidadania: a autonomia e a participação, imprescindíveis para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa e igualitária. `` DCEMC (2006).

4. MARCO OPERACIONAL

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Cecília Meireles, adotou-se a construção do conhecimento buscando instrumentalizar a aprendizagem, instigando o interesse em apreender, compreender, representar e interpretar o conhecimento sistematizado adquirido no processo ensino-aprendizagem. As redes de construções do conhecimento são constituídas pelo sujeito, na sua relação com os outros e com o mundo, isto significa que os saberes que o professor apresentar precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado pelo aluno para a construção do conhecimento, sendo o professor o mediador na construção do conhecimento científico.

Além destes referenciais adotados na elaboração da Proposta Pedagógica, o ensino com pesquisa se faz necessário, pois ocupa um lugar importante na construção do conhecimento e é através da pesquisa que o educando questionará, sendo possível reconstruir a passagem de objeto para sujeito, fazendo do educando uns seres ativos, participativos, produtivos, reconstutivo para que possa fazer e refazer oportunidade e o ensino com pesquisa é uma maneira de estudar e aprender, o fazer-se e refazer-se, ambas visam formar para o questionamento reconstutivo, na passagem de objeto para o sujeito.

A participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura, na história, se faz na medida de sua conscientização, o qual implica a desmistificação. O opressor mistifica a realidade e o oprimido capta de maneira mística e não crítica. Daí a necessidade do trabalho humanizante ser inicialmente um trabalho de desmistificação, consistindo na conscientização num processo de tomada de consciência crítica de uma realidade. “O resgate no homem contemporâneo o seu caráter de sujeito social, histórico e cultural. Ser sujeito é se colocar como autor das transformações sociais.” KRAMER, 1996 (in: UTP, mimeografados, 2000).

A partir do instante que um sujeito ingressa na escola, busca pelo conhecimento científico, o saber universal, construído pela sociedade.” A dimensão do conhecimento universal, ampliando a consciência dos homens e mulheres no sentido de transformação da sociedade, com qualidade de vida para todos, neutralizando, assim, as forças de “reprodução da sociedade”. ``. (IN: BOURDIEU E PASSERON, PG.24,1966).

A produção do conhecimento como forma de construção da identidade do sujeito, com capacidade de questionar e transformar as estruturas de poder que o oprimem. Transmitir os conteúdos escolares e o acesso ao conhecimento sistematizado, efetivando assim, a função social da escola, empreendendo todos os esforços para cumprir esse compromisso com os alunos, professores funcionários e comunidade.

Além do desenvolvimento de várias habilidades intelectuais, enfatiza-se a importância de o aluno aprender o modo de interagir com os companheiros; aumentar sua independência e autonomia; desenvolver padrões morais e a consciência; e aprender a manipular adequadamente os próprios conflitos e ansiedades, pois os modos pelos quais os alunos manejam as tarefas afetarão significativamente seu comportamento posterior.

Ainda devido a um número significativo de alunos com defasagem de aprendizagem, a escola vem desenvolvendo o projeto de apoio pedagógico e sala de recurso com o apoio incondicional da Secretaria de Estado da Educação, e com encaminhamento metodológico inovador, que possibilitam a progressão do aluno, possibilitando seu acompanhamento dos conteúdos ministrados pelos professores em sala de aula.

Diante do exposto, consideramos que a proposta de conteúdos significativos é requisito essencial ao questionamento das relações sociais vividas pelos homens quer seja pela relação entre sujeitos históricos, quer pelo ato de pensar (de refletir sua própria realidade) poderão interferir na história.

Acreditamos na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. As constituições das escolas públicas brasileira precisam viabilizar o pensamento sobre a lógica da dominação o pensar a dominação sobre a natureza sobre os homens

sobre a natureza interior – em nível de conscientização - de maneira reflexiva e crítica, pois a dominação permanece como catástrofe permanente, coexiste na história, surge a qualquer momento, com uma nova organização e a escola está colocada como instância determinante e de dominação.

Visando a concepção de sociedade, podemos pensar em uma educação, para uma sociedade mais justa, com a participação dos cidadãos. A educação que buscamos tem na proposta o bem comum; assim reforçamos a dimensão educativa, na responsabilidade, na compreensão do valor necessário para o aperfeiçoamento do homem, sendo um ser ativo e participativo e agindo na sociedade com o intuito de torná-la melhor. A escolarização básica constitui instrumento indispensável à construção da sociedade democrática, porque tem como função a socialização do conhecimento científico e sistematizado que constitui o indispensável à formação e ao exercício da cidadania.

Para a efetivação da democratização das escolas públicas, é necessária atuação em duas frentes, a política e a pedagogia, entendendo-se que a atuação política tem caráter pedagógico e a atuação pedagógica tem caráter político. O pensamento político na escola se faz pela opção e intenção de espaço para crítica à política, colocada e pensada como instância determinante e de dominação. Segundo Adorno, (Escola de Frankfurt, In: Allodi, 2000), o melhor regime político é aquele orientado para a emancipação.

A atuação política implica o envolvimento dos educadores nos movimentos sociais e organizações sindicais, e particularmente, nas lutas organizadas em defesa da escola unitária, democrática e gratuita. A escola pública deve ser democrática, garantindo a todos o acesso e a permanência, no mínimo da escolarização regulamentada por lei, levando em conta as características específicas dos alunos que frequentam. Deve ser democrática, também no sentido de vigorar, nela, mecanismos democráticos de gestão interna envolvendo a participação conjunta da direção, dos professores e dos pais.

Uma pedagogia voltada para os interesses populares de transformação da sociedade compreende o trabalho pedagógico e docente como processo de transmissão/assimilação ativa dos conteúdos escolares, inseridos na totalidade mais ampla do processo social.

Dentro da concepção de educação podemos constatar que:

“Não há educação fora da sociedade humana e não há homem no” vazio “. (Paulo Freire, 2000, pg.8).

É preciso inscrever-se historicamente, recriando e transformando a realidade.

Na intenção de uma educação mais libertadora, faz-se absolutamente fundamental,

que se tire à roupagem alienada e alienante, configurando de maneira única e absoluta, como força de mudança e de libertação. Essa educação deve ser em si mesma um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores, percebendo-se não apenas participante do mundo, mas transformadores deste a partir das relações estabelecidas com a realidade e na realidade.

Sendo o homem sujeito de sua própria educação, toda ação educativa deverá promover o próprio sujeito, e não ser, instrumento de ajuste desta sociedade. Será graças à consciência crítica cujas características serão analisadas a seguir, que ele assumirá cada vez mais esse papel de sujeito, escolhendo e dedicando, enfim libertando-se.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Cecília Meireles, adotar-se-á a construção do conhecimento buscando instrumentalizar a aprendizagem, instigando o interesse em apreender, compreender, representar e interpretar o conhecimento sistematizado adquirido no processo ensino-aprendizagem. As redes de construções do conhecimento são constituídas pelo sujeito, na sua relação com os outros e com o mundo, isto significa que os saberes que o professor apresentar precisam ser trabalhados, refletidos, reelaborados pelo aluno, sendo o professor o mediador na construção do conhecimento científico.

Além destes referenciais adotados na elaboração da Proposta Pedagógica, o ensino através da pesquisa se faz necessário, pois ocupa um lugar importante na construção do conhecimento e é através da pesquisa que o educando questionará reconstruir a passagem de objeto para sujeito, fazendo dos educandos seres ativos, participativos, produtivos para que possam fazer e refazer oportunidade de apropriação do conhecimento, pois, segundo Freire (2001): “não existe pesquisa sem ensino e nem ensino sem pesquisa”. Desde o início da escolarização, deve-se focar na importância da pesquisa para a construção do conhecimento do aluno com uma formação crítica, criativa e inovadora.

O ensino com pesquisa é uma maneira de estudar e aprender, o fazer-se e refazer-se visa formar para o questionamento reconstrutivo.

A participação do homem como sujeito na sociedade, na cultura, na história, se faz na medida de sua conscientização, o qual implica a desmistificação. O opressor mistifica a realidade e o oprimido capta de maneira mística e não crítica. Daí a necessidade do trabalho humanizante ser inicialmente um trabalho de desmistificação, consistindo na conscientização num processo de tomada de consciência crítica de uma realidade. “O resgate no homem contemporâneo o seu caráter de sujeito social, histórico e cultural. Ser sujeito é se colocar como autor das transformações sociais” KRAMER, 1996 (in: UTP, mimeografados, 2000).

A partir do instante em que um sujeito ingressa na escola, busca pelo conhecimento científico, os saberes universais, construídos pela sociedade.” A dimensão do conhecimento universal, ampliando a consciência dos homens e mulheres no sentido de transformação da sociedade, com qualidade de vida para todos, neutralizando, assim, as forças de “reprodução da sociedade”. (BOURDIEU E PASSERON, PG.24,1966).

A produção do conhecimento como forma de construção da identidade do sujeito, com capacidade de questionar e transformar as estruturas de poder que o oprimem.

Transmitir os conteúdos escolares e o acesso ao conhecimento sistematizado, efetivando assim, a função social da escola, empreendendo todos os esforços para cumprir esse compromisso com os alunos, professores, funcionários e comunidade.

Além do desenvolvimento de várias habilidades intelectuais, enfatiza-se a importância de o aluno aprender o modo de interagir com os companheiros; aumentar sua independência e autonomia; desenvolver padrões morais e a consciência; e aprender a manipular adequadamente os próprios conflitos e ansiedades, pois os modos pelos quais os alunos manejam as tarefas afetarão significativamente seu comportamento posterior.

Considerando a Educação como parte integrante de relações sociais, políticas e econômicas, faz-se necessário a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional para o constante exercício da cidadania e para responder às necessidades educativas fundamentais que toda criança, adolescente ou adulto tem direito.

Para GANDIN (1997, p.31) “... aprendizagem significa a busca do aprender mais e melhor, tendo em vista o compromisso com uma sociedade mais justa e solidária”

Num mundo em que a competência se desmancha em competitividade sem limites, em que o individualismo e a falta de solidariedade criam novas fronteiras de exclusões, é preciso recuperar o discurso do ser para os outros, com os outros, o saber e o poder como meio de trabalho para servir e melhorar a sociedade. Neste sentido, a busca da escolarização como compromisso com o conhecimento social e histórico se torna uma prerrogativa de cada pessoa e de todos os envolvidos na Educação Integral do Colégio Estadual Cecília Meireles. O projeto político pedagógico que se delineia vem da percepção e compreensão da função social da escola, da cultura e do professor em seu processo pessoal e profissional de trabalho.

Com a intenção de organizar a estruturação curricular da parte diversificada, definindo as disciplinas para a Educação Integral, muitas reuniões e debates foram realizados. O embate e reflexões, nas reuniões com professores, pedagogos, diretores e vice-diretores(as) e funcionários, serviram também como espaço para os encaminhamentos didáticos e sustentaram a pretensão de um processo formativo

contínuo, mesmo sem a existência de um projeto e processo sistêmico definidos, esse enfrentamento cresceu com a organização dos professores.

A Literatura é muito importante na alfabetização e letramento, o enriquecimento do vocabulário e o contato com diversos textos propiciam, aos alunos e alunas, aquisição da leitura e da escrita. As DCMC (2006), mostram que o domínio da Língua Portuguesa falada e escrita é condição imprescindível para as aprendizagens escolares e para a sobrevivência digna dos cidadãos em uma sociedade letrada e informatizada. Priorizam a Literatura como fonte de fruição e defendem que a sistematização dos conteúdos relativos à língua deva estar pautada na perspectiva do eixo USO-REFLEXÃO-USO, tendo o texto como objeto de estudo.

Deste modo, as habilidades de leitura, oralidade e escrita devem ser desenvolvidas no contexto dos diversos gêneros textuais que circulam socialmente, pois neles a língua se manifesta na sua totalidade e a linguagem adquire significado. Contar histórias é muito importante 'as histórias fazem com que as pessoas nos pertençam' fala do menino aborígene, primeiros povos australianos, narrando sua cultura no filme AUSTRALIA, 2008.

4.1 Avaliação da aprendizagem.

A avaliação é norteada utilizando-se dos dados das mais variadas atividades avaliativas (provas, trabalhos, seminários, observações) realizadas no âmbito escolar, de modo a verificar o rendimento dos estudantes.

De acordo com a resolução 15/2017:

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o(a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos(as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito.

Assim, é necessário que ocorra a unificação dos educadores, apresentando formas diversificadas de avaliação no sentido de alcançar as metas e o desenvolvimento do educando. É necessário que ocorra vários olhares sobre a avaliação, no sentido de proporcionar sempre um melhor aproveitamento e desempenho do educando no seu dia a dia escolar.

A avaliação contínua é a melhor forma de acompanhar o educando. Nela, pode-se observar, analisar e proporcionar situações que irão favorecer o seu rendimento e aprendizagem.

4.2 Prática social - ponto de partida

Visão `síncrise`. Significa uma reunião artificial de ideias ou de teses de origens disparatadas. Visão de conjunto confusa, de uma totalidade complexa. É a percepção global indistinta da qual surgem, depois, objetos distintamente percebidos.

Na síncrise, há o confronto do sujeito com um problema sobre o qual não há clareza das medidas a serem tomadas. Há um desafio. Algo a ser resolvido. A síncrise é o primeiro momento da aprendizagem, é uma visão desfocada de um fato, um conceito ainda não elaborado, e para que este conceito seja elaborado, parte - se para a mobilização, para o conhecimento que é interesse do aluno em conhecer os fatos que devem ser produzidos, visando possibilitar o vínculo significativo entre sujeito e objeto. A mobilização para o conhecimento estabelece, em primeiro nível de significação em que o aluno chegue a elaborar as primeiras representações mentais do objeto a ser reconhecido.

A situação-problema em sala de aula, mediada pelo professor, desencadeia ações que quanto mais envolvido os alunos estiverem, maiores serão os interesses em resolvê-lo.

Diante de uma situação-problema várias atitudes são possíveis. As tentativas de explicações dos fatos com objetividade, passam por referenciais econômicos, políticos, sociais, biológicos, religiosos..., à luz desses referenciais busca-se uma solução compromissada, havendo percepção das consequências das decisões tomadas, decorrem as ações ajuizadas dos fatos.

A instrumentalização, os meios de alcance para os alunos, a interação com a produção técnica ou científica, como caminhos para fazer a construção do próprio saber.

A catarse, onde o aluno, reelabora o conceito já existente. A análise é um processo de aproximação sucessiva para a construção do conhecimento, é um segundo nível de interação onde o aluno deve construir, pela sua ação, o conhecimento através da elaboração de relação cada vez mais totalizante.

A prática social, o ponto de chegada, a visão da síntese, a conclusão da análise realizada da situação-problema, após ter realizados os questionamentos, as interrogações, a busca de respostas. É a construção do saber dos alunos, mediado pelo professor.

Diariamente, a intencionalidade do ato de ensinar transforma-se em ação na sala de aula onde o professor não aparece como detentor do conhecimento, mas como mediador da aprendizagem, através da interação com o aluno.

No contato diário com o professor e com outros alunos, acontece a construção de conceitos e aprendizagens, através de conteúdos significativos que provoquem

questionamentos, problematizações e a busca de respostas.

O homem vive em sociedade, é um ser que tem inteligência que reflete, questiona e modifica situações. Assim considerando, temos que buscar uma educação voltada para essa realidade, na qual todos vivem buscando um bem comum, individual e coletivo, interagindo assim dentro de um processo que deve ser baseado num processo mútuo, na solidariedade e na justiça.

A sociedade de hoje, denominada “sociedade do conhecimento”, começa a exigir com mais rigor, ações ainda mais novas com relação ao desempenho e responsabilidade social. Precisamos repensar a fundo o que significa ser uma pessoa instruída. Ao mesmo tempo, o modo como aprendemos e o modo como ensinamos sofrem mudanças rápidas e drásticas com resultado, em parte, de nova compreensão teórica dos processos de aprendizagem e, em parte, da nova tecnologia.

4.3 As premissas da escolar: a importância do Planejamento na Organização do Trabalho Pedagógico

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino, portanto o planejamento deve ser pensado e praticado como um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação

A atividade de planejar é algo fundamental no processo pedagógico, porque por meio do plano de ensino, que é um esquema de ideias com objetivos e ações pré-determinadas em busca de um projeto a ser alcançado é que conseguiremos vislumbrar um caminho a ser seguido, com metas claras e coerentes ao fazer pedagógico.

O planejamento nos traz alicerces seguros, nos apoia com base nos conhecimentos científicos, o planejador consegue atuar com ferramentas que norteiam e configuram suas ações, sobre a realidade as quais opera.

Pensar numa escola pressupõe ter a noção global de suas atividades, pensando num planejamento que se entrelace no currículo, vivendo seu cotidiano, que inclui toda uma dinâmica das relações estabelecidas.

Configuração do professor na elaboração do plano de ensino e qual a utilidade do plano para os professores. O plano de ensino configura-se de forma fundamental na prática pedagógica do professor/a, trata-se de um instrumento para incidir na sua prática cotidiana, o que não pode ser visto à margem das opções possíveis, como os papéis que cada agente tem a desempenhar frente ao planejamento, a distribuição de competências, poderes, saberes e o controle sobre a realidade. Este por sua vez, é imprescindível para

um bom programa de ensino.

O plano de ensino também traz a previsão, o pensamento, articulação das ações e análise das atividades que serão realizadas. Estas servem de recurso para entender quais serão as intervenções que se fazem necessárias perante a realidade em que se trabalha. O conhecimento científico e as teorias pedagógicas são importantíssimas para conhecer melhor a construção dos caminhos a percorrer, tendo consciência das consequências, e novamente compreendendo com clareza as intervenções diversas a serem reconstruídas neste caminhar, tanto pelo planejador quanto para o aprendiz. Estas por si só orientam diretamente a prática docente.

O professor deve ter consciência do que pretende atingir com seus alunos, dominando as sequências das suas ações, porém levando em conta os desafios mais elementares que o ensino traz como as condições de trabalho, a realidade posta e a maturidade profissional do docente.

O plano é uma habilidade prática de trabalho que entrelaça se ao currículo, as boas estratégias pedagógicas de condução realizadas pelo professor é requisito para a melhoria do ensino.

Nesse processo o caminhar pedagógico vai se elaborando a cada momento, isto permite que vá também polindo os esquemas, transfigurando o processo formativo em progressivo para seus agentes.

A utilidade do plano de ensino aos professores como já foi citada é fundamental ao processo, ele passa de uma perspectiva prática, a utilidade fundamental, pelas seguintes razões:

- O professor passa a conhecer realidade da escola em que trabalha;
- As teorias e o pensamento educativo se apresentam, em muitos casos, como legitimadores de cada realidade;
- Compreendendo e transformando o Ensino, os professores analisam os problemas e as práticas que foram e são essenciais para dar conteúdo e sentido à realidade do ensino.

4.5 Plano De ação

O colégio estadual Cecília Meireles, assim como todas as escolas do Paraná, está passando no ano de 2020 a 2022, por um processo de transformação profunda, tendo que adaptar-se à uma nova modalidade de ensino e atendimento (online), devido à pandemia da COVID19, sendo inserido num contexto completamente diferente do universo da educação regular que era praticado anteriormente.

Devido a isso, compreender esse momento e reestruturar o trabalho diante dessas mudanças para o Cecília Meireles faz-se necessário, principalmente no aspecto da reconsideração da situação econômica da comunidade, da valorização humana e da importância da inserção dos nossos estudantes no mercado de trabalho, através de adaptações nos processos pedagógicos que atendam as demandas atuais e futuras, respeitando a realidade da comunidade escolar.

O Ação visa explicitar propostas pedagógicas do Colégio Estadual “Cecília Meireles”- Ensino Fundamental, Médio e EJA e profissionalizante integrado Nele, está expressa a situação da escola, pressupostos teóricos que nortearão a concepção de gestão democrática, a valorização humana, o resgate de alunos em situação de risco, as propostas, metas, ações e o cronograma.

As propostas norteadas neste programa, são baseadas em experiências prévias, debates e reivindicações colhidas com professores, funcionários, pais e/ou responsáveis, bem como nas medidas legais impositivas que dão rumo a gestão democrática pedagógica e administrativa da instituição de ensino.

Objetivos Específicos

a) Identificar, debater e planejar ações e monitoramentos pedagógicos das atividades que serão desenvolvidas com foco na aprendizagem, em consonância com as orientações da SEED/NRE

METAS

As metas definem como a equipe vai trabalhar e desenvolver as ações, bem como o cumprimento dos objetivos educacionais e estruturais durante a gestão, nesse sentido, as metas devem garantir que ocorra o trabalho técnico, de informação e também as questões administrativas, que dão base a produção do conhecimento na sala de aula.

Quadro de Metas:

METAS CECÍLIA MEIRELES	
Pedagógicas	
<ul style="list-style-type: none">- Aumento nos índices do IDEB- Oferecer ao estudante do Colégio Cecília Meireles, através da aquisição do conhecimento, condições próprias para a sua inserção no mercado de trabalho;- Garantia da qualidade do ensino ofertado;- Promoção e valorização do trabalho pedagógico em equipe;- Uso da tecnologia tão presente atualmente como ferramenta de promoção social e educativa;- Diminuição da evasão escolar;- Uso do espaço escolar para a interação e parceria entre família e escola;- Fortalecimento do respeito às diferenças individuais e de grupos;	

4.6. AÇÕES/ESTRATÉGIAS

Uma escola de qualidade se constrói nas experiências vivenciadas, na atenção as medidas legais e com o diálogo entre as partes integrantes dessa instituição (funcionários, professores, alunos, pais e comunidade) considerando a observação dinâmica própria da escola e o cuidado com as prioridades, visando a formação humana dos alunos e efetivando a gestão democrática.

Para o funcionamento efetivo de um local escolar, é necessário que haja a participação da comunidade escolar, tendo voz e atuando nas diversas atividades da escola. Os pais e/ou responsáveis, devem ter uma influência na tomada de decisões e aliado a eles, o Grêmio Estudantil a APMF e Conselho Escolar, que de forma democrática decidirão os rumos da escola.

Uma comunidade presente no dia a dia da escola, participativa em debates, reuniões e programações das mais variadas, cria um clima de produção de ideias e projetos no sentido de alcançar o ponto fundamental, que é preparar educandos para o exercício da cidadania.

4.6 AÇÕES PARA TRABALHO TRIMESTRAL, COM REVISÃO SEMESTRAL

Organização de tempo	Espaços	Gestão de Sala de aula
As revisões ocorrem de maneira trimestral com atuação pedagógica e articulação com os professores, com cronograma de avaliação e planejamento sempre no início de cada trimestre	Articulação normativa do NRE/SEED e equipe pedagogia, professores e alunos em salas de aulas e outros ambientes pedagógicos.	A sala de aula é de autonomia do professor, sempre norteadas pelo regimento da escola, CREP , PPC e calendário anual aprovado pela mantenedora.

4.6.1 Avaliações externas

A avaliação contínua é a melhor forma de acompanhar o educando. Nela, pode-se observar, analisar e proporcionar situações que irão favorecer o seu rendimento e aprendizagem.

4.7 AÇÕES EDUCACIONAIS E INDICADORES

As avaliações externas são instrumentos de política de estado que servem como qualificadores e quantificadores da escola, entretanto ela deve ser instrumento norteador das ações pedagógicas como produção do conhecimento, valorização humana e servir como mais um instrumento metodológico para o professor preparar os educandos para suas vivências para o mercado de trabalho e formação futura.

Quadro de ações das avaliações:

IDEB SAEP SAEB Prova Paraná	1.	Fazer apresentação da importância da avaliação aos alunos, professores bem como a sua valorização.
	2.	Conseguir quórum para que os índices sejam melhorados, demonstrando a importância pedagógica dos instrumentos da avaliação externa,
	3.	Utilizar a prova no processo de construção do conhecimento,
	4.	Trabalhar os descritores em todas as disciplinas,
	5.	Fazer da prova um instrumento didático e metodológico entre alunos e os professores, não apenas um instrumento externo.

4.8 PRÁTICA PEDAGÓGICA

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento norteador, para o desenvolvimento de qualquer atividade escolar, bem como as medidas legais impositivas como Regimento Escolar, DCN, CREP, etc.

Direcionando e amparando, ele projeta rumos, decisões e possibilita à todos os educadores uma performance, no sentido de criar e replanejar qualquer atividade no âmbito escolar. O projeto político pedagógico da escola é um processo que se constrói coletivamente com a intencionalidade explícita, considerando que deve proporcionar momentos de discussões, quer seja na hora de atividade, no planejamento disciplinar, visando a aplicação de uma prática reflexiva e crítica, mas consciente, inserindo o educador no processo de implementações e retroalimentação na proposta da escola e atendendo a legislação.

4.8.1 ACESSO PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

Garantir o acesso do estudante à escola é legitimado por lei. Desenvolver alternativas de permanência e sucesso dele neste ambiente escolar deve ser o objetivo de todos os envolvidos no processo educativo, acreditando que os mesmos possam atingir o máximo de seu rendimento.

Um dos grandes dilemas e desafios da escola é a investigação do educando em seu quadro social/histórico, e os motivos, quando o levam à baixa frequência ou a evasão escolar. Levantamentos contínuos e sistematizados, que já fazem parte da política de Estado, através dos professores, e da equipe pedagógica, facilitam a organização do trabalho de busca e resgate desse educando para a continuidade dos estudos. Abandonos, rendimentos de baixa qualidade, muito comuns, por exemplo, em alunos do ensino noturno, é um dos obstáculos que a comunidade escolar deve enfrentar e solucionar.

Um instrumento importante que auxilia na permanência do aluno nas atividades pedagógicas de aprendizagem, são os atendimentos no contra turno, as salas de mais aprendizagem, recuperações paralelas, propiciam uma nova chance ao estudante que necessita desse resgate e revisões constantes. Essa oferta provoca mudanças que norteiam o aprendizado gerando novas oportunidades para o desenvolvimento cognitivo e integral.

Outro instrumento presente na dinâmica pedagógica é a rede de proteção. Funciona como mais uma das alternativas para encaminhar e resgatar o educando, estando assim protegido e subsidiado pelas leis que devem garantir o pleno direito de estudar.

4.8.2 ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

A escola é um espaço democrático e de construção do conhecimento e garantir que o aluno busque essa vivência na escola faz-se necessário.

Quadro de Ações

Acesso	Permanência	Sucesso
Garantir que as matrículas sejam realizadas em tempo hábil, em todas as modalidades, de acordo com a instrução de matrícula da SEED/NRE, com ampla divulgação pela escola e na comunidade	Garantir que espaços educativos adequados instiguem a construção do conhecimento, com a articulação pedagógica das disciplinas, propondo metodologias diferenciadas, como visitas a parques, museus e universidades, que são instrumentos de promoção do saber.	Promover a articulação das avaliações externas SAEP, SAEB e Prova Paraná, como instrumentos de avaliação dentro da proposta pedagógica da escola de forma integral, norteadas pelo conselho escolar e que seja arregimentada, não apenas como avaliação externa, mas como instrumento didático para professores e alunos.

4.8.3 AMBIENTE EDUCATIVO

O ambiente educativo e de diversidade é que irá proporcionar a formação e desenvolvimento humano do educando, sobretudo da valorização e resgate da cidadania.

Neste local, a escola e a sociedade se integra de forma plena. A cada momento das vivências da escola acontece a integração, e o relacionamento dos alunos cresce e se fortalece, criando boas práticas e harmonia. O respeito ao outro, sem preconceitos e discriminação, princípios de cooperação, solidariedade e a satisfação com a escola promovem o bom ambiente educativo.

Um dos requisitos necessários a escola é proporcionar e estabelecer condições mais adequadas para atender a demanda dos indivíduos que dela participam.

A inclusão, a diversidade são fatores primordiais para o desenvolvimento aprimorado do espaço escolar e suas rotinas. Trabalhar esses critérios seria o ponto a ser desenvolvido melhorado, pensado e replanejado, onde pudessem pertencer facilitando as demandas do processo político pedagógico da escola.

Mecanismos devem ser criados para que não ocorram as interferências dentro da vivência escolar. Vindo de propostas de integração cuja intervenção dos educadores, pais

e comunidade como um todo facilitariam a sua entrada, garantindo que os estudantes pudessem se desenvolver livres para a obtenção do conhecimento e articulação de ideias e ações.

Agentes de uma cidadania consciente e capazes de atuarem com responsabilidade e competência na sociedade que possam melhorar as rotinas escolares e de aprendizagem. Desta forma garantindo a todos os estudantes uma formação humana e profissional com ações que o fundamentam a sua formação de um sujeito ético, fruto de uma formação continuada e as suas relações com o mundo.

4.8.4 PRIORIDADES, PROBLEMAS, DESAFIOS E OBJETIVOS A ALCANÇAR

A transformação da escola ocorre em quatro instâncias: 1. Políticas educacionais, 2. Proposta pedagógica, 3. Professores e 4. Alunos. Nesse sentido, uma sintonia entre os atores garante que aconteça a construção do conhecimento e os saberes do indivíduo de forma íntegra e para o seu exercício de cidadania, sobretudo para o mercado de trabalho.

Quadro de ações:

Prioridades	Problemas	Desafios	Objetivos
Garantir que tanto educandos como docentes tenham o discernimento de que o espaço	O mecanismo social e suas nuances, as famílias e as condições socioeconômicas	Promover a plena formação com valorização social dos educandos garantindo-os para o mercado	- Contra turno - educação de tempo integral, - sala de apoio e sala de recursos
da escola é construído para o saber, que esteja preparado para os desafios futuros no mercado de trabalho e para novas oportunidades de formação	têm afastado os educandos e as famílias da escola.	de trabalho e as possibilidades de formação, como universidade e cursos de formação profissionalizante	- Mais Aprendizagem - valorização da família - combate a evasão

4.8.5 FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

A formação do corpo docente e funcionários que tenha embasamento nas medidas legais impositivas e as políticas são norteadas pela SEED/NRE.

Para que isto se torne fundamental o fortalecimento de ações específicas para que haja sua solidificação no âmbito escolar.

- a) Formação continuada da escola interna e externa,
- b) Participação em cursos de formação,
- c) Implementação das metodologias adequadas,
- d) Recursos didáticos diferenciados,
- e) Promover e garantir espaços para discussões reflexões e ações coletivas efetivas nas praticas pedagógicas
- f) Prática de valorização e reconhecimento do trabalho da equipe escolar.

QUADRO DE PROPOSTAS DE FORMAÇÃO

FORMAÇÃO	CONDIÇÕES DE TRABALHO
<ul style="list-style-type: none"> - Garantir que todos estejam inscritos nos cursos ofertados pela SEED/NRE, - Promover a divulgação dos cursos ofertados pela mantenedora - Fazer a liberação dos professores para que ocorra o processo de formação continuada, desde que não haja prejuízo para o componente curricular dos educandos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas higienizadas e organizadas - Materiais didáticos disponíveis, giz, mapas, dicionários, etc - Materiais tecnológicos disponíveis, TVs, internet, computadores - Livros didáticos, Biblioteca; - Sala de impressão de provas e conteúdos específicos.

4.8.6 AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR

Espaços que proporcionam um bom relacionamento do educando, educadores, funcionários e equipes em geral.

Na gestão do espaço escolar é necessário que se observe o melhor para que seja aproveitado. Muitas das vezes um espaço representa ser pouco ao desenvolvimento esperado, mas se bem organizado e aproveitado poderá oferecer a todos que nele se

inserem um bom desenvolvimento e boas práticas educativas.

Salas produzidas e equipadas com o intuito de oferecer o melhor provavelmente devem garantir um melhor rendimento. Recursos financeiros se bem direcionados proporcionarão a toda a segurança e transparência no gasto do dinheiro publica é a garantia de locais escolares equipados, direcionados, avaliados e construídos para o melhor rendimento das praticas educativas, bem como melhor aproveitamento da logística da escola e consequentemente melhor aprendizagem.

PLANO DE AÇÃO - QUADRO DEMONSTRATIVO - AÇÕES E ESTRATÉGIAS DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de ação é construído no momento da construção do PPP, entretanto ele dá base escolar após a necessidade de ajustes, servindo inclusive como instrumento jurídico de ações de consolidação.

O plano é um instrumento democrático, pois nele foram norteadas as ideias e as necessidades da escola, e deve ser revisado de tempo em tempo nessa gestão, norteadas pelo processo democrático. Os planos devem ser revisados a qualquer tempo, que dão base legal a essa gestão.

FRENTES DE ATUAÇÃO		AÇÃO	DETALHAMENTO DA AÇÃO	OBJETIVOS E METAS
Melhoria da Aprendizagem	Professores e Funcionários e Articulação Pedagógica	Valorização Humana	Garantir a integração entre o corpo docente, funcionários e alunos. Promoção da equipe em sinergia e a composição entre boas práticas dentro e fora da escola.	- Fazer a construção coletiva e atualização dos instrumentos legais da escola, junto ao corpo docente, bem como a promoção da construção. - Construção e elaboração do Regimento escolar.
		PPP, PPC, CREP, Regimentos, etc	Oportunizar amplo debate sobre a construção do PPP, PPC e CREP, junto à comunidade escolar (Direção, pedagogos, docentes e famílias), fazendo articulação das disciplinas aos eixos Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências	

			da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O trabalho pedagógico deve priorizar as ações progressivas visando ações imediatas, com vistas a uma sociedade igualitária, norteadas pelo PPP, buscando aprendizagens caracterizadas pelas interrelações e vivências dos educandos, que tenham base nas disciplinas curriculares, compreendendo que a educação é um processo dinâmico.	
Redução da reprovação		Planejamento de ações multidisciplinares pelos professores e equipe Pedagógica.	Adotar as medidas orientadas pela mantenedora adaptando-as às dificuldades encontradas e desenvolver atividades e projetos com oportunidades de recuperação individual	Atividades e avaliações complementares e paralelas de resgate de conteúdos não apreendidos, trabalho com as dificuldades individuais, reavaliação da

			de conteúdos e aprendizagens.	produção do aluno.
Redução do abandono	Combate ao abandono escolar	- Articulação entre professores, equipe pedagógica e a Rede de proteção	Articulação entre corpo docente e a rede de proteção, via contato telefônico, carta AR ou agendamento de reunião com a equipe pedagógica e direção e o envolvimento com as famílias.	- fazer levantamento e articulação nas turmas em que há maior número de abandono.

TABELA 1 - Instrumentos revisionais do Cecília Meireles

5. Ações educativas nas relações, na sociedade e na natureza.

Ampliar possibilidades de agir com autonomia na escolha de espaços, buscando a socialização nas atividades de recreação e parceiros para jogos, definindo regras e recriando situações vividas.

Vivenciar relações de colaboração e solidariedade, desenvolvendo tolerância e respeito pelo outro e suas diferenças.

Reconhecer à existência de diferentes grupos sociais, identificando a quais pertence.

Conhecer, construir e respeitar regras de convivência, utilizando o diálogo e a negociação na resolução de conflitos.

Identificar e evitar situações de risco para si e o para o outro nos diferentes espaços que frequenta, aprendendo a valorizar a vida.

Vivenciar e valorizar atitudes de organização e preservação de objetos e espaços de uso individual e coletivo, dentro e fora da escola.

Explorar conhecimentos de diferentes áreas, do conhecimento científico.

Perceber transformações em objetos e fenômenos físicos.

Assegurar o direito ao conhecimento da cultura para sua formação.

Comprometimento com a democracia participativa, fundada no pacto dos cidadãos.

Conhecimento.

Segundo Kosik (1976, p.15): significa fazer um "detour", um ir e vir, sobre os fatos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos. Não de forma imediata, mas dialética. "Garantir a apropriação do conhecimento formal não apenas porque é a função social da escola, mas porque é sua maneira de contribuir no processo de humanização do sujeito. (SEED, TEXTOS Mimeo, 2010).

Combater a desigualdade social, racial e cultural. Enfim, queremos uma escola que possibilite o saber elaborado de forma criativa, dinâmica, participativa e inclusiva.

Desenvolver uma educação inclusiva valorizando o saber socialmente construído, priorizando a formação continuada de professores e funcionários, como também oferecer condições para que o aluno atue na sociedade frente a uma perspectiva transformadora.

5.1 A relação professor – conhecimento – aluno

O professor não ensina apenas o conteúdo, mas ensina também a forma pelo qual o aluno entra em relação com este conteúdo. Pela própria maneira como ensina, como avalia e o que considera aprendizagem. O aluno deve conseguir a apropriação do conhecimento, a interação entre ambos, deve ser de tal forma que permita e promova a aprendizagem desse conhecimento. A ação pedagógica adequada implica na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Em que sociedade vive, qual seu vínculo histórico e quais os maiores desafios para o futuro

Para se refletir, analisar e propor um novo modelo de sociedade, mais justa e igualitária. Não podemos esquecer que vivemos numa sociedade capitalista, negar isso, seria negar nosso passado, nossa história.

Uma sociedade capitalista que traz na sua essência grandes antagonismos que historicamente dividiram as sociedades modernas a partir do século XVIII. A propriedade privada dos meios de produção associada à necessidade de lucro constante dos capitalistas leva à constituição de classes. Antagonismos estes que estão no cerne da sociedade capitalista.

Todavia estes antagonismos observados no tecido social das sociedades modernas multiplicam-se e polarizam-se nas instituições sociais e fazem estas como redes de transmissão das desigualdades, com a maior naturalidade, no caso das instituições escolares estes antagonismos aparecem e se reproduzem nas estruturas de poder cristalizadas nas práticas pedagógicas anacrônicas. Portanto, uma nova sociedade requer novos compromissos pedagógicos. Um novo contrato que se baseie em práticas coletivistas desde a sua elaboração à sua consecução.

A sociedade que sonhamos e queremos é uma sociedade sem diferenças sociais, solidária, uma sociedade que dívida de forma igualitária, a produção de riquezas à população. A classe trabalhadora, tenha no trabalho, sua fonte de sobrevivência como direito de cada cidadão e nas relações sociais fundamentadas numa democracia participativa fundada no pacto da cidadania. Para isso todos os agentes envolvidos no processo educacional têm uma tarefa para ontem, construir um novo espaço escolar, melhorando a competência da escola, possibilitando ao aluno o acesso e permanência na sala de aula, melhorando a qualidade do ensino. Enfraquecer a educação pública como um negócio e que inspire grandes programas assistencialistas. Universalizar o conhecimento científico, melhorando a qualidade da educação.

As medidas que a escola vem tomando para favorecer a inclusão é percebida nos encaminhamentos pedagógicos que envolvem as carências da nossa comunidade local, diminuindo aos alunos o risco à violência. O desenvolvimento de um trabalho de avaliação mais democrática vem a favor do aluno e do seu processo de aprendizagem, trabalhando com a recuperação de estudos, trabalhos em grupos, procurando mesclar os grupos, para que todos socializem a aprendizagem, alternando sempre que necessário, com a intervenção direta dos professores, o que dá mais oportunidade para que o aluno supere suas dificuldades.

Propiciar as aulas de reforço e sala de recurso com o objetivo de atender alunos que possivelmente seriam excluídos do sistema de ensino, os quais chegam a frequentar o ensino regular com um bom desempenho. Com relação aos alunos evadidos da escola, é acionado o conselho tutelar, comunicando suas faltas, e se aguarda o retorno do mesmo para a escola. O objetivo maior a ser alcançado pelo corpo docente é o incentivo à educação, manifestando em ações reais a importância do conhecimento e do exercício da cidadania. Envio da FICA, comunicação ao Ministério Público, dos alunos ausentes, com acompanhamento constante.

Neste contexto, a escola deve organizar seu tempo escolar não apenas no sentido de contribuir para a aprendizagem de uma cultura do tempo, não só apenas nos novos processos produtivos, mas também na construção, formação e desenvolvimento do ser humano.

Deve visar o tempo pedagógico mais adequado tanto para o ensinar, como para o aprender. O tempo escolar deve ser repensado em função do tempo mental, social, cultural dos educandos (as). Tanto o tempo etário quanto o tempo escolar devem estar em sintonia.

Por isso a necessidade de articular um tempo de construção escolar, em que o tempo do conhecimento não seja estático, ao contrário, que estejamos em permanente mudança, que a prática pedagógica permeia os tempos de vida e os tempos da escola. Respeitando os processos individuais na formação e desenvolvimento do ser humano de forma global.

No âmbito escolar o tempo de ensinar está diretamente ligado a conteúdos e conhecimentos, os quais são direito de todos, alunos e alunas, serem socialmente produzidos e socializados.

Os alunos têm o direito de que sejam respeitados seus tempos de aprender, pois são muito mais complexos e delicados do que os tempos de ensinar. Respeitar a lógica temporal, dos educandos dando o tempo devido a todos se faz necessário. Isto não

significa dar mais tempo para os mais fracos, mas, antes disso, é dar o tempo adequado a todos, como explica a professora Elvira Souza Lima.

Saber planejar o tempo para que os alunos pensem, seria um saber docente tão importante quanto saber definir o conteúdo e o método de ensino. Este fator tempo é decisivo aos processos de aprendizagem se forem devidamente respeitados pelos educadores.

O planejamento nesta perspectiva deve ter flexibilidade onde o professor consiga com autonomia organizá-lo conforme a realidade que se apresenta.

Devemos pensar num planejamento que priorize saberes e fazeres de forma dinâmica e contextualizada com o meio que estamos inseridos.

Pensar na educação de amanhã dependerá do que formos capazes de começar a fazer hoje. Desenvolver bons planejamentos é como caminhar em cirandas harmônicas, tornando-se ferramenta de qualidade para o processo- ensino - aprendizagem.

5.2 Organização da hora/atividade no horário escolar

A Instrução 02/04, que regulariza e orienta sobre a hora – atividade tem-se que este é um momento de planejamento e estudo na escola, o que determina que a mesma deva ser cumprida na escola e com atividades referentes ao trabalho pedagógico da escola e do professor.

Conforme orientação às equipes pedagógicas, a hora-atividade é o espaço também de discussão junto às pedagogas de assuntos relativos à escola, ao trabalho pedagógico, à proposta de estudos e encaminhamentos da SEED, a estudos “gerais” e outras atividades julgadas necessárias pelo coletivo da escola. O Plano de trabalho docente neste Estabelecimento de Ensino encontra-se em sua dimensão legal, amparada pela Instrução 02/04.

A Lei complementar nº. 37 também dispõe que, o Regime Diferenciado de Trabalho e argumenta que o número de horas semanais em que o pessoal do Quadro Próprio do magistério exerce atividades inerentes ao cargo, e ao professor, esta Instituição de Ensino organiza a hora atividade no período em que o educador desempenha suas atividades diariamente.

5.3 O corpo discente

O corpo discente do Colégio Cecília Meireles, é oriundo em sua maioria, de famílias que vivem em situações de conflitos: pais separados, filhos de outras uniões, mães sendo arrimo da família, alto índice de desemprego. Estas condições colaboram

para que haja o desinteresse em conhecer o verdadeiro papel da escola, enviando os seus filhos muitas vezes ao colégio para cumprir o que determina a Lei, “ECA”, não acompanhando a vida escolar deles de forma adequada, levando os alunos à repetência por faltas, baixo rendimento e / ou evasão escolar.

Sabemos que para um bom desenvolvimento do aluno na escola a participação da família é indispensável, mesmo constatando a participação delas nas reuniões, em sua maioria acaba sendo insuficiente no acompanhamento em casa nas atividades, também no momento acaba sendo de extrema importância a contribuição dos pais, pois passamos a enfrentar uma pandemia (COVID 19) que se agrava, impossibilitando aulas presenciais.

Embora uma boa parte dos estudantes tenha como objetivo ir para a escola para aprender, ter um futuro melhor ou ainda almejam ter uma profissão. Mas devido a necessidade familiares, muitos alunos precisam trabalhar, e assim rompem com os estudos ou acabam por se conformar em terminar o Ensino Médio e não prosseguir com os estudos para uma outra graduação.

Entretanto, a educação escolar desempenha um papel fundamental na formação e auxilia no desenvolvimento social, aprimorando habilidades e competências dos indivíduos, sendo assim o aluno num processo de ensino aprendizagem, é um sujeito que inova, que transforma e adquire meio, através da educação de forma mais ampla e útil conscientizando o aluno a ser um sujeito modificador e cultivador de seu meio.

5.3 Proposta de formação continuada

O Colégio Estadual Cecília Meireles tem a proposta de formação continuada, nas semanas pedagógicas, na formação em ação, nos dias de hora-atividade concentrada, conforme interesse do professor, de acordo com sua disciplina, bem como ainda, em reuniões pedagógicas previstas em calendário escolar, com a equipe pedagógica e direção.

5.3 ARTICULAÇÃO/COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO COM AS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

5.3.1 Alunos com necessidades educacionais especiais

Considerando o princípio e os direitos sociais que são inerentes ao exercício da cidadania, torna-se importante a garantia do acesso e da participação de todos os estudantes a todas as oportunidades oferecidas a qualquer indivíduo no universo educacional, seja ele com uma necessidade educacional especial ou não.

Considerando o direito ao acesso e a participação de todos os alunos, a inclusão

escolar está diretamente relacionada com a atitude de não haver restrições ao acolhimento dos estudantes no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social, condições físicas, psicológicas, intelectuais e pedagógicas, sendo assim, o termo inclusão educacional faz uma referência direta à inclusão dos estudantes com Deficiência de qualquer natureza, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação e Transtornos Funcionais Específicos

A Instituição contempla, também, o atendimento a educandos com necessidades educativas especiais. Considerando a situação em que se encontram individualmente estes educandos, priorizam-se ações educacionais específicas que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito destes no espaço escolar.

A legislação assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos educandos que apresentam necessidades educativas especiais decorrentes de:

- Deficiências mental, física/neuro motora, visual e auditiva;
- Condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; e, superdotadas habilidades.

É importante destacar que “especiais” devem ser consideradas as alternativas e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem e participação de todos os alunos.

Desse modo, desloca-se o enfoque do especial ligado ao educando para o enfoque do especial atribuído à educação. Mesmo que os educandos apresentem características diferenciadas decorrentes não apenas de deficiências, mas, também, de condições socioculturais diversas e econômicas desfavoráveis, eles terão direito a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos pela educação escolar.

A escola tem acompanhado de perto alunos com dificuldades e oferece possibilidade para um melhor aproveitamento e aprendizagem dos conteúdos, sendo assim, oferece aos alunos duas alternativas para prosseguirem os estudos:

Sala de Recursos: Alunos que possuam laudo médico, avaliação psicopedagógica e continuam apresentando dificuldades e que não possuam domínio mínimo para prosseguir nos estudos, devem ser encaminhados para o acompanhamento de maneira correta, no âmbito educacional. Cabe a equipe pedagógica, direção e professores encaminhar o aluno com dificuldade para Sala de Recursos, onde um professor especializado atende cada aluno conforme suas necessidades criando recursos pedagógicos e desenvolve atividades que facilite a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo o MEC é importante que o professor

considere as áreas de conhecimentos como linguagens e cálculos, a área de desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, social e emocional.

Sala de Mais Aprendizagem: Trabalho voltado para atender estudantes com problemas relacionados à aprendizagem, e tem como objetivo atividades que propõem estabelecer avaliação sobre os processos de aprendizagem elaborada pelos alunos que fazem parte do programa para, a partir do registro de dados estabelecer encaminhamentos necessários para nortear e articular o processo de ensino aprendizagem, sendo assim tem a finalidade de que o aluno cumpra com o objetivo determinado e realize seu caminho escolar com o aprendizado esperado para cada série e no tempo previsto, essa alternativa é dada aos alunos matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, são ofertadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no turno contrário à escolarização.

Garante-se, dessa forma, que a inclusão educacional se realize, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades. O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independente de gênero, etnia, idade ou classe social. Isso significa propiciar a educação a todos, de maneira a garantir os apoios e serviços especializados, quando necessário, para que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades.

O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, considera-se públicoalvo do AEE:

a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade

5.3.2 Objetivos Gerais da Educação Especial

Segundo as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2009), a “Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96. Atende às necessidades e expectativas da sociedade em transformação pela implementação de políticas educacionais que têm como meta a educação inclusiva, isto é, promover a integração e o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino de Jovens e Adultos). A Educação Especial tem como fundamentos básicos à igualdade e a diversidade”.

Podem-se considerar alunos com necessidades educacionais especiais, segundo a Resolução CNE/CEB n.º 02/2001, no seu art. 5.o, os que apresentarem:

I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; (dificuldades específicas, como a dislexia e disfunções correlatas). Problemas de atenção e de memória, problemas perceptivos, emocionais, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, motores, comportamentais e ainda ecológicos, socioeconômicos, socioculturais, (nutricionais e socioambientais);

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; (estudantes cegos e surdos, com condutas típicas, síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, e estudantes que apresentem caso grave de deficiência mental ou múltipla);

II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais estudantes, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Para que a escola atenda às necessidades especiais dos alunos devem acontecer no currículo adaptações progressivas para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Eis aqui algumas adaptações curriculares necessárias:

a) Organizativas.

Agrupamento de alunos para a realização das atividades favorecendo as relações sociais e o processo de ensino-aprendizagem;

Organização didática da aula: propõe práticas de ensino, para atender suas necessidades educativas especiais dos alunos, bem como disposição física de mobiliários, de materiais didáticos e de espaços disponíveis para trabalhos diversos e otimização de recursos, propiciando ambientes com adequada luminosidade, sonoridade e movimentação.

Organização dos períodos definidos para o desenvolvimento das atividades previstas: propõe revisão de tempo diversificado para desenvolver os diferentes elementos do currículo na sala de aula.

b) Relativas aos objetivos e conteúdo.

Priorização de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e que sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores e habilidades de leitura, escrita, cálculos etc.

Priorização de objetivos que enfatizam capacidades e habilidades básicas de atenção, participação e adaptabilidade do aluno. Sequenciação pormenorizada de conteúdos que requeiram processos gradativos de menor a maior complexidade das tarefas, atendendo à sequência de passos, à ordenação da aprendizagem etc.

Reforço da aprendizagem, e a retomada de determinados conteúdos para garantir seu domínio e sua consolidação.

c) Avaliativas.

Seleção das técnicas e instrumentos utilizados para avaliar o aluno;

A avaliação é flexível de modo que considere a diversificação de critérios, de instrumentos, procedimentos e leve em conta diferentes situações de ensino e aprendizagem e condições individuais dos alunos;

d) Nos procedimentos e nas atividades.

Metodologias, atividades e procedimentos de ensino são organizados e realizados levando-se em conta o nível de compreensão e a motivação dos alunos, os sistemas de comunicação que utilizam devem favorecer a experiência, a participação e o estímulo à expressão; introdução de atividades complementares que requeiram habilidades diferentes ou a fixação e a consolidação de conhecimentos já ministrados; introdução de atividades prévias que preparem o aluno para novas aprendizagens; introdução de atividades além das planejadas para a turma e ou realizadas de várias formas, com diferentes tipos de execução, envolvendo situações individuais e em grupo, cooperativamente, favorecendo comportamentos de ajuda mútua; alteração do nível de abstração de uma atividade oferecendo recursos de apoio (visuais, auditivos, gráficos,

materiais manipulativos).

Alteração do nível de complexidade das atividades utilizando recursos do tipo: simplificar um problema matemático, explicitar os passos que devem ser seguidos para a solução de uma tarefa, especificando passo a passo a sua realização; modificar conteúdos de material escrito de modo a torná-lo mais acessível à compreensão, incluindo desenhos, gráficos, destacar imagens; estas adaptações curriculares devem levar em consideração vários aspectos, tais como:

e) Avaliação do desenvolvimento acadêmico do aluno

Análise do contexto escolar e familiar para identificação das adaptações que se fizerem necessárias para realizar as alterações indicadas; participação da equipe docente e técnica da escola e apoio especializado; registro documental das medidas adotadas, para acervo documental do aluno e elaboração de informativos completos e educativos.

A avaliação é de suma importância em todos os âmbitos do processo educacional para nortear e realimentar decisões pedagógicas e adaptações curriculares.

Essas medidas adaptativas focalizam a diversidade da população escolar e pressupõem que o tratamento diferenciado pode significar, para os alunos que necessitam igualdade de oportunidades educacionais. Desse modo, buscam promover maior eficácia educativa na perspectiva da escola para todos.

A matrícula de alunos de inclusão é direito de todos que assim necessitarem. A escola matriculará os alunos, procurando analisar caso a caso, para atender o aluno com qualidade, orientando os pais de qualquer imprevisto ou impossibilidade temporária, de fazê-lo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UTP. Mime-o. **Aspectos existenciais da teoria crítica da sociedade**, Pr: Francisco Beltrão, Fonte Nova, 1993.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nr.9394/96 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Ensino Fundamental e Médio** – Jornada do Ensino Noturno- Parecer CEB nr.02/98.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental** - Parecer CEB 04/98.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil: Formação Pessoal e Social**: Brasília, vol.1,1998.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil: Identidade e Autonomia**: Brasília, vol.2,1998.

BRASIL, **Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Ensino Médio: linguagens, códigos e suas teologias**. Vol.1.2.3,2006.

CURITIBA -Secretaria Municipal de Educação **Currículo Básico: compromisso para a melhoria da qualidade do ensino na Escola Pública**: 1991.

CURITIBA - Secretaria Municipal de Educação – **Diretrizes Curriculares**: 2006.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**: Cortez.1985.

FREITAS, M. T. A. Bakhtin e a psicologia. In: FARACO, C.A. et al. **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p. 165-187.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Tendências Pedagógicas na Prática Escolar**. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1993.

LURIA, Alexandre R. **Desenvolvimento Cognitivo**. São Paulo: Ícone,1990.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **A construção Social da Leitura**. Mimeografado para a disciplina de literatura. UFPr.2000.

HOLZMANN, Maria Eneida. **Jogar é preciso**. Jogos Espontâneos e Criativos para famílias e grupos. Artmed: Porto Alegre. 1998.

LÉVY, P. **As Tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo- Rio Janeiro. HUCITEC-ABRASCO. 1992. 5ª edição

PARANÁ, **Secretaria de Estado da Educação**. Currículo Básico Para a Escola Pública do Estado do Paraná. Curitiba: **1990. SEAD**

PARANÁ, **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio**, Curitiba:2009, SEED.

PARANÁ, 2010,2009,2008. **Textos impressos semanas pedagógica**. Pr: Curitiba, SEED.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. Martins Fontes, 1994.

ROCCO, M. T. F. **Entre a oralidade e a escrita**: reflexões esparsas. In: DIETZSCH, M. J. *Espaços da linguagem na educação*. São Paulo: Humanistas, 1999. p.85-115.

ROSA, Adriana. (organizadora) **Lúdico e alfabetização**, Curitiba: Juruá. 2003.

SILVA, Luiz Heron & Azevedo, J.C. **Reestruturação Curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, S. J.; CASTRO, L. R. **Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo**. *Psicologia Clínica-Pós-graduação e Pesquisa*. v.9, n.9, p.83-115,1997/8.

BRASIL Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de 9 anos**. Orientações para Inclusão da Criança de seis anos de idade.

VEIGA, I. P. A. **Perspectiva para reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico**.

VEIGA, I. P. A; RESENDE, L M. G (org.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998. p. 9-32.

Educação inclusiva direito e diversidade documento orientador disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acesso em: 19/03/2021

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VEIGA, Ilma. Passos A. (org.) **Projeto político pedagógico da escola, uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação - cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MEC. VOL.1.2. 3.. Brasília, DF, 2008.

MENDONÇA, Francisco. Kozel, Salete (Org..). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

OLIVEIRA, Maria Antonieta Albuquerque de. **“Componente Curricular”**. In: Ensino

Religioso no Brasil. JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul. Curitiba: Champagnat. 2004. p. 119.

OTTO, R. **O Sagrado**, Lisboa: Edições 70, 1992

PEDRO, Aquilino de. **Dicionário de termos religiosos e afins**. Aparecida, SP: Santuário, 1993.

REVISTA DE ENSINO RELIGIOSO - Diálogo - Cristianismo no Brasil. 1996

ROHMANN, Chris. **O livro das ideias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

TOMAS DE KEMPISL. **Imitação de Cristo**. São Paulo. Paumape. 1979

MEC. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio Brasília, vol.2.3. DF. 2008.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. Diretrizes Estaduais. Curitiba: PR., 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig g. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis, Vozes, 1994.

SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J.; FELLINI, D. G. N. **Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia**. Práxis educativa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020.

O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Lei Federal nº. 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Deliberação nº 03/06 Normas para a Implantação do Ensino de 9 (nove anos) de duração no Sistema de Ensino Estadual do Estado do Paraná.

Resolução nº. 3011/2011 –GS/SEED, Curitiba, 22/07/2011.6

Instrução nº. 08/2011- SUED/SEED

Parecer nº. 407/2011-CEE/CEB – Implantação do 6º. Ao 9º.ano do Ensino Fundamental em 2012.